

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**JIORDANA BRANQUINHO SILVA**

**DA SUBESTIMAÇÃO AO PROTAGONISMO POLÍTICO: AS  
MULHERES MILITANTES DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO  
EM GOIÁS DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)**

GOIÂNIA  
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese

#### 2. Nome completo do autor

Jordana Branquinho Silva

#### 3. Título do trabalho

DA SUBESTIMAÇÃO AO PROTAGONISMO POLÍTICO: AS MULHERES MILITANTES DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO EM GOIÁS DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Alcilene Cavalcante De Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 06/06/2022, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JIORDANA BRANQUINHO SILVA, Discente**, em 08/06/2022, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2960193** e o código CRC **C9E52638**.

**JIORDANA BRANQUINHO SILVA**

**DA SUBESTIMAÇÃO AO PROTAGONISMO POLÍTICO: AS  
MULHERES MILITANTES DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO  
EM GOIÁS DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em História, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

**Área de concentração:** Culturas, Fronteiras e Identidades

**Linha de pesquisa:** História, Memória e Imaginários Sociais

**Orientador(a):** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alcilene Cavalcante de Oliveira.

GOIÂNIA  
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Jordana Branquinho  
DA SUBESTIMAÇÃO AO PROTAGONISMO POLÍTICO  
[manuscrito] : AS MULHERES MILITANTES DO PARTIDO  
COMUNISTA BRASILEIRO EM GOIÁS DURANTE A DITADURA  
MILITAR (1964-1985) / Jordana Branquinho Silva. - 2022.  
cli, 151 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Alcilene Cavalcante de Oliveira.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,  
Goânia, 2022.

Bibliografia.

Inclui siglas, abreviaturas, tabelas.

1. MILITÂNCIA FEMININA. 2. Partido Comunista Brasileiro. 3.  
política goiana. 4. Ditadura Militar. 5. União Soviética (URSS). I.  
Oliveira, Alcilene Cavalcante de, orient. II. Título.

CDU 94(81)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **008/2022** da sessão de Defesa de Dissertação de **JIORDANA BRANQUINHO SILVA**, que confere o título de **Mestre(a) em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois**, a partir da(s) **15h00**, via **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“MONITORADAS PELA REPRESSÃO: AS MULHERES MILITANTES DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO EM GOIÁS DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Alcilene Cavalcante Oliveira (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Ana Maria Colling (UFGD)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Eliane Martins de Freitas (UFCat)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **David Maciel (PPGH/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Alcilene Cavalcante Oliveira**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois**.

## TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

**DA SUBESTIMAÇÃO AO PROTAGONISMO POLÍTICO: AS MULHERES MILITANTES DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO EM GOIÁS DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)**



Documento assinado eletronicamente por **Elias Nazareno, Coordenador de Pós-graduação**, em 09/03/2022, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alcilene Cavalcante De Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 09/03/2022, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Martins De Freitas, Professor do Magistério Superior**, em 14/03/2022, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **David Maciel, Professor do Magistério Superior**, em 15/03/2022, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?)



[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **2708341** e o código CRC **B93CC569**.

---

**Referência:** Processo nº 23070.008950/2022-78

SEI nº 2708341

## AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa só foi possível graças à colaboração e o apoio de professoras/professores, familiares e amigas/amigos e de instituições como o Centro de Informação, Documentação e Arquivo (Cidarq), a Associação dos Anistiados Políticos de Goiás (Anigo), e ao Partido Comunista Brasileiro em Goiás (PCB-GO), que me permitiram as condições de acesso à documentação examinada. Às pessoas e instituições, manifesto os meus agradecimentos.

À professora Alcilene Cavalcante, minha orientadora desde a minha primeira Iniciação Científica (IC), em 2016, agradeço os anos de ensinamentos e paciência. A ela devo boa parte da forma como vejo e escrevo História. Manifesto também minha gratidão às professoras Ana Maria Colling, Eliane Freitas e ao e professor David Maciel, pelas importantes considerações que fizeram sobre o trabalho.

À minha mãe, Eliane Branquinho, a maior e mais profunda gratidão pelos anos de apoio, amparo, carinho, respeito, compreensão e sustento, que me propiciaram chegar até aqui. A ela, que sempre acreditou em mim quando nem eu mesma o fiz, que, até nos detalhes da vida cotidiana, contribuiu para a produção deste trabalho: o café que sempre me trazia durante os dias e as noites de escrita; do volume da TV, sempre baixinho para não atrapalhar minhas leituras; do colo quando tudo parecia difícil demais; do abono temporário das atividades domésticas de nossa casa, para que eu tivesse mais tempo para estudar. Muito obrigada!

Ao meu pai, José Francisco (*in memoriam*), pelo incentivo aos estudos, sempre atento, até onde lhe foi possível, a todas as novidades que eu trazia da escola. Uma das recordações que guardo de sua presença está ligada à novela Amor e Revolução, exibida em 2011, – direção de Reynaldo Boury e transmitida no canal SBT – cujo tema era a Ditadura Militar no Brasil, porque esse assunto lhe gerava interesse. Em uma noite, antes que me mandasse dormir, já que a faixa etária da novela restringia que eu a acompanhasse, ele tentou me explicar que aquela história havia “acontecido de verdade”. Inconscientemente, essa lembrança resiste aos anos de sua ausência. Certamente, a minha memória sobre o ocorrido, já envolta de saudade, ressignificou a lembrança do que de fato aconteceu. Mas, gosto de pensar que ele também se interessaria pelo que escrevi aqui. E gostaria de ter compartilhado esse percurso com ele.

Agradeço às minhas amigas e amigos que vivenciaram, ao meu lado, o percurso da pós-graduação, Clara Luísa Gregorim, Nathan Amaral, Igor Felipe Rodrigues (esse tornou-se mais que amigo), João Marcos Santiago, Gabriella Monteiro e Amanda Canedo. Desde os grupos de estudo para o processo seletivo, das indicações de leitura, disciplinas que cursamos juntos/as, os meus textos que leram pacientemente, às sugestões que me deram. Sobretudo, agradeço por terem compartilhado esperanças, inseguranças, dificuldades e alegrias nos últimos anos. Sem essas pessoas o caminho, certamente, teria sido muito mais tortuoso. Sou grata, também, às amigadas fora da universidade Ada Nathália, Thais Helena Branquinho e Caroline Knopf, pessoas muito queridas que sempre me incentivaram e estiveram abertas a me ouvir.

Por fim, um agradecimento especial às mulheres protagonistas da História a qual o trabalho faz referência, Dalva Moura, Zora Pires Leal e Dirce Maia, que dedicaram seu tempo a conversar comigo, acessando memórias difíceis e compartilhando suas experiências de militância política. O agradecimento se estende à luta que travaram contra a Ditadura Militar, contribuindo para que as gerações posteriores, inclusive a minha, pudessem viver sob a égide de um regime democrático. Nesse sentido, agradeço também a Luis Carlos Mendes, filho de Maria Stela Duarte Mendes que, gentilmente, enviou as obras de sua mãe para compor as fontes dessa pesquisa. Que a trajetória dessas mulheres seja conhecida e reconhecida pela sociedade goiana!

## RESUMO

Durante os anos de Ditadura Militar no Brasil, a participação feminina na política era subestimada por diferentes setores da sociedade, desde os órgãos da repressão até às próprias organizações de esquerda. Tal característica incorreu na invisibilização de mulheres na historiografia. O presente trabalho, visando suprir essa lacuna, tem como objetivo esquadriñar a atuação política de mulheres militantes do Partido Comunista Brasileiro em Goiás, durante os anos de Ditadura Militar (1964-1985), sob o prisma das relações de gênero e em diálogo com os campos da História Cultural e da História Política. Para tanto, recorreremos aos acervos do Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO); dos Inquéritos Policiais Militares (IPM-GO); e dos órgãos de Informação da Ditadura Militar, cujos agentes repressivos, amparados por um imaginário anticomunista que era também compartilhado pela esfera civil, monitoraram e puniram militantes. A fim de ampliar a análise, examinamos também documentos produzidos pelo Partido Comunista e relatos bibliográficos de pessoas que atuaram na organização. A metodologia de tratamento dessa documentação baseou-se no paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1992), atentando-nos a pistas e dados para além daqueles que a fonte pretendia revelar. A partir do exame deste aporte documental, foi possível constatar diferentes frentes nas quais se deram as ações políticas empreendidas pelas membras do PCB-GO: a relação com o partido, com a repressão, com a família – em alguns casos –, com a formação profissional e política na União Soviética e, ainda, com suas visões a respeito da emancipação feminina. As 39 mulheres militantes do PCB-GO mapeadas pelo trabalho assumiram posições políticas protagonistas e galgaram altos cargos na estrutura partidária. Lutaram ativamente contra o regime ditatorial e, por meio de suas trajetórias, inseriram Goiás na pauta das disputas internacionais da Guerra Fria, dirigindo-se à União Soviética em um contexto marcado pela perseguição ao comunismo.

**Palavras-Chave:** Militância feminina; Partido Comunista Brasileiro; Política Goiana; Ditadura Militar; União Soviética (URSS).

## ABSTRACT

Feminine political engagement during Brazil's Military Dictatorship was underestimated by different sectors of society, such as the bodies of repression and even left-wing organizations, resulting in the invisibility of women in this time period's historiography. Aiming to fill this gap, we intend to scrutinize political performances from militant women of Brazilian Communist Party (PCB) in the estate of Goiás during Military Dictatorship period (1964-1985), from a gender relations perspective in dialogue with Cultural and Political History fields. In order to achieve this objective, we relied on collections and data from military repression bodies such as the Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO); Inquéritos Policiais Militares (IPM-GO); and Information agencies, whose staff hunted and punished militants encouraged by an anti-communist imaginary shared with civil society. In order to expand this analysis, we also examined documents of the Brazilian Communist Party (PCB) and reports from people who worked at the organization. The methodology used to study the source materials was based on Carlo Ginzburg (1992) evidentiary paradigm, looking for clues and data beyond what a given source intends to reveal. After thorough source material analysis, it was possible to imply different ways in which political action was taken by women members of Goiás' PCB branch: the relationships with the party; repression; families; professional training and politics in the Soviet Union; and views on feminine emancipation. The 39 women activists from PCB-GO analyzed in this work assumed leading political roles, achieved high places in the party structure, fought actively against the dictatorial regime and, through their trajectories, placed Goiás on the agenda of international disputes known as Cold War, travelling to the Soviet Union in a context marked by persecution of communism.

**Keywords:** Women militancy; Brazilian Communist Party (PCB); Goiás' estate politics; Military Dictatorship; Soviet Union (USSR).

## LISTA DE SIGLAS

**ABIN** – Agência Brasileira de Inteligência

**ALN** – Ação Libertadora Nacional

**AP** – Ação Popular

**DOI-Codi** – Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

**Dops** – Departamento de Ordem Política e Social

**ICBUS** – Instituto de Cultura Brasil - União Soviética

**IPM** – Inquérito da Polícia Militar

**MEC** – Ministério da Educação e Cultura

**OB** – Organização de Base

**PCB-GO** – Partido Comunista Brasileiro em Goiás

**PCdoB** – Partido Comunista do Brasil

**PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**SNI** – Sistema Nacional de Informação

**UFG** – Universidade Federal de Goiás

**UFMG** – Universidade Federal de Minas Gerais

**UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro

**UAPPL** – Universidade para a Amizade dos Povos *Patrice Lumumba*

**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**VAR-Palmares** – Vanguarda Revolucionária Palmares

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b><i>CAPÍTULO 1 – AS MULHERES MEMBRAS DO PCB SOB O OLHAR DA REPRESSÃO EM GOIÁS</i></b>	<b>18</b>
<b>1.1 A militância feminina no partido</b>	<b>18</b>
<b>1.2 A documentação da repressão em Goiás e o PCB</b>	<b>26</b>
<b>1.2.1 O anticomunismo e o Dops-GO</b>	<b>34</b>
<b>1.3 As mulheres nas fileiras do PCB</b>	<b>43</b>
<b><i>CAPÍTULO 2 – AS ATUAÇÕES DAS MULHERES MILITANTES DO PCB NOS ARQUIVOS DO DOPS, IPM E SNI</i></b>	<b>53</b>
<b>2.1 As famílias comunistas</b>	<b>55</b>
<b>2.2 A militância feminina frente ao aparato repressivo</b>	<b>60</b>
<b>2.3 Elas ocupam postos de poder</b>	<b>67</b>
<b><i>CAPÍTULO 3 – AS COMUNISTAS GOIANAS VÃO A MOSCOU</i></b>	<b>88</b>
<b>3.1 As relações internacionais entre Brasil e União Soviética durante a Ditadura Militar</b>	<b>94</b>
<b>3.2 “Cursos na cortina de ferro”: as militantes do PCB e o intercâmbio na Universidade <i>Patrice Lumumba</i></b>	<b>97</b>
<b>3.3 A vida política após o egresso da URSS: a trajetória de Maria Stela Duarte Mendes</b>	<b>127</b>
<b><i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i></b>	<b>136</b>
<b><i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i></b>	<b>139</b>

## INTRODUÇÃO

A historiadora Michelle Perrot, em sua célebre obra *As mulheres ou os silêncios da História* (2005), nos chama atenção para o lugar de silenciamento imposto às mulheres. Esse silêncio se apresenta na narrativa histórica que, como se mulheres estivessem fora do tempo, dos acontecimentos e de determinadas fontes, as esqueceu. De acordo com a autora,

poucas coisas nos arquivos públicos, destinados aos atos da administração e do poder, onde as mulheres aparecem apenas quando perturbam a ordem [...] Conseqüentemente, os arquivos de polícia e de justiça, infinitamente preciosos para o conhecimento do povo, homens e mulheres, devem ser analisados até na forma sexuada de seu estabelecimento (PERROT, 2005, p. 12).

Apoiando-se nessa premissa, este estudo volta-se às mulheres que foram ignoradas pela historiografia: as militantes do Partido Comunista Brasileiro em Goiás. Essas, que foram documentadas pelos arquivos policiais por terem contestado a ordem vigente de um regime ditatorial, são as fontes, os arquivos vivos dos órgãos de repressão da Ditadura Militar,<sup>1</sup> dos quais partimos em busca de informações sobre a atuação dessas mulheres.

Inicialmente, pretendia-se localizar essas mulheres e esquadrihar como os agentes do estado as descreviam, a fim de verificar a representação das mulheres do PCB-GO em tais documentos. Entretanto, diante do número e da atuação dessas militantes, e a partir de sugestões da banca de qualificação deste trabalho, ampliamos a abordagem. O objeto da pesquisa passou a ser não apenas a repressão, mas também o esquadrihar da atuação política dessas mulheres, destacando suas ações e feitos enquanto militantes. Além disso, buscou-se entender as relações com o PCB, o olhar delas sobre a condição feminina, percebendo como as assimetrias de gênero estão inscritas em suas trajetórias.

Subestimadas dentro da própria organização partidária na qual, comumente, ocupavam cargos de menor poder decisório, além de invisibilizadas pela Historiografia de Goiás, essas mulheres tiveram suas atuações menosprezadas também pela repressão, que as entendia como um menor perigo subversivo em relação aos homens. À vista disso, nos interessa saber quem eram essas mulheres acusadas de vinculação ao PCB-GO durante a Ditadura Militar, quais atividades políticas elas desempenharam, e como a repressão as descreveu.

---

<sup>1</sup> Mesmo ciente dos vários trabalhos que comprovam a ampla participação civil no golpe, a perspectiva adotada aqui, compreende a predominância da vertente militar na manutenção da Ditadura. De acordo com Carlos Fico (2004), a progressiva institucionalização do aparato repressivo e a sucessiva leva de militares que ocuparam cargos importantes nas agências governamentais, são alguns dos aspectos que demonstram a feição militar do regime. “Se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar – em duas palavras: de uma ditadura militar” (FICO, 2004, p. 52).

Para efetivação de tal propósito, analisamos fichas, dossiês, inquéritos e interrogatórios de diferentes órgãos do aparato repressivo, quais sejam: os acervos do Departamento de Ordem Política e Social de Goiás (Dops-GO), da Polícia Militar e do Sistema Nacional de Informações (SNI). A escolha por esse tipo de fonte decorreu da intenção de explorar documentos ainda pouco utilizados por pesquisas em Goiás, especialmente quando o tema é mulheres e a Ditadura Militar. A partir desses documentos, foi possível traçar um quadro de informações sobre mulheres militantes do PCB no estado.

O primeiro passo foi o levantamento de documentos provenientes do Departamento de Ordem Política e Social de Goiás (Dops-GO).<sup>2</sup> O fundo arquivístico desse órgão é composto por 819 dossiês e mais de sete mil fichas criminais. Os dossiês contêm informações detalhadas advindas da investigação realizada pelo órgão, enquanto as fichas são uma espécie de índice com poucas informações, como nome, data de nascimento, profissão, nacionalidade, observação sobre o motivo pelo qual a pessoa foi indiciada, e o número do dossiê sobre ela. É importante pontuar que a documentação do Dops-GO presente no acervo é de referente a apenas uma das divisões do órgão, a Divisão Central de Informações do Estado de Goiás, o que demonstra lacunas. No material desse órgão foram localizados 22 nomes de mulheres investigadas por possuírem relações com o PCB.

Na intenção de ampliar a busca e completar o levantamento, foram analisados os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) produzidos pela Polícia Militar de Goiás. Esses inquéritos tinham como objetivo investigar ações consideradas subversivas pela Polícia Militar. As conclusões das investigações eram enviadas ao poder Judiciário, que ficava a cargo do julgamento e da possível condenação. Os IPMs instaurados para apurar a atuação do PCB durante a ditadura foram publicados em um capítulo do livro *A Ditadura Militar em Goiás: Arquivos Revelados – volume II*, produzido pela Associação dos Anistiados, pela Cidadania e Direitos Humanos do Estado de Goiás (Anigo). No livro, também é possível encontrar sentenças de tribunais e documentos provenientes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) sobre o PCB em Goiás. Nos inquéritos, além dos nomes já localizados nos dossiês do Dops, foram encontrados outros 17 nomes de mulheres indiciadas por manterem relações com o Partido.

Após os 39 nomes levantados, fizemos o cruzamento entre as informações recolhidas no Dops e nos IPMs com os documentos provenientes do Serviço Nacional de Informações (SNI), os quais estão disponíveis em formato digital pelo Sistema de Informações do Arquivo

---

<sup>2</sup> O acervo está disponível para pesquisa no Centro de Informação, Documentação e Arquivo da UFG (Cidarq) localizado no Campus Samambaia.

Nacional (Sian). Nessa etapa, mapeados os nomes dessas mulheres, foi possível realizar uma pesquisa mais específica no buscador do acervo. Por ser um órgão voltado à informação, o SNI tinha como ação o recolhimento do máximo de dados sobre os e as acusadas. Assim, os relatórios do órgão continham descrições detalhadas sobre as ações políticas, sobre o círculo social em que estavam inseridas as militantes, e até a aparência física das investigadas, o que enriqueceu o agrupamento de dados esquadrihados pela pesquisa.

Somadas aos documentos da repressão, foram utilizadas fontes de ordem secundária mas de grande importância para compreensão da trajetória de militantes do PCB no estado, especialmente das mulheres. Neste sentido, destacam-se os livros *Cela 14 – Militância, Prisão e Liberdade* (2009), escrito por Horieste Gomes; *Viagem a Moscou* (2010); e *Dicionário da Mulher* (2010), ambos de autoria da ex-militante Maria Stela Duarte Mendes (*in memoriam*),<sup>3</sup> além de documentos localizados no acervo documental na sede do PCB em Goiânia.

Para realizar a análise dessa documentação, tomamos como referência o método indiciário de pesquisa, de Carlo Ginzburg (1992). Propondo um olhar atento aos detalhes, esse método considera que, rastros tidos como secundários ou até mesmo negligenciáveis, podem guardar a chave de interpretação de um contexto social. Assim, o paradigma indiciário trabalha descobrindo nas fontes dados além daqueles que foram pretendidos revelar. Informações que, para o período e a sociedade no qual foi produzido, pode ter sido entendido apenas como um fato posto, mas, para o historiador, pode revelar um sistema vigente ou um imaginário social de determinada época.

O uso do método de paradigma indiciário nos permitiu extrair indícios para compreender a atuação de mulheres no PCB-GO. Destacam-se os seguintes tópicos: os cargos ocupados pelas militantes na estrutura partidária, compondo desde as organizações de base até cargos de grande poder decisório nos comitês; as relações exercidas pelos laços familiares na atuação política das militantes, visto que algumas delas faziam parte de famílias comunistas; e a ida de mulheres, vinculadas ao partido, para a União Soviética durante a Ditadura Militar, aspectos que serão abordados ao longo dos capítulos.

Uma das questões levantadas, além do quantitativo numérico e das ações desempenhadas junto ao partido, consiste em identificar quem eram essas 39 mulheres. A presente pesquisa parte da compreensão de que a categoria mulheres, ou mulheres militantes, não são homogêneas. Outras categorias como classe e raça, devem ser consideradas na

---

<sup>3</sup> Os livros escritos pela ex-militante Maria Stela Duarte Mendes foram gentilmente disponibilizados por sua família.

formação de diferentes identidades que compõem o grupo de mulheres que militaram na referida organização.

Partindo dessa perspectiva, buscamos mapear na documentação quais as características e marcadores sociais que compunham o grupo de militantes. Em relação à raça, mesmo que a documentação investigada ofereça pouca ou nenhuma descrição, faz-se necessário pontuar as condições de desigualdade e submissão que mulheres negras, pardas e indígenas, que certamente compuseram o partido, enfrentaram durante os anos de repressão em Goiás. No que tange à classe, nem todas as mulheres indiciadas receberam descrições a esse respeito, o que impossibilita determinar precisamente qual teria sido a incorporação de militantes de distintas estratificações sociais no partido.

Contudo, foram mapeadas estudantes de ensino médio, de cursos de graduação, profissionais liberais, como professoras, mulheres sem formação escolar e empregada doméstica. Nos indiciamentos feitos pela repressão, em que são descritas as profissões e ocupações dessas cidadãs fichadas, as estudantes foram o grupo que mais se destacou numericamente, compondo 28% do total. Mesmo com a imprecisão causada pela ausência de descrições sobre cada militante, é possível notar a presença preponderante de atuantes no movimento estudantil. Também, sobre a idade dessas mulheres, a faixa etária predominante de acordo com os inquéritos está na casa dos vinte anos.

O levantamento demonstrou uma numerosa e significativa atuação de mulheres no PCB, o que de antemão já responde aos questionamentos feitos sobre a relevância da participação feminina no partido. Porém, segue o incômodo sobre os poucos trabalhos historiográficos a respeito da militância política de mulheres na esquerda durante a Ditadura em Goiás. Um dos objetivos da pesquisa é, pois, contribuir para sanar essa lacuna.

A análise dessa documentação nos permite enfrentar a invisibilização na historiografia sobre a militância política de mulheres no Brasil. Esse problema se insere em um contexto maior, como apontam Soihet e Pedro (2007):

Nas ciências humanas, a disciplina História é certamente a que mais tardiamente apropriou-se dessa categoria [gênero], assim como da própria inclusão de ‘mulher’ ou de ‘mulheres’ como categoria analítica na pesquisa histórica. A trajetória, costumeiramente ‘cautelosa’, dessa disciplina, e o domínio do campo por determinadas perspectivas de abordagem, retardaram significativamente o avanço das discussões (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 284).

Só a partir do fim da década de 1960, com as transformações historiográficas que evidenciaram a importância das identidades coletivas de grupos sociais outrora excluídos, aliadas à explosão do feminismo, esse quadro passou a ser paulatinamente alterado e as

mulheres passaram a ser “alçadas como objeto e sujeito da História” (SOIHET; PEDRO, 2007). Tanto é assim que no Brasil os trabalhos sobre a participação de mulheres militantes na esquerda durante a Ditadura Militar começam a surgir com maior expressão a partir da década de 1990, com as obras precursoras das antropólogas Elizabeth Xavier (1996) e Mirian Goldenberg (1997), e da historiadora Ana Maria Colling (1997). Voltando-se especificamente para o estado de Goiás, a temática é ainda mais recente e pouco abordada.<sup>4</sup>

Nesse sentido, esta pesquisa investiga a atuação de mulheres militantes sob o prisma das relações de gênero, buscando perceber como elas são inscritas em suas trajetórias e nos enunciados repressivos. Para tanto, entende-se a categoria gênero enquanto elemento constitutivo das relações sociais, construído historicamente, que implica nas relações de poder implícitas nos papéis atribuídos socialmente aos homens e às mulheres. Tal conceito afasta-se dos determinismos biológicos e é entendido como uma construção social, como apontou Scott (1989, p. 21).<sup>5</sup>

Ao se propor analisar a ação política de mulheres e as representações construídas sobre elas pela repressão, as perspectivas teóricas utilizadas serão uma aproximação entre História Política e História Cultural. A História Política Renovada, em que se pauta o trabalho, afasta-se da perspectiva tradicional do século XIX, cuja descrição dos acontecimentos se dava de forma linear, cronológica e liderada pelos grandes personagens, desprezando outros grupos e forças do cenário político. As mudanças ocorridas dentro do paradigma historiográfico dão lugar a uma perspectiva que visa incluir a participação de diversos grupos e atores do jogo político, como, neste caso, as mulheres que, outrora, “foram ignoradas nas narrativas dos acontecimentos” (REMOND, 2003, p. 6). As mudanças trazidas pela Nova História Política se expressam por meio de uma abrangência nos tipos de fonte, na abordagem dos objetos e na perspectiva de longa duração (SOIHET, 2012, p. 27).

De acordo com René Remond, “há no político mais que o político” (2003, p. 36), considerando que a história política não deveria se fechar sobre si mesma e contentar-se com a contemplação exclusiva de seu próprio objeto. Propõe-se, então, o estabelecimento de

---

<sup>4</sup> Mesmo que de maneira incipiente, a temática a respeito do Partido Comunista Brasileiro em Goiás já foi estudada por Lúcia Helena Rincon (1982), onde a autora deu foco aos anos de legalidade vivenciados pela organização entre 1945 e 1947, utilizando como fonte o jornal *O Estado de Goiás*. A questão da militância feminina nas esquerdas também foi abordada no estado de Goiás por Camila de Jesus Silva (2016), onde a historiadora debruçou-se, a partir da documentação oral e escrita, sobre a Ação Popular (AP) e a “nova esquerda” em Goiás, encontrando outras militantes que também obtiveram protagonismo nesta organização entre os anos de 1960 e 1970.

<sup>5</sup> Ressalta-se que o trabalho traça uma análise de gênero orientada pela visão da autora, do presente sobre o passado. As questões de gênero certamente não estavam postas para as mulheres militantes do PCB no período aqui analisado. Dessa forma, trata-se de uma história sobre elas, e não na perspectiva delas.

ligações entre o político e outras áreas – como o ideológico e o cultural – levando em conta a influência que as crenças e o comportamento podem exercer na política. É este o ponto em que a História Política se aproxima da História Cultural. Essa, apesar de todas as mudanças ocorridas na área ao longo do tempo, preocupa-se com o simbólico e suas interpretações. Tal perspectiva se pauta na busca de significados, nas práticas, nas representações, na mentalidade e no imaginário, “construídos pelas diferentes sociedades em diferentes períodos” (BURKE, 2008).

A História Cultural investiga a forma como o mundo real nos é apresentado, ou seja, como um conjunto de símbolos construídos pela experiência humana são compartilhados pelos indivíduos numa determinada época e sociedade. Sendo a cultura uma forma de expressão e tradução da realidade por meio de símbolos, admite-se que os sentidos atribuídos às palavras já estão imbuídos de uma apreciação valorativa (PESAVENTO, 2005, p. 10). Inserido nessa concepção de História Cultural, portanto, este estudo utiliza-se do conceito de representação de Roger Chartier a fim de identificar a forma como “uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”:

As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 2002, p. 17).

A partir desse conceito, propõe-se a analisar como foram construídas as representações em torno da figura das mulheres militantes do PCB no estado de Goiás nos discursos proferidos pelos órgãos da repressão. A intenção é problematizar, sob o prisma das relações de gênero, como os agentes entenderam e descreveram o que é ser uma mulher militante de esquerda durante a Ditadura e o que é ser comunista. Essas imagens, construídas sobre as/os supostas/os inimigas/os, homens e mulheres comunistas, compõem um imaginário compartilhado não só pelos agentes da repressão, mas também por outros grupos da sociedade civil, como se verá adiante.

Ainda sobre o diálogo entre História Política e História Cultural, o trabalho se ampara no conceito de cultura política, que pressupõe “a convicção de que as decisões políticas tomadas por homens e mulheres não são orientadas estritamente pelo plano racional, por vontades e interesses, mas também pelo inconsciente, pelas crenças, costumes e sentimentos” (NAPOLITANO; CZAJKA; MOTTA, 2013, p. 11). Esse conceito, nos ajuda a compreender como as crenças, costumes e ideias compartilhadas entre os comunistas, seja dentro das

famílias ou do próprio partido, contribuíram para inserção e atuação de homens e mulheres no PCB.

O conceito de cultura política também será utilizado para analisarmos as imagens compartilhadas pelo grupo contrário aos comunistas: os anticomunistas. Pensar o anticomunismo a partir do conceito de cultura política, é compreender que são criadas representações pautadas em convicções e sentimentos, como o medo e o ódio, os quais demarcam quem são os inimigos, o outro (NAPOLITANO; CZAJKA; MOTTA, 2013). Esses signos são compartilhados culturalmente por um conjunto de pessoas através de um imaginário, o que contribui para orientar atuações políticas, aceitação de projetos e ideias.

O anticomunismo, enquanto aspecto da cultura política no Brasil, não é um fenômeno isolado. Apesar de vir à tona com mais força em alguns momentos específicos, essa é uma característica que persiste no cenário político do país. Isso porque o imaginário anticomunista chegou a ser utilizado como argumento decisivo para convencer a sociedade da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda, justificando golpes de Estado, como o Estado Novo (1937), e em 1964 com o Golpe Militar, e também utilizado como justificativa para monitorar mulheres vinculadas ao PCB (MOTTA, 2000), como no caso aqui estudado.

Para a melhor compreensão da categoria imaginário anticomunista, faz-se necessária a conceituação de imaginário social como um “conjunto de representações imagéticas de determinados aspectos ou fenômenos da vida social como anseios, medos, utopias, valores e crenças” (MOTTA, 1996, p. 96). Essas representações, portanto, são importantes à medida em que tornam-se assimiláveis aos aspectos da vida real ou, como aponta Chartier (2002), como a realidade é dada a ler.

As representações não necessariamente coincidem em totalidade com o real, e não são simplesmente uma mistificação, de modo que, “o imaginário social é um elemento que constitui a cultura política” (MOTTA, 1996, p. 96). Isso remete à constatação de que é necessária a análise dos grupos sociais que as forjam, para melhor compreender suas intencionalidades. Assim, a formação de um imaginário por meio de representações, contribui para conferir coesão e imprimir uma identidade aos grupos sociais.

Portanto, esta pesquisa lança mão dos conceitos de cultura política e imaginário anticomunista para melhor analisar como os aspectos culturais, as representações, os sentimentos e as crenças, exercem influência nas ações políticas dos indivíduos. Dito isso, ressalta-se que o objetivo do trabalho é esquadrihar a atuação das mulheres militantes do PCB por meio das representações que a repressão criou sobre elas, inseridas no imaginário

anticomunista de demonização do Outro, além de buscar entender quais aspectos presentes na documentação descrevem suas ações junto ao partido, como os cargos ocupados e as atividades desempenhadas.

A partir disso, os capítulos se organizaram da seguinte forma: o primeiro, volta-se para a inserção das mulheres militantes no PCB-GO sob o olhar da repressão. Inicia-se com o diálogo entre a historiografia e os dados encontrados pela pesquisa, a respeito da entrada de mulheres na esquerda em âmbito nacional, em especial no PCB do estado de Goiás. Nos tópicos seguintes deste capítulo, é apresentada uma análise sobre o aparato repressivo a partir do caminho percorrido pelos acervos de diferentes órgãos para encontrarmos as mulheres filiadas ao Partido Comunista Brasileiro em Goiás. Também foram feitas as diferenciações entre os órgãos de informação e de segurança, a fim de melhor compreender seus campos de atuação. Nesse sentido, buscamos ater o olhar sobre como o anticomunismo se expressa na documentação acerca das militantes.

No segundo capítulo, após apresentado o *modus operandi* dos órgãos que emitiram os documentos examinados, e dos dados numéricos levantados sobre a atuação das mulheres militantes, analisamos as descrições delas em suas fichas criminais, nos dossiês e nos inquéritos. Nos documentos que monitoraram as atuações dessas mulheres, alguns aspectos tiveram maior evidência, como os cargos ocupados por elas, as atividades realizadas junto ao partido, e suas vinculações às famílias comunistas.

O terceiro capítulo trata de outro âmbito da atuação dessas militantes, o qual adquiriu relevância durante a investigação documental: as pecebistas goianas que fizeram intercâmbio na União Soviética. Algumas filiadas ao partido, ousaram atravessar a “cortina de ferro”<sup>6</sup> durante o período de tensão que a América Latina vivia com os efeitos da polarização advinda da Guerra Fria. O capítulo três, desse modo, propõe discutir esse intercâmbio de pecebistas para a URSS, sob verificação das relações internacionais entre Brasil e União Soviética durante a ditadura, abordando as ambiguidades entre a política externa brasileira e a política de Segurança Nacional que, de um lado, manteve relações com a potência comunista durante a Ditadura Militar e, por outro, perseguiu o comunismo em âmbito interno. Tratamos, ainda, das consequências causadas à vida dessas mulheres, em decorrência do intercâmbio, nos espectros pessoal, profissional e político, levando em conta as perseguições sofridas ao regressarem ao Brasil.

---

<sup>6</sup> O termo “Cortina de Ferro” foi proferido pela primeira vez em 1946 pelo chanceler britânico Winston Churchill, referindo-se aos países do Leste Europeu, que supostamente sofriam as imposições de um regime socialista orientado pela Rússia. O uso do termo, marcado pelos confrontos políticos e ideológicos da Guerra Fria, ganha popularidade e passa a compor discursos anticomunista (BIAGI, 2001).

## **CAPÍTULO 1 – AS MULHERES MEMBRAS DO PCB SOB O OLHAR DA REPRESSÃO EM GOIÁS**

### **1.1 A militância feminina no partido**

A partir da década de 1960, verifica-se o “crescimento significativo da participação de mulheres na esquerda em geral, as quais irrompem o espaço público e se inserem em organizações contrárias ao regime” (RIDENTI, 1990, p. 7). A partir disso, o presente tópico tem como intuito relacionar os dados sobre a atuação de mulheres no PCB em âmbito nacional e regional, em Goiás. Esse diálogo será feito a partir da incipiente historiografia sobre a temática no estado e da análise de documentos da repressão empreendida na localidade.

A atuação política de mulheres durante a Ditadura Militar teve sua importância subestimada e desqualificada pela repressão, uma vez que os agentes as enxergavam como seres incapazes de decisão política, ao avaliarem que elas estariam agindo não por vontade própria, mas pela influência de homens, sejam pais, maridos ou namorados (COLLING, 2004). Nesse sentido, as representações delas estão ligadas ao aspecto desviante, que foge aos padrões socialmente estabelecidos para as mulheres. Aos olhos dos agentes do Estado ditatorial, tais mulheres cometiam dois pecados: se insurgir contra o regime, associando-se a grupos de esquerda; e desconsiderarem o lugar socialmente estabelecido e destinado a elas – o lar e a família (COLLING, 2004, p. 7). Dessa forma, as mulheres rompiam os padrões estabelecidos para os dois sexos.

O lar e a família representavam o ambiente privado, local historicamente imposto às mulheres. Enquanto, do lado oposto, no âmbito público, tinha-se a política, as ruas, e a cidade como lugares de atuação dos homens. Essa divisão entre público e privado marca a história das mulheres e acentua a desigualdade de gênero no cenário político a partir da forma secundária atribuída às mulheres que ocupam as instâncias de poder (PEDRO, 2000, p. 36).

Sobre essa dicotomia entre público e privado e a presença das mulheres na política, Arlete Farge (1994) nos alerta sobre os perigos de tratar a questão de uma forma reducionista. Partir do binômio “dominação/ exclusão” (FARGE, 1994) como algo universal e constante, se afasta do que seria uma análise.

Para tanto, a mera reprodução do conceito “público” e “privado”, que é constituído socialmente, acaba por naturalizar os mesmos indivíduos nos mesmos papéis: homens como força de dominação (público) e mulheres como excluídas (privado). Mesmo que exista essa

separação de esferas, Farge propõe um olhar dialético, que ultrapassa a oposição entre as duas como o único terreno de confronto, e busca encontrar os contrapoderes desempenhados pelas mulheres, investigando como a política se dá nas relações cotidianas. Sobre isso, propomos realizar neste trabalho o mesmo olhar teórico.

Michelle Perrot, por sua vez, destaca a oposição entre a mulher pública e o homem público. A primeira é, a citar, propriedade comum, cujo indivíduo desviante é a meretriz, digna de horror e constrangimento; enquanto o segundo, é dono da própria ação, sendo sujeito autônomo e que toma decisões políticas (PERROT, 2014). Dessa maneira, a mulher pública, ligada à promiscuidade, se aproxima do que Ana Colling<sup>7</sup> apontou como “Putá Comunista”, a representação construída pela repressão que buscou deslegitimar a atuação política feminina, porque mulheres ousaram atravessar as barreiras socialmente impostas ao gênero (COLLING, 1997).

É certo, no entanto, que durante as décadas de 1960 e 1970 houve, no Brasil, grandes transformações nas relações de gênero,<sup>8</sup> como a disseminação da pílula anticoncepcional, a revolução sexual,<sup>9</sup> o ingresso crescente de mulheres nas universidades, no mercado de trabalho<sup>10</sup> e no ambiente político. Essa maior inserção feminina na vida pública trouxe mudanças consideráveis nas formas de pensar e agir de homens e mulheres (JOFFILY, 2008, p. 249). A partir disso, tornou-se visível a atuação política de mulheres, que, segundo Marcelo Ridenti (1990), compuseram cerca de 16% do total de pessoas processadas pela Justiça Militar por envolvimento com organizações de esquerda, de acordo com os dados provenientes do Projeto Brasil Nunca Mais investigados pelo autor (RIDENTI, 1990, p. 114).

---

<sup>7</sup> Ana Maria Colling (1997) em “A construção do sujeito político “mulher subversiva” (1997) usa como fonte os documentos do Dops e do Serviços de Ordem Político Social (Sops) do Rio Grande Sul e de história oral para analisar as representações acerca da mulher subversiva.

<sup>8</sup> Como mencionado na introdução, este trabalho vincula-se à uma perspectiva de gênero, que segundo Joan Scott (SCOTT, 1989, p. 21) refere-se à uma construção social, afastando-se de determinismos biológicos.

<sup>9</sup> A revolução sexual foi um movimento contestatário iniciado em 1968 e que teve como marco inicial o dia 22 de março, na França, onde ocorreu uma ocupação dos dormitórios femininos da Universidade de Nanterre, em protesto contra a divisão e repressão sexual imposta pela universidade. Esse episódio inaugurou uma série de eventos que culminaram no chamado maio de 1968. O movimento alcançou jovens de muitos países, como França, Estados Unidos e Brasil. O objetivo era questionar e subverter os valores morais socialmente estabelecidos. Essa revolução dos costumes se contrapunha às normas impostas pela igreja, pela família e pelas gerações anteriores, especialmente no que toca a vida privada e a sexualidade. A pauta era o prazer na vida cotidiana, a construção de novas dinâmicas nas relações pessoais e na maneira de pensar o corpo e a sexualidade. Essa “libertação” tinha um significado diferente para a América Latina, que vivenciava governos antidemocráticos e não uma democracia burguesa como nos países da Europa. No Brasil, os primeiros grupos de reflexão sobre essa questão surgiram em 1972, no Rio de Janeiro e em São Paulo, pelo que se sabe. As discussões realizadas por grupos de mulheres sobre sexualidade e temas como desejo sexual, ausência de orgasmos, aborto contribuiu para que muitas delas se reconhecessem feministas e compreendessem que essas questões vistas como privadas, e até proibidas de serem ditas publicamente, eram na verdade questões políticas (NUNES; WOLFF, 2019, p. 233-253).

<sup>10</sup> É importante pontuar que as mulheres sempre ocuparam o mundo do trabalho, contudo, neste contexto, há uma crescente na inserção de mulheres advindas da classe média em ofícios remunerados.

Todavia, esses dados são problematizados por Cristina Wolff (2007). A autora estima que a porcentagem de mulheres envolvidas tenha sido ainda maior que os 16% ao considerar que elas conseguiam escapar mais facilmente das batidas policiais, uma vez que eram subestimadas como sujeitos políticos pelos órgãos repressivos. Para endossar o argumento, Olívia Joffily (2005) afirma que os dados numéricos coletados através da documentação da polícia política não fornecem um retrato completo da participação feminina, isso porque que elas foram menos documentadas do que seus companheiros de atuação, em função dos trabalhos muitas vezes realizados nos bastidores e na retaguarda de seus grupos políticos.

Mesmo que o percentual apontado por Ridenti (1990) possa ter sido maior, o autor assinala que a porcentagem de mulheres processadas por integrar grupos da considerada “esquerda tradicional” como o PCB, antes e após 1964, era algo em torno de 5%. Enquanto nos grupos armados, esse número chegava a 18%. Lilian Back (2013) apresenta alguns fatores que podem contribuir para entendermos essa menor adesão de mulheres ao PCB. O primeiro deles é a revolução sexual.

Havia uma resistência de dirigentes e de outros membros do partido às mudanças nos comportamentos da sociedade, mas mais especificamente à variação dos hábitos ligados às mulheres. Tal afirmação converge com a postura esperada pelos membros do PCB, visto que lhes era imposto um rígido código moral,<sup>11</sup> que previa discricção em assuntos relacionados à sexualidade e à valorização da família heteronormativa e monogâmica, de forma que o descumprimento dessas normativas acarretaria em punições severas (MOTTA, 1997).

É importante pontuar, nesse aspecto, que o Partido Comunista Brasileiro ascende no país sob a égide do stalinismo e ao que inferimos acerca da contribuição desse pensamento para a postura do PCB em secundarizar as questões idiossincráticas das mulheres. Respalado pelo período comandado por Stálin, a União Soviética retrocedeu frente às conquistas de emancipatórias do feminino, como a legalização do aborto e do divórcio, – logro do governo Lênin – e aperfeiçoou a propaganda, que reforçava o papel tradicional da mulher como mãe e dona de casa (FREITAS, 2016).

Dessa forma, reforçar valores morais tradicionais destoava da ideia de liberdade e de autonomia das mulheres, já defendidas pelo incipiente movimento feminista, e pode ter contribuído com o afastamento delas de seus quadros, como aconteceu no âmbito do PCdoB

---

<sup>11</sup> Segundo Rodrigo Patto (1997, p. 69-83), havia entre os comunistas um código moral rígido, especialmente no tocante à questão sexual e familiar. O não cumprimento deste código poderia acarretar penalidades severas. O enquadramento da vida dos militantes a partir das normas do Partido sugeria a abnegação de determinados desejos e práticas que pudessem destoar das expectativas morais comunistas, nenhuma renúncia deveria ser medida quando a causa central era a revolução.

anos mais tarde.<sup>12</sup> O Partido Comunista, por conseguinte, manteve com as mulheres uma relação de ambiguidade: por um lado reconhecia a necessidade de fazê-las participar das atividades partidárias, afastando-as de concepções burguesas, e sob outro ângulo, as reservava a um papel subalterno, no qual elas eram excluídas das funções de maior poder decisório (SOIHET, 2013).

O segundo aspecto apontado por Back (2013) é a especificidade da composição dos movimentos de resistência ao regime militar. Os grupos de característica nacionalista, como o PCB, “concentravam maior número de integrantes provenientes de camadas de base, como trabalhadores urbanos, lavradores e até de militares de baixa patente”, enquanto “a esquerda que aderiu à luta armada” (BACK, 2013, p. 23) era constituída por militantes majoritariamente de camadas médias, reunindo pessoas intelectualizadas, especialmente estudantes, e mulheres.<sup>13</sup>

Nesse sentido, a maior adesão de estudantes à pauta da esquerda armada pode ter contribuído com o número menor de mulheres no PCB, já que esta foi uma das organizações que menos concentrou estudantes em níveis nacionais (6,3%). Ainda segundo Back (2013), em decorrência da negação da luta armada como tática de atuação durante o regime, o PCB não se apresentava como alternativa atraente de militância para os jovens que iniciavam suas atividades no período. Embora o PCB fosse o único partido com inserção histórica e consolidada no movimento de mulheres,<sup>14</sup> esse não conseguiu aumentar significativamente o percentual durante o regime, de acordo com os dados analisados do Projeto Brasil Nunca Mais (1985).

Dentro do Partido Comunista Brasileiro, como mencionado, as mulheres não possuíam uma relação de igualdade em relação aos homens e não encontraram um espaço aberto para a discussão sobre as especificidades de opressão sofridas. A esquerda não propiciava o debate sobre as relações feminino/masculino, pois o objetivo central era a luta de classes (COLLING,

---

<sup>12</sup> As militantes do PCdoB durante a Ditadura Militar, além de comumente ocuparem posições secundárias na estrutura partidária, eram questionadas sobre suas capacidades de luta por serem mulheres e hostilizadas quando se propunham a discutir questões relacionadas à autonomia feminina. Como apontou a ex-militante Criméia Almeida, ao ser surpreendida pelo então dirigente do PCdoB, João Amazonas, na ocasião da Guerrilha do Araguaia, onde ele diz que a ida de mulheres para a Guerrilha dependeria da atuação dela. O dirigente duvida da capacidade de atuação das mulheres militantes. Outro exemplo a destacar é o relato de Amelinha Teles, irmã de Criméia. Segundo a militante, ela foi repreendida pelo partido por ser vista em uma reunião de mulheres discutindo sobre aborto, pauta que o partido considerou secundária e se negou tratar. O posicionamento do PCdoB, que reiterava valores morais tradicionais de forma autoritária, fez com que essas mulheres se desligassem do partido no início dos anos oitenta e se inserissem no movimento feminista. (RAGO, 2015, p. 25).

<sup>13</sup> O movimento estudantil foi a porta de entrada para a militância organizada, e mais intenso no caso das mulheres (BACK, 2013 p. 23).

<sup>14</sup> O PCB participou organicamente das Conferências Femininas – nacionais e regionais – e da Federação de Mulheres Brasileiras, a qual ajudou a fundar em 1947 (MACEDO, 2001 apud BACK, 2013, p. 36).

2004). Desse modo, “sugerir a discussão sobre a questão das mulheres poderia soar como ato divisionista na luta pela revolução comunista” (PEDRO, 2013, p. 252). Assim, a avaliação da doutrina comunista era a de que, com a revolução e a instauração do comunismo, questões como a relação de gênero estariam automaticamente resolvidas. Nessa perspectiva, a opressão sofrida pelas mulheres seria “resultado unicamente das condições postas na sociedade capitalista” (SOIHET, 2012, p. 113).

Salienta-se que a valorização das mulheres, a defesa de sua autonomia e de sua participação política, entre outras questões, configuravam bandeiras do incipiente movimento feminista no Brasil, que não eram bem-vistas dentro do PCB. Tanto era assim que o próprio termo feminista – grifo nosso – era evitado entre os indivíduos que lutavam pela emancipação de mulheres (ALVES, 2020). Para os que seguiam as posturas do partido, a luta contra discriminação sexual e pela emancipação feminina era, conseqüentemente, considerada secundária e até perniciosa, pois poderia retardar a luta pela sociedade sem exploração de classes. A postura do partido só sofreu modificação significativa a partir de 1975, com a ascensão do “movimento feminista no Brasil aliado ao retorno de militantes exiladas que, ao regressarem, passam a questionar a posição tomada pelo partido até então” (ABREU, 2008, p. 3).<sup>15</sup>

A ausência de discussão sobre as desigualdades entre homens e mulheres acabava por reforçar o poder dos homens nas organizações de esquerda. Embora as mulheres fossem aceitas e bem-vindas para compor os quadros, elas comumente não ocupavam os mesmos postos e nem exerciam as mesmas funções que os homens. A divisão hierárquica dentro das organizações tendia a excluir as mulheres das funções politicamente mais relevantes e de maior poder decisório (SOIHET, 2012). Assim, as poucas mulheres que obtiveram destaque de liderança à época também sofreram a invisibilização da historiografia sobre o período até

---

<sup>15</sup> O retorno de mulheres exiladas ao Brasil, associado às experiências das que permaneceram no país nos anos 1970, propiciou aos feminismos locais uma nova configuração. A partir de então, questões que outrora estiveram em segundo plano ganham relevo, especialmente as que tangem à esfera privada, tais como as relativas ao corpo, ao desejo, à sexualidade, à violência. Dentre as mulheres exiladas que contribuíram para o estabelecimento de novas configurações destaca-se Danda Prado, que desde os 17 anos já falava sobre sexualidade na Associação de Mulheres do Partido Comunista, e que durante o exílio na França fundou o *Grupo Latino-americano das Mulheres em Paris*, mesmo contrariando a esquerda tradicional. Danda Prado contribuiu para a difusão das ideias feministas na América Latina através da revista *Nosotras*. (SOIHET, 2010). Outra experiência importante, especialmente no que tange a influência que causou para as reformulações nas diretrizes do Partido Comunista, foi Zuleika Alambert, ex-membro do Comitê Central do PCB. Uma das fundadoras do Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, grupo vinculado ao Partido. Em exílio do Chile para a Europa, Alambert passou a questionar, inclusive, a instrumentalização que o Partido fazia das mulheres, que eram incorporadas aos quadros tendo suas pautas específicas secundarizadas (SOIHET, 2010). A ex-militante escreve o prefácio da resolução publicada em 1979 pelo PCB sobre a questão da mulher, documento fruto das pressões de militantes que marca uma mudança de perspectiva do Partido em relação às mulheres.

muito recentemente, como é o caso de Dilma Roussef, Iara Iavelberg, Vera Magalhães – para citar apenas alguns nomes.

Sobre a assimetria de gênero nos cargos ocupados e distribuição de tarefas dentro da organização, Zuleika Alambert, a primeira mulher a compor o Comitê Central do Partido Comunista no Brasil no início dos anos 1970, afirma que o

machismo imperava, e isto aparecia, nitidamente, na divisão dos trabalhos. As mulheres atuavam como datilógrafas, taquígrafas nas reuniões do Partido. Serviam cafês, cozinhavam, limpavam os chamados ‘aparelhos’. Nas comissões políticas de trabalho eram geralmente eleitas para as comissões gerais, ou seja, aquelas onde cabia de tudo. Para representar o Partido nos Congressos Internacionais jamais eram eleitas e assim por diante. (ABREU, 2008, p. 2)

As relações de assimetria entre homens e mulheres são relatadas por Alambert quando afirma que as militantes eram destinadas a desenvolver atividades de menor importância política dentro da hierarquia. Acompanhando essa afirmação, verificou-se na documentação pesquisada que a imensa maioria das militantes do PCB em Goiás atuaram em Organizações de Base (OB), em funções de agitação, propaganda, cooptação e finanças. Todavia, foram localizadas apenas três mulheres que se destacaram em número de ocorrências na documentação policial por desenvolverem atividades centrais no Partido: Maria Stela, Dione Damasceno e Dalva Moura – conforme detalharemos mais adiante.

Sobre a formação dos quadros do PCB no estado de Goiás, é possível traçar aproximações e distanciamentos em relação aos dados nacionais. David Maciel (2014), ao analisar relatos de ex-militantes que atuaram em grupos de oposição à Ditadura Militar em Goiás entre as décadas de 1960 e 1970, identificou que, dos quarenta e sete depoimentos que compunham o corpus documental de seu trabalho, vinte e quatro atuaram em algum momento de sua trajetória política no PCB-GO.<sup>16</sup> Após o Golpe, daquele conjunto de ex-militantes, somente vinte e dois continuaram atuando, o que corresponde a mais da metade do total. Os dados levantados evidenciam a forte presença do PCB em Goiás, e Maciel (2014) defende que o PCB foi a maior organização de esquerda no estado até 1972, período no qual sofreu, em decorrência da repressão, desarticulação. Mesmo com os “rachas” promovidos pelas diversas

---

<sup>16</sup> As pesquisas sobre a atuação das esquerdas em Goiás são incipientes, sendo o artigo de David Maciel (2014, p. 359-377) um dos raros a se debruçar sobre os depoimentos de ex-militantes, trazendo dados quantitativos. Mesmo que o trabalho utilize um recorte temporal que se encerra em 1972, e que o espaço amostral de militantes seja pequeno, 47 indiciados, se comparado ao número de aproximadamente 500 pessoas indiciadas por crimes políticos em Goiás, de acordo com a Associação dos Anistiados em Goiás (Anigo), é um levantamento representativo e que colabora para analisar comparativamente o estado e as proposições nacionais. Outro trabalho que se propõe a analisar as esquerdas em Goiás é o de Bruno Cunha (2001), porém, o autor apresenta quadros numéricos apenas de um órgão do aparato repressivo, o SIC (Seção de Identificação Criminal da Polícia Civil de Goiânia). E neste, o número de indiciados pelo PCB é de apenas quatro pessoas.

organizações que surgiram e com a opção pela luta armada, o Partido se mantém como grupo hegemônico no interior da esquerda goiana (MACIEL, 2014).

No que tange ao movimento estudantil, 72% do total de casos analisados por David Maciel (2014) abrangiam integrantes do movimento secundarista ou universitário. Esse dado expressivo se apresenta como uma especificidade do estado de Goiás, uma vez que os “dados nacionais” apresentados por Marcelo Ridenti (2010, p. 114) sobre a atuação de estudantes nos quadros da esquerda nacional, giram em torno de um quarto (24,5% do total de processados).

De acordo com Maciel (2014), essa forte atuação estudantil, que compôs os quadros do PCB, colaborou para que o Partido não fosse completamente desmantelado porque “O movimento estudantil consegue manter suas atividades, dentre as quais passeatas, panfletagens, greves e comícios relâmpagos,” (2014, p. 368) e, assim, ganha novos militantes mesmo após o primeiro ataque das forças repressivas entre os anos de 1964 e 1965. O peso da atuação estudantil incide nos dados sobre o PCB em Goiás e, por conseguinte, sobre o perfil de mulheres militantes do partido, estabelecido a partir da documentação produzida pelos órgãos de repressão em Goiás.

Do total de trinta e nove mulheres membras do PCB mapeadas na documentação policial do Dops, do SNI e nos inquéritos da Polícia Militar de Goiás, pelo menos onze eram estudantes, sendo seis estudantes universitárias, matriculadas em diferentes faculdades da Universidade Federal de Goiás (UFG): Direito, Medicina e Instituto de Ciências Humanas e Letras. Outras cinco estudantes cursavam o ensino secundário, com destaque para o Colégio Pedro Gomes e para o Instituto de Educação de Goiás - IEG. Constata-se, então, que 28% das mulheres militantes do PCB, em Goiás, eram estudantes, confrontando a proposição de Lilian Back (2013) de que o partido, em nível nacional,<sup>17</sup> não tenha conseguido se tornar atrativo para as jovens que ingressaram na militância política.

No entanto, mesmo com a crescente inserção nos grupos de esquerda, a repressão buscava minimizar o caráter político da atuação dessas mulheres e a sua autonomia de escolha ao ingressarem nos partidos de oposição ao regime, conforme observara Ana Colling (1997). Segundo a historiadora: “As mulheres militantes nos partidos de esquerda eram vistas como objetos pela repressão, jamais como sujeitos. Objeto que se compra, ganha e troca, ou se alicia” (COLLING, 1997, p. 99).

Em Goiás, pode-se confirmar essa tendência ao se identificar uma grande quantidade de ocorrências nas quais as militantes são descritas pela repressão a partir de sua relação com

---

<sup>17</sup> Lilian Back (2013) utiliza-se dos dados recolhidos por Marcelo Ridenti (2010), que por sua vez, extraiu tais informações dos processos judiciais do acervo do projeto Brasil Nunca Mais.

os companheiros de partido, desconsiderando, portanto, seu potencial político, e indicando que elas estavam tuteladas por algum homem. Nesse sentido, as palavras “aliciada” e “cooptada” aparecem comumente na documentação, não sofrendo a mesma adjetivação os homens do partido quando mencionados. Em outros termos, dificilmente aparece, na documentação, a descrição de que um homem fora aliciado ou cooptado por alguém para realizar alguma atividade de militância política.

Ademais, a diferença de tratamento entre homens e mulheres militantes pela repressão, não se manifesta apenas no conteúdo das fichas e dossiês analisados em nossa pesquisa. A historiografia construída a partir de relatos de militantes vítimas da repressão no período ditatorial, aponta a existência de torturas específicas para mulheres, com ênfase na violência sexual, no sadismo e no uso de familiares em situação de tortura, incidindo, também, de forma diferenciada na questão psicológica. É evidente que a tortura física e psicológica não se restringiu às mulheres, contudo as torturas de cunho sexual foram preferencialmente direcionadas a elas (JOFFILY, 2010).

Segundo Olívia Joffily (2010, p. 233) “é no contexto da tortura e de suas formas que as relações opressoras de sexo/gênero atingem seu ápice”, de modo que tais opressões de gênero se manifestam, especialmente, ao considerarmos que a maioria dos torturadores eram homens, e, como já mencionado, as mulheres militantes, para os agentes da repressão, eram consideradas “putas” (JOFFILY, 2010). A relação lógica, segundo a autora, era a alternância de interrogatórios com violência sexual. Assim, a dor física associada a atos de natureza íntima aumentava o sentimento de humilhação das vítimas (JOFFILY, 2010).

Não foi possível identificar nenhuma menção direta à tortura física perpetrada às mulheres ou homens militantes do PCB em Goiás através da documentação levantada nos órgãos da repressão – seja no Dops, no IPM ou àquela produzida pelo SNI, depositada no Arquivo Nacional. Entretanto, isso não quer dizer que a prática não tenha ocorrido. Ao contrário, a prática da tortura deve ser considerada como ação instituída e amplamente utilizada pela repressão no estado de Goiás, como é constado em muitos trabalhos autobiográficos e memorialísticos de ex-militantes no estado durante a Ditadura Militar (ALVES, CORTÊS, 2013; SOUZA, 2009), bem como, em trabalhos acadêmicos que abordam o tema no estado (SOUZA, 2009, p. 109).

Dentre essas publicações memorialísticas, destacam-se os livros de Horieste Gomes (2009), à época militante do PCB. Em *Cela 14* (2009), o autor narra as experiências de violência empreendidas contra ele e seus companheiros do partido. Do mesmo modo, no livro

de memórias de Laurenice Noletto (2020), intitulado *Flores no Quintal*, são relatadas as dificuldades enfrentadas por ela e o esposo Wilmar Alves, ex-militante do PCB, que também fora preso e torturado. No livro, encontra-se fortes indícios de que essa prática de violência de Estado foi bastante difundida em Goiás.

Cabe reiterar que, a despeito da subestimação da atuação política das mulheres pelos órgãos da repressão e, como a historiografia destaca, pelo próprio partido, a presença de mulheres militantes no PCB em Goiás é expressiva. Elas formavam um número significativo de 39 comunistas. Tais militantes que insurgiram-se contra as expectativas impostas ao gênero, sobretudo em um estado marcado pela cultura política patriarcal,<sup>18</sup> terão suas atuações junto ao PCB-GO, aqui analisadas.

## 1.2 A documentação da repressão em Goiás e o PCB

As principais fontes utilizadas como fundamentação deste trabalho foram documentos do Departamento de Ordem Política e Social de Goiás (Dops-GO). Trata-se de um *corpus* documental que reúne fichas e dossiês sobre pessoas de diferentes correntes de esquerda ou que, mesmo sem vinculação política, foram monitoradas pelo órgão de repressão durante a Ditadura Militar. Mapeamos, especificamente, os documentos que mencionam o PCB na tentativa de encontrar as mulheres supostamente vinculadas a esse partido. A documentação do órgão apresenta lacunas significativas, e mesmo assim foram encontradas 22 mulheres militantes do PCB.

---

<sup>18</sup> Por modelo de família patriarcal, entendemos que modificou-se, a depender do espaço e do tempo. Contudo, esse conceito segue sendo utilizado como legitimador de desigualdades de direitos entre homens e mulheres. Atualmente, o patriarcalismo está vinculado à existência de um modelo ideológico que naturaliza a dominação masculina nas relações sociais e familiares (LIMA; SOUZA, 2000), e sobre a existência da família de modelo patriarcal historicamente construída no Brasil, Sérgio Buarque de Holanda (1971) destaca que, ao se deslocarem do campo para as cidades, ainda no fim do período colonial, as estruturas familiares se transformariam. Mas famílias da classe dominante mantiveram o patriarcalismo como sendo “o grande modelo por onde hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados” (HOLANDA, 1971, p. 50-53 apud LIMA; SOUZA, 2015, p. 580). O autor aponta a extrapolação de um modelo familiar patriarcal para relações políticas. Diante disso, no estado de Goiás, é sentida a ausência de trabalhos acadêmicos que tratem sobre como o patriarcalismo, – principalmente acrescido do agrarismo e da política oligárquica, marcantes na história do estado – se manifestou nas questões de gênero, na divisão entre público e privado, e nas expectativas sociais atribuídas a homens e mulheres. É evidente, portanto, que as características oligárquicas marcam a cultura política em Goiás, visto que as mesmas famílias, geralmente latifundiárias, representadas por homens que disputaram o poder político no início do século XX, continuam a ocupar os mais altos cargos políticos em Goiás no século XXI. Assim sendo, até o ano de 2021, Goiás nunca elegeu uma governadora, e os índices de representação feminina nos cargos eleitos é baixo. Faltam ainda, trabalhos que abordem as questões de gênero na História Política em Goiás e discutam de que maneira os aspectos culturais podem ter contribuído para afastar as mulheres do cenário político. Entende-se por patriarcalismo a forma de organização familiar e social em que um homem, o patriarca, submete os outros membros da família ao seu poder. E esse poder masculino não se limita ao espaço doméstico, mas se reflete na organização da sociedade, inclusive na política (LIMA, SOUZA, 2000).

A fim de acompanhar a trajetória delas nos órgãos repressivos, estendemos a pesquisa aos Inquéritos da Polícia Militar de Goiás (IPM), que compreendem indiciamentos de pessoas consideradas subversivas e vinculadas a diferentes matizes políticas (Anigo, 2016, p. 749 - 948). Essa documentação, além de reunir informações mais sistematizadas sobre a atuação de militantes, apresenta mais dezessete nomes em relação aos vinte e dois localizados no Dops-GO, totalizando trinta e nove mulheres, que, filiadas ao PCB, atuaram em Goiás durante a Ditadura Militar. Acrescenta-se que, ao obter os nomes das militantes em tais *corpus* documentais, foi possível localizar importantes relatórios sobre algumas delas no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Sian),<sup>19</sup> provenientes do Serviço Nacional de Informações (SNI).

O exame das documentações desses distintos órgãos que compunham o aparato repressivo permite esquadrihar a atuação de mulheres militantes do PCB em Goiás. Além disso, é possível corroborar os apontamentos de Carlos Fico (2001), segundo o qual havia estreita interligação entre os órgãos de informação e de segurança na Ditadura Militar. Mesmo com a divisão de funções e especificidades de cada um, havia grande troca de papéis entre os órgãos de informação, como o SNI, o Centro de Informações do Exército (CIE) e os órgãos de segurança, em especial as delegacias de ordem política e social (Dops), vinculadas às secretarias estaduais. De modo que, na documentação pesquisada sobre as militantes goianas, encontra-se carimbos das DSIs (Divisões de Segurança e Informação) inserido em vários dossiês do Dops-GO, o que confirma a colaboração entre os distintos órgãos.

A rede repressiva possuía uma diferenciação de funções. Os órgãos de informação preocupavam-se com a busca de ações consideradas suspeitas, nos quais qualquer pessoa poderia ser do interesse do regime. Faziam-se escutas telefônicas, recortes de jornais, avaliações de indiciados, tentando recolher o máximo de informações possíveis dos(as) cidadãos(ãs) monitorados(as). Seus documentos, na sua quase totalidade, eram classificados como sigilosos, com carimbo de “reservado”, “confidencial”, “secreto”. Uma das atividades comuns dos órgãos de informação era a elaboração de uma ficha de perfil ideológico, indispensável para a nomeação de cargos públicos e atividades na política (FICO, 2003).

Por sua vez, os órgãos de segurança, as seções das unidades militares, como DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) ou as Delegacias de Ordem Política e Social (Dops), voltavam-se, prioritariamente, para as ações de combate, detenções, interrogatórios e a tortura (FICO, 2003). Essa diferenciação é importante

---

<sup>19</sup> Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado\\_pesquisa\\_new.asp](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp)

para compreendermos o método de ação e o recolhimento de informações realizado pelos órgãos de repressão em Goiás.

Sobre o Serviço Nacional de Informação (SNI), principal órgão voltado à informação, criado em junho de 1964 pelo coronel Golbery do Couto e Silva, tinha como objetivo “superintender e coordenar em todo o território nacional as atividades de informação, em particular as que interessassem à Segurança Nacional” (ARNS, 2011, p. 80), com a central sediada em Brasília, e mais oito agências regionais distribuídas de Norte à Sul do país. As descrições desse órgão sobre as mulheres supostamente vinculadas ao PCB possuem maior riqueza de detalhes, como a caracterização da aparência física, o círculo de relações sociais e dados ainda mais específicos, conforme trataremos adiante.

Um exemplo que elucida o campo de ação dos órgãos de informação, é o documento encontrado sobre Dalva Moura, militante do PCB em Goiás, à época, produzido pelo SNI em 1976. Em sua descrição, os agentes do órgão utilizam duas categorias curiosas na investigação: “conceito comercial” e “conceito social”:

CONCEITO COMERCIAL: Possui crédito “positivo” no SPC/CDL, por ter realizado várias compras no comércio local e pago suas prestações pontualmente. Na ética nada consta. CONCEITO SOCIAL: É estudante de Direito (7º período) na UFG, onde possui conduta regular e tem demonstrado interesse pelos estudos, inteligência e assiduidade às aulas. Nas proximidades da residência onde reside há vários anos, possui grande ciclo de amizade, particularmente com jovens daquelas imediações. Apesar de sua mãe estar separada do marido, possui boas relações com as famílias vizinhas.<sup>20</sup>

Sem adentrar no estigma imputado às mulheres separadas conjugalmente, que o documento explicita, nota-se que os dados colhidos referem-se a aspectos muito pessoais da vida da investigada, o que evidencia uma busca extremamente minuciosa realizada pelos órgãos de informação.

Ainda sobre esse documento, o SNI indica também a investigação de pessoas que mantiveram contato com Dalva, como no seguinte trecho: “MARCOS – é ligado, talvez afetivamente, a DALVA MOURA DA SILVA [...] levantar através de DALVA ou outra fonte, o nome completo de MARCOS”.<sup>21</sup> Nota-se que, para suscitar a suposta relação afetiva entre Marcos e Dalva, ambos deveriam estar sendo monitorados.

Segundo Carlos Fico (2003), as DSIs agiam de acordo com a “técnica de suspeição”. Nesses termos, após o primeiro indício de suposta subversão, seja a simples frequência a uma reunião ou a possível relação amorosa entre pessoas vinculadas a movimentos de esquerda,

<sup>20</sup> Arquivo Nacional (Sian), Br\_Dfanbsb\_V8\_Mic\_Gnc\_Rrr\_82003871\_D0001DE0001, Subversivos Brasileiros No Exterior, 1976.

<sup>21</sup> Idem.

por exemplo, os agentes da repressão buscavam maneiras de provar que a pessoa era culpada. De acordo com o método de suspeição, o primeiro indício poderia significar ações subversivas muito maiores, como a “escalada do movimento comunista internacional” (FICO, 2003, p. 179). Então, eram anexadas informações ao dossiê do indivíduo até compor um perfil nebuloso de suspeição em torno dele que muitas vezes não possuía nem uma notícia de acusação formal. O referido historiador resume o processo como, primeiramente elegia-se o suspeito e “providenciava-se a culpa depois” (FICO, 2003, p. 171).

Essa vinculação de Dalva a Marcos continua nas páginas seguintes do documento, quando os agentes registram que ele teria feito uma viagem à Suécia e mantido correspondências com a militante do PCB. Tal informação, provavelmente alvoroçou os agentes da repressão, posto que consideraram que houvesse, ali, relação com o comunismo internacional. De acordo com Fico (2003),

os agentes de informação consideravam como fato estabelecido a existência de uma conspiração, qual seja, a escalada do “movimento comunista internacional”, que agiria dissimuladamente, envolvendo “incautos” e, por causa dessa lógica, nunca era surpreendente para eles encontrarem indícios suspeitos em quaisquer investigações. Quando tais indícios não existiam, eram fantasiados, tendo sido muito criticadas, inclusive por militares, as inúmeras informações que começavam com um verbo arditosamente empregado: “Consta que...”. Pode-se falar, sem exagero, de uma paranoia que se manifestava, constantemente, como delírio persecutório, gerador de suspeição universal (FICO, 2003, p. 179).

Se o documento em questão traz indícios da obstinação dos agentes da repressão quanto a possível “conspiração comunista internacional” (FICO, 2003), ele apresenta ainda um dado incomum: a indicação de um homem cooptado politicamente por uma mulher. Nota-se que, mais frequentemente, registram a minimização da ação política das mulheres ao colocá-las sob a influência direta dos homens.

Já os órgãos de segurança, em especial o Dops, por terem ação e investigação voltadas ao combate das supostas ameaças subversivas, empreendendo prisões e interrogatórios, apresentam descrições menos detalhadas sobre as militantes.<sup>22</sup> O Dops utilizava informações recebidas de outros órgãos para organizar os dossiês sobre os acusados, servindo-se delas ainda como base para os interrogatórios. Os agentes relacionavam os dados contidos na documentação recebida com os depoimentos que eles colhiam nos interrogatórios, apontando lacunas e indicando novas direções para as investigações (JOFFILY, 2014, p. 9).

---

<sup>22</sup> Cabe destacar ainda que, quanto ao fluxo dessa documentação, o material investigativo produzido pelos órgãos de informação passava por uma seleção antes de ser enviado aos órgãos de segurança, como o DOPS, para então serem estudados pelos seus agentes.

Um dos dossiês encontrados no Dops-GO, que elucida esse fluxo e a organização arquivística, é datado de 1976 sobre a mesma militante, Dalva Moura. Nele, ela é apresentada como “pertencente à organização marxista-leninista de caráter internacional. Participou dos trabalhos de reorganização do PCB, indiciada em processo instaurado em Brasília em 1972.”<sup>23</sup> O dossiê em questão reúne documentos provenientes de outros órgãos, como um pedido de busca que contém o timbre do Ministério de Educação e Cultura e o nome da Universidade Federal de Goiás, que descreve os dados escolares de Dalva, que cursava Direito em 1976.

Outro documento que compunha esse dossiê é um comunicado emitido pela Justiça Militar de Brasília ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás sobre o julgamento ocorrido em 17 de setembro de 1975, no qual o Supremo Tribunal Militar absolveu, entre outros nomes, a militante Dalva Moura. Não há, nesse documento, a acusação sob a qual ela foi julgada. Sugere-se que o julgamento estivesse relacionado às ações junto ao PCB, pois entre os nomes mencionados como absolvidos pela Justiça está o de mais três militantes do partido: Zora Pires Leal, Élia Francisca de Carvalho e Meri Abi-Jaudia Ferreira Lopes.<sup>24</sup> O Dops reúne a documentação que busca comprovar a atuação da acusada junto ao PCB, e seguiu monitorando-a para o caso de efetivar as ações repressivas.

Os dois excertos analisados acima, referentes à ex-militante do PCB, Dalva Moura, são produzidos no mesmo ano, 1976, e evidenciam as diferentes abordagens dos órgãos de repressão. Em um deles, voltado prioritariamente à Informação, o SNI traz dados significativos sobre Dalva, investigando elementos da sua vida pessoal, inclusive as pessoas com as quais ela supostamente se relacionava. O outro, voltado à Segurança, do Dops-Goiás, reúne documentos provenientes de outros órgãos e possui uma composição um pouco mais sucinta. O intuito do departamento é reunir vestígios que comprovem suas ações junto ao PCB para, a partir de então, empreender interrogatórios à pessoa alvo de suspeita e efetivar uma possível prisão.

Cabe ainda esclarecer que, além de os registros dos órgãos de informação enviados ao Dops já terem passado por uma seleção prévia antes de serem endereçados ao órgão de segurança, os arquivos disponibilizados pelo departamento ao público contêm grandes lacunas. Isso decorre de uma tendência geral de regimes autoritários que, em situações de transição política, destroem vestígios comprometedores (JOFFILY, 2014, p. 18). Esses dois

---

<sup>23</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO), BR GOUFG.DGO.O.D. 1734, 1976, p. 4.

<sup>24</sup> Essas militantes do PCB terão suas trajetórias no partido discutidas com mais detalhes adiante.

aspectos contribuem para entendermos o porquê de os arquivos do Dops-GO sobre mulheres militantes do PCB possuírem um número reduzido de informações.<sup>25</sup>

A afirmação de Mariana Joffily (2014) sobre a destruição de documentos, dialoga com o que ocorreu no estado de Goiás em relação aos arquivos do Dops. No ano de 1995, frente às pressões populares para a abertura dos arquivos do departamento e a disponibilidade de consulta pública, o general Luciano Casales, Comandante Militar do Planalto, vai à imprensa sugerir a destruição do acervo,

Casales havia dito que os documentos são “altamente sigilosos”, mas que seriam destruídos por não terem interesse histórico. O general afirmou ainda, na entrevista, que não lera o relatório sobre o conteúdo do arquivo do antigo Dops, mas que acredita haver apenas casos ligados a denúncias infundadas de corrupção. “Não acredito que o arquivo tenha assuntos referentes aos desaparecidos”, disse Casales.<sup>26</sup>

A posição adotada pelo general demonstra resistência por parte dos órgãos de segurança em divulgar esse material, sugerindo, inclusive, sua destruição. Mesmo que Casales afirme a existência de certo desinteresse histórico pela documentação, o que não tem fundamento, não justificaria a sua destruição, a menos que pudesse existir algo comprometedor nos papéis. Isso reafirma a ideia de destruição da documentação, antes de torná-la pública.

Retomando as comparações entre os órgãos de segurança e informação, há, como característica comum entre os documentos do Dops-GO e do SNI citados, a inferência ao movimento comunista internacional. Esse aspecto tem origem no sentimento anticomunista que atravessava tanto a população civil quanto os militares e agentes da repressão, como se verá adiante.

Os discursos proferidos pelos agentes que redigiram tais documentos inserem-se em um contexto histórico de combate ao comunismo na sociedade brasileira. Apropriando-se das representações negativas sobre o comunismo produzidas e difundidas nacional e internacionalmente, esses discursos eram amplamente utilizados pela repressão, inclusive para convencer a sociedade da importância da polícia política, conforme examinado por Rodrigo Motta (MOTTA, 2000, p. 7).

---

<sup>25</sup> Em 1995, quando os documentos do Dops passaram para a tutela da Universidade Federal de Goiás, os arquivistas responsáveis pelo manuseio do material identificaram uma lacuna expressiva na documentação. O acervo continha originalmente mais de 7 mil Docs, e isso é possível afirmar a partir das pastas numeradas. Porém, apenas 776 pastas chegaram até a UFG. Constatou-se que aproximadamente 90% do material produzido pela polícia política no Estado foi extraviado antes de ser entregue à UFG (MACHADO, 2009). Então, além dos documentos disponibilizados referirem-se a apenas uma sessão do Dops-GO, a Divisão Central de Informação, eles ainda compõem apenas uma parte da totalidade produzida pela sessão.

<sup>26</sup> Militar quer destruir os documentos do arquivo do extinto Dops de Goiás. Folha de São Paulo, 23 de agosto de 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/8/23/brasil/38.html>. Acesso em: 9 mai. 2021.

A ideia de que existia uma conspiração internacional que estimulava a luta de classes, atribuía ao comunismo uma ameaça à pátria. Assim, o fantasma da desagregação e da ruptura da ordem era utilizado para imputar aos comunistas o rótulo de traidores e impatriotas. Essa conjectura fabricada de que os comunistas ameaçavam a ordem da pátria brasileira era utilizada pela repressão para justificar suas ações frente à pressuposição de grande perigo (MOTTA, 2000). Esse espectro pairou, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 nas sociedades defensoras da Segurança Nacional, como a brasileira. Tanto é assim que os serviços secretos brasileiros, especialmente o SNI, nasceram em função do combate ao comunismo, fazendo dele uma política de Estado (SANTOS, 2021, p. 9).

Outro órgão de segurança que fez uso do sentimento anticomunista para legitimar suas ações e produzir uma pedagogia social, com a publicidade do enfrentamento às ações denominadas subversivas, foi a Polícia Militar. Recorremos também aos Inquéritos produzidos por esse órgão sobre o PCB para compor o aporte documental da pesquisa. Os inquéritos aqui analisados sobre a atuação do PCB em Goiás foram publicados no livro *A Ditadura Militar em Goiás: Arquivos Revelados*, produzido pela Associação dos Anistiados, pela Cidadania e Direitos Humanos do Estado de Goiás (Anigo).<sup>27</sup> Os chamados Inquéritos da Polícia Militar (IPMs) eram procedimentos investigativos integrantes da Justiça Militar que estavam previstos nos códigos normativos das instituições militares e na Lei de Segurança em vigor, funcionavam por meio de comissões responsáveis por investigar as atividades de trabalhadores civis e militares de nível municipal, estadual e federal a fim de apurar supostas atividades “subversivas” desses funcionários. A partir de 1964, o uso deste recurso tornou-se generalizado, não se restringindo apenas a servidores dos órgãos públicos, mas a toda população que porventura cometesse alguma atividade considerada subversiva (MOTTA, 2014, p. 49).

A realização desses inquéritos ficava a cargo de chefes militares locais, o que em poucos meses deu origem a centenas de inquéritos. Só no ano de 1964 foram contabilizados cerca de 760 IPMs espalhados pelo Brasil (MOTTA, 2014, p. 47). Em Goiás, os IPMs

---

<sup>27</sup> São eles: o Relatório do IPM de Anápolis-GO instaurado em junho de 1964 cujo encarregado foi o Cel. Avany Arroxellas Medeiros, que, inclusive, teria sido substituído da responsabilidade pelos IPM por tentar imprimir uma conduta imparcial na realização dos inquéritos, contrariando os interesses da linha dura em Goiás; O Relatório do Segundo IPM do PCB da Cidade de Anápolis Instaurado no ano de 1972; O Primeiro Relatório do IPM sobre o Comitê Municipal do PCB em Goiânia e do Comitê Estadual do PCB em julho do ano de 1972, cujo encarregado foi o Major Rubens Robine Bizerril; O Relatório do Segundo IPM, complementar ao primeiro, mas que voltou-se às Organizações de Base, cujo encarregado foi o General Olavo Vianna Moog, instaurado em outubro de 1972; Por fim, o IPM instaurado no ano de 1975, em Goiânia, contra militantes históricos do Partido Comunista Brasileiro (Anigo, 2016). Todos esses IPMs sobre a atuação do PCB foram listados no capítulo “As perseguições da Ditadura Militar contra membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Goiás”, do mencionado livro.

passaram a ser instaurados, a partir de junho de 1964, em diversos municípios como: Goiânia, Anápolis, Formosa, Porto Nacional, Xambioá etc. O clima de terror instalara-se e os encarregados pelos IPMs estimularam a sociedade a realizar denúncias. A produção dos inquéritos em Goiás não se restringiu à investigação e aos interrogatórios, uma vez que a prática de torturas no 10º Batalhão de Caçadores de Goiânia contra os indiciados nos inquéritos foi amplamente denunciada (SOUZA, 2009).

Os IPMs acabam por se tornar palco da atuação de militares denominados “linha dura”, interessados em radicalizar as medidas repressivas.<sup>28</sup> Mesmo que o poder desses inquéritos seja limitado, já que se restringiam a investigações e envio das conclusões ao Judiciário, não havendo a possibilidade de condenação por parte da Polícia Militar, eles eram utilizados de maneira arbitrária para tentar criar fatos e aterrorizar aquelas pessoas consideradas “inimigas”. Os oficiais responsáveis pelos IPMs não tinham o poder de condenar, embora pudessem prender temporariamente as pessoas tomadas como suspeitas para investigações, o que causaria a elas o desconforto de longos e cansativos interrogatórios, além de incertezas sobre o futuro e a perda de seus empregos (MOTTA, 2014, p. 47).

A composição desses inquéritos sobre o PCB, atualmente organizados e disponibilizados em um livro, é feita de maneira sistematizada pela organização policial com informações de todos/as os/as acusados/as de manter relações com o partido. Em decorrência de a Polícia Militar ser um órgão de segurança do Estado, os dados colhidos possuem uma riqueza menor de detalhes se comparados aos do SNI, que é propriamente voltado à informação, mas, ainda assim, eles oferecem um importante material sobre quais ações as mulheres desempenharam no Partido Comunista.

Estabelecer a diferença entre os órgãos de informação e segurança é importante, pois, segundo Carlos Fico (2003), ela contribui para “uma compreensão mais refinada da história do período, pois muitas vezes se tem englobado na expressão ‘porões da ditadura’ instâncias muito diversas” (2003, p. 168). Perceber as especificidades desses órgãos auxilia na compreensão da atuação do aparato repressivo em relação às pessoas supostamente inimigas

---

<sup>28</sup> O termo linha dura é utilizado neste trabalho para referir-se a determinados agentes do Dops-GO e da Polícia Militar interessados em radicalizar as medidas repressivas, ou seja, utilizar de métodos como tortura e assassinato contra os acusados de subversão à política vigente. Contudo, não há como ignorar as discussões historiográficas a respeito da dicotomia “linha dura” e “moderados”. Compreende-se que a utilização dessas categorias sem considerar as distintas posturas militares acaba por incorrer numa abordagem simplista. De acordo com Carlos Fico (2004, p. 34), muitos militares aderiram à “utopia autoritária” admitindo a tortura e o extermínio, outros, eram adeptos ao pensamento que visava a eliminação dos “óbices” à transformação do Brasil, por critérios não violentos. Outros, por sua vez, mesmo não concordando com a tortura mantiveram-se omissos. Diante de tantas nuances, torna-se difícil uma categorização engessada de tipos militares. Para um aprofundamento da discussão, conf.: MARTINS FILHO, 1995; FICO, C., 2004.

do regime e a documentação que produziram torna-se valiosa para analisar a atuação das militantes comunistas em Goiás. Em outros termos, questiona-se como as mulheres militantes do PCB foram autuadas nessa documentação, quem são elas e quais foram seus supostos delitos. Para respondermos a esses questionamentos, adentraremos esses acervos da repressão.

### **1.2.1 O anticomunismo e o Dops-GO**

Segundo Motta, as representações anticomunistas expressam-se por meio de ataques verbais, reportagens, caricaturas e discursos, em que os comunistas são caracterizados como indivíduos terríveis, tachados como sedutores, corruptos, mentirosos, cínicos, caluniadores, assassinos, devassos e inimigos da família e da moral (MOTTA, 2000, p. 89). Nesse sentido, o anticomunismo foi fabricado e utilizado na tentativa de persuadir a sociedade, ou parte dela, da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda, o que remonta, no Brasil, às primeiras décadas do século XX (MOTTA, 2000).

Além de compor a identidade de indivíduos e grupos, esse imaginário exerce forte impacto no *modus operandi* das instituições repressivas, como o Dops, SNI e as Divisões de Censura. Pode-se dizer que os membros da repressão “protagonizaram a construção dessas representações e retroalimentaram as disputas políticas e a perseguição à esquerda” (BRITO, 2019, p. 16). Foi possível identificar aspectos do imaginário anticomunista em diversos documentos analisados neste trabalho, em especial quando são descritas as mulheres militantes do PCB, as quais chegam a ser caracterizadas como infiltrações soviéticas para destruir a família e a moral da sociedade brasileira.

A polícia política tinha o anticomunismo como referência para a construção dos valores que norteavam suas ações. Os Departamentos de Ordem Política e Social (Dops), apesar de não terem sido criados apenas para combater essa vertente política, encontraram nela sua razão de ser. O principal objetivo do Departamento era preservar a ordem e defender o Estado de seus supostos inimigos que, ao longo do tempo, variaram muito, tendo os comunistas ganhado lugar de destaque. Os comunistas representavam, então, perigo para as duas frentes de combate do órgão: “ameaçavam o *status quo* político e questionavam a ordem social tradicional, já que presumia-se tratar de pessoas contrárias à família, à religião, à propriedade etc.” (MOTTA, 2010, p. 89).

O anticomunismo no Dops-GO, além de estar expresso em grande parte da documentação analisada, está presente, também, em suas características fundacionais. Antes do Golpe de 1964 e da incorporação do órgão ao sistema de segurança organizado no país, o

Departamento funcionava como uma delegacia dos costumes. Como indica a bibliografia, o Dops foi um produto da modernização administrativa ocorrida na gestão de Mauro Borges<sup>29</sup> a partir de 1961. Esse governo assinou um acordo de cooperação com o projeto estadunidense denominado Ponto IV, passando a receber financiamento para modernizar e equipar a polícia estadual (CAMPOS, 1998).

O Ponto IV foi uma medida de contenção da expansão comunista por meios não militares pensada no governo Truman, em 1949, e posta em prática nos anos seguintes. O projeto visou compartilhar conhecimento técnico e recursos estadunidenses com países subdesenvolvidos, pois, na visão da potência capitalista, eram nos países mais pobres que o comunismo teria mais chance de se disseminar. Esse foi um dos projetos de financiamento estadunidense para a América Latina gestado em consequência da Guerra Fria e da bipolarização entre EUA e URSS. Em um relatório da CIA analisado por Winterhalt (2018), em que são previstos os possíveis benefícios que o programa Ponto IV poderia gerar aos Estados Unidos, destaca-se: “Promover o desenvolvimento econômico, elevar os padrões de vida, combater o apelo do Comunismo, e promover a disseminação de métodos e influência dos EUA” (WINTERHALT, 2018, p. 3).

É possível observar no excerto o claro sentimento anticomunista envolto na medida de apoio internacional, além de uma tentativa de atenuar o sentimento anti-estadunidense e anti-imperialista comum nesse período, especialmente na América Latina. A notícia sobre o Ponto IV foi recebida de maneira positiva entre os países latino-americanos como Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Nicarágua e Haiti, que declararam interesse no projeto (WINTERHALT, 2018).

No Brasil, essa medida de cooperação bilateral foi documentada em 1959 por João Guilherme de Aragoão (1959, p. 3-111), representante do Governo Brasileiro junto aos órgãos executivos do programa Ponto IV no acordo brasileiro-americano. O representante publica em uma revista do Serviço Público o relatório da reunião, em que são discutidas as áreas de cooperação estadunidenses no Brasil. Uma das pautas trata sobre o apoio no âmbito da organização policial de estados brasileiros, cuja colaboração teria beneficiado o Departamento de Ordem Político Social no estado de Goiás. O Ponto IV teria se estendido durante, pelo

---

<sup>29</sup> Mauro Borges não assume uma postura denominada como “alinhada” à política estadunidense. Muito pelo contrário, ele tinha tendências desenvolvimentistas, de caráter populista, e já era visto com desconfiança desde a Campanha da Legalidade, por apoiar a posse de João Goulart. O governador, após a deposição, inclusive foi fichado pelo próprio Dops com ações suspeitas de subversão e de tendências comunistas, embora em 1964 tenha apoiado o golpe militar (FAVARO, 2015, p. 74). As pesquisas que abordam as relações entre o Governo de Goiás e os EUA, que poderiam melhor explicar o financiamento para o incremento policial do Dops, são incipientes.

menos, uma década de colaboração entre Brasil – EUA, sendo Goiás um dos últimos estados a receber a verba, já no final dos anos cinquenta. Tal dado dialoga com o fato de, segundo Itami Campos, o financiamento ter sido utilizado no Governo Mauro Borges, eleito em 1960, uma década depois da criação do projeto.

O tema merece uma investigação mais apurada para buscar quais foram os impactos desse projeto de base anticomunista para o estado de Goiás, o que extrapolaria, evidentemente, o alcance deste trabalho. Ademais, o que se pretende verificar aqui é como o Departamento de Ordem Política e Social foi permeado pelo anticomunismo desde o início da década de 1960 e de maneira direta. Destaca-se aqui, no entanto, que no contexto da década de 1960, os projetos de colaboração estadunidense, como o já mencionado Ponto IV, implementado em Goiás, extrapolavam as áreas de infraestrutura, transporte, saúde e saneamento, começando a se fazer presentes por meio de treinamento e organização do aparato repressivo não apenas no Brasil, mas em vários países do Cone Sul (FICO, 2008).

Em relação ao conteúdo anticomunista encontrado na documentação do Dops, pode-se dizer que ele se deve aos seus produtores, os agentes do órgão. Esses funcionários se utilizaram de um discurso presente na sociedade brasileira que partia de vários grupos e instituições engajadas na construção de um imaginário anticomunista para justificar suas ações repressivas. Nesse sentido, ao pesquisar o anticomunismo do Dops de Minas Gerais, Rosângela Assunção (2006) chama a atenção para as relações entre a polícia política e o meio social em que estava inserida. Segundo ela, a polícia política deve ser analisada como um ator no jogo político, não somente como um braço do Estado que desempenha um poder externo a ele. Isso porque, segundo Assunção (2006), o Dops exerce um poder político e produz discursos construídos através de sua relação com o meio social, com os grupos que o apoiam e com os grupos que busca combater.

Dito isso, é possível traçar uma aproximação entre a História Política e a História Cultural, entendendo que o jogo político não possui uma total independência dos valores, tradições e do imaginário coletivo. Rodrigo Motta (2013) apresenta o conceito de cultura política partindo do pressuposto de que “a cultura – em sentido antropológico – influencia as decisões e ações políticas” (MOTTA, 2013, p. 16). Desse modo, para uma melhor análise dos discursos e ações do Dops-GO, é necessário pensá-lo inserido no meio social, recebendo e exercendo influências, especialmente no que toca o imaginário anticomunista.

Dentre as influências exercidas por grupos ou instituições no discurso do Dops, podemos citar a da imprensa. Veiculou-se, durante muito tempo, imagens negativas sobre o

comunismo, desempenhando papel relevante no processo de difusão e repetição desses ideais no meio social e, conseqüentemente, na construção de um consenso político de que os comunistas eram inimigos (ASSUNÇÃO, 2006). Como essas acusações não abriam espaço para a contrapartida dos comunistas, réplicas ou polêmicas, o poder discursivo dos jornais tornava-se ainda mais incisivo, se disseminando com maior facilidade.

No entanto, embora o discurso anticomunista difundido pelos veículos de imprensa dialogasse com um imaginário social já construído e compartilhado com a sociedade, não eram eles, necessariamente, quem os criava. Ainda segundo Assunção (2006), os meios de comunicação e a polícia política se utilizavam do tema da insegurança da infiltração comunista no Brasil em sua argumentação, visando prestígio junto à sociedade e a manutenção da ordem política e social. Desse modo, a manipulação oportunista do suposto “perigo vermelho” (MOTTA, 2006, p. 202) feita por distintos agentes sociais, como a imprensa ou o próprio aparato repressivo, é chamada por Rodrigo Motta (2006, p. 202) de “indústria do anticomunismo”. De acordo com as suas palavras:

A expressão “indústria do anticomunismo” foi cunhada para designar a exploração vantajosa do “perigo vermelho”. Industriais do anticomunismo seriam aqueles manipuladores que tiravam proveito do temor ao comunismo. Normalmente, tal operação implicava em supervalorizar a influência real do Partido Comunista e dos supostos objetivos imperialistas da URSS, criando uma imagem propositadamente deformada da realidade. Em certas situações não se tratava de criar, mas apenas de explorar um medo já existente (MOTTA, 2006, p. 202).

Existia ainda uma modalidade específica da indústria do anticomunismo realizada pelos agentes da repressão: a fabricação de provas, na qual os policiais e militares forjavam indícios de um suposto recrudescimento das atividades comunistas, tentando fazer com que o tema se mantivesse em evidência na imprensa, tornando-o uma preocupação constante dos governantes. O objetivo, de acordo com Motta, era convencer a todos da importância e da indispensabilidade da sua presença (2006, p. 211).

Assim, o Dops de Goiás se apoiou na imprensa para compor os dossiês dos investigados, com reportagens que possuem uma aspiração de verdade, com tom de isenção e imparcialidade, o que estaria supostamente vinculado ao discurso jornalístico. Em vários dossiês localizam-se recortes de jornais e outros documentos para formar o perfil dos/as considerados/as subversivos/as ou que representassem um indício de suspeição.

Em dossiê encontrado com carimbo do Serviço de Relações Públicas – Assessoria e Imprensa, vinculado à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, datado de 1972 e

direcionado ao Diretor do Dops, Dr. Bel Antonio Cavalcante, são enviadas duas reportagens ao Departamento. O remetente deixa a seguinte mensagem ao Diretor do Dops-GO:

De ordem do Senhor Secretário e para o seu conhecimento e providências nos casos em que V. S<sup>a</sup> julgar necessárias, estamos encaminhando a esse departamento recortes de jornais para serem visados pelo chefe ou responsável da seção e devolvidos a esta Assessoria [...].<sup>30</sup>

Em seguida, são anexadas duas reportagens que, na visão do remetente, deveriam ser investigadas pelo Dops. A primeira se intitulava “Puxadores de fumo em Anápolis pegam cana e mais 15 mil de multa” e a outra “Liberais do PCB presos podem ter ligações com tráfico de drogas”.<sup>31</sup> Essas duas reportagens possuem informações manuscritas no canto da página e foram publicadas no jornal *Diário de Brasília*, em 19 de dezembro de 1972. Como o dossiê que continha essas duas reportagens se localizava nos arquivos do Dops, ele não fora devolvido como requisitava o informe de apresentação.

Apesar de se tratar de um jornal do estado do Distrito Federal, o *Diário de Brasília* aborda uma cidade goiana, Anápolis, na ocorrência em que cita os “Liberais do PCB presos por ligações com o tráfico”. Os dois recortes de jornal, publicados no mesmo dia, aos olhos do remetente, parecem indicar uma relação entre o tráfico de drogas na região Centro-Oeste e a vinculação ao Partido Comunista, que deve ser investigada pelo Departamento.

Esse indício de suspeição se insere em uma lógica anticomunista que busca associar aos membros do PCB a destruição moral da sociedade por meio das drogas. Segundo Rodrigo Motta (2000), os grupos anticomunistas interpretaram o problema das drogas como uma ofensiva revolucionária contra o mundo ocidental. Segundo essa lógica, fazia parte de uma conspiração comunista o tráfico de entorpecentes com o objetivo de “amolecer o vigor mental e físico” do mundo livre, deixando-o mais suscetível para cair nas armadilhas da propaganda dos Partidos Comunistas (2000, p. 96).

Em outro dossiê, produzido pelo próprio Departamento, é investigado o conteúdo de uma reportagem publicada pelo jornal *Folha de Goiás*, um dos jornais de maior circulação do estado, para apurar o conteúdo veiculado no qual consta: “Partido Comunista no Interior Goiano: Novos membros e distribuindo armas”.<sup>32</sup> Nessa publicação, os editores afirmam que o PCB em Goiás estaria “fomentando a subversão”, agindo junto ao meio rural para filiar novos adeptos e “preparando que, em breve, o país será sacudido por uma revolução contra os

<sup>30</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO). BR GOUFG.DGO.O.D. 1307, 1972.

<sup>31</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO). BR GOUFG.DGO.O.D. 1307, 1972, p. 6.

<sup>32</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO), BR GOUFG.DGO.O.D. 1235, 1961-1979, p. 26.

poderosos imperialistas”, distribuindo armas para os filiados no interior do estado.<sup>33</sup> A acusação soa exagerada em se tratando do PCB, grupo que rejeita a via revolucionária armada (RIDENTI, 2010, p. 27).<sup>34</sup> Contudo, a reportagem colabora para reforçar a apreensão da população em relação aos comunistas, visto que o jornal *Folha de Goiaz* tinha como característica editorial “uma posição política conservadora e anticomunista” (MEDEIROS, 2015, p. 13), como apontado pela historiografia, o que explica o tom do texto jornalístico.

O Dops investigou essa publicação, chegando a inquirir o jornalista que a escreveu. Ao ser questionado, o profissional afirma que as informações foram passadas a ele de maneira sigilosa por um membro do partido que desconhece o nome, e que o jornal não autorizava revelar a identidade de seus informantes. Nos parágrafos seguintes, após a insistência dos agentes, ele menciona o nome de sua fonte, que seria um membro do PCB-GO envolvido na suposta distribuição de armas.<sup>35</sup>

Fica claro, nas duas reportagens mencionadas anteriormente, a abordagem anticomunista da imprensa e sua incorporação pelos dossiês do Dops-GO. No primeiro caso, há uma tentativa de associar o PCB a ações que ferem a ordem e a moral social por meio do tráfico de drogas. Tal acusação contribui para a construção de uma imagem negativa junto à sociedade, representando um indício de suspeição para que o órgão apurasse a denúncia feita por outro setor da administração pública do estado. No segundo caso, a reportagem é utilizada para compor o perfil de dois investigados por subversão. Dentro do dossiê sobre esses militantes há uma reportagem que afirma que o partido estaria filiando membros no interior e entregando armas para a população para uma possível revolução, conforme mencionado. O conteúdo veiculado por um dos jornais de maior circulação do estado colaborou para reforçar a imagem negativa dos comunistas, e, nesse caso, gerar apreensão na população, já que o partido era acusado de entregar armas aos filiados.

Reitera-se, assim, que os discursos jornalísticos são incorporados pelo Dops, já que as acusações imputadas pela imprensa são levadas a sério pelo Departamento, investigadas e

---

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> A orientação pacífica à revolução, remonta a posição tomada pelo PCB na Declaração de Março de 1958, que diante dos conflitos sociais brasileiros, consideraram que a Revolução no Brasil, ainda não era a socialista, mas sim, antiimperialista, antifeudal e democrática. A revolução burguesa seria uma das etapas para a revolução socialista. Vislumbravam que o caminho para o socialismo passasse por uma maior inserção popular na política, e para tal objetivo, a estratégia seria a realização de alianças com a burguesia nacional. Frente a essa leitura, o Partido buscou uma concreta inserção nas lutas políticas que eram travadas na sociedade, utilizando como estratégia a disputa pela hegemonia em curso na sociedade brasileira, buscando alternativas de desenvolvimento econômico e social possíveis. Essa posição, fora questionada por setores de esquerda, sendo vista como uma “conciliação de classes”, o que gerou uma diáspora de membros e a formação de novas organizações na década de 1960, como os grupos revolucionários armados (MONTENEGRO, 2011, p. 67).

<sup>35</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO), BR GOUFG.DGO.O.D. 1235, 1961-1979.

mantidas no Arquivo. O fato de essas reportagens estarem ajuntadas ali, apresentando uma situação supostamente verídica do processo sobre ações comunistas, anunciava a necessidade de iniciar uma investigação. A incorporação desse discurso anticomunista pelos agentes da repressão se dava também na tentativa de legitimar suas ações, sua autoridade política sobre a população. Segundo Assunção (2006):

Como a imprensa, a polícia política se alimenta do tema da insegurança advindo da crença no fortalecimento da infiltração comunista no Brasil. A polícia encontra no “perigo vermelho” argumentos para obter mais meios e prestígio junto ao poder instituído além de elementos que lhe permitam, a partir da atribuição que lhe é intrínseca de manutenção da ordem política e social, fundamentar a autoridade que ela exerce ou reclama. (ASSUNÇÃO, 2006, p. 81).

Mulheres militantes também não escaparam da ação anticomunista, figurando em matérias jornalísticas que compuseram alguns dossiês do Dops-GO. São raros os dossiês que investigaram exclusivamente as mulheres, sendo seus nomes mencionados, na maioria das vezes, em documentos sobre homens do partido. Essa ausência de arquivos sobre elas se deve ao fato de a repressão enxergar suas atuações políticas como um perigo menor, dando menos importância em investigá-las e documentar suas ações – mecanismo já apurado pela historiografia mencionada acima –, e pela possível retirada de documentos do acervo do Dops-GO antes de disponibilizá-lo para a sociedade civil. Assim, sobressai o fato de que mulheres aparecem pouco na documentação do órgão.

Em outro recorte de reportagem, encontrado em dossiê que investigou Olavo Berquó, é contado sobre uma série de prisões realizadas em Goiânia durante outubro de 1975. Uma dessas prisões teria sido realizada após batida policial em uma reunião de reorganização do PCB em Goiás:

A auditoria Militar de Brasília liberou comunicado do DPF de Goiás a respeito da prisão, comentando que sobre os presos pesam acusações de tentarem reorganizar o Partido Comunista Brasileiro em Goiás. Segundo a nota, estão detidos para interrogatório, Isaac Thomé Neto, Olavo Berquó [...] acrescentam que as seguintes pessoas estiveram detidas, mas já foram liberadas: [...] Benedita Machado Thomé, Maria das Dores da Silva Nascimento e Maria Francisca Maia.<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO), BR GOUFG.DGO.O.D. 4031, 1975, p. 46. A reportagem citada possui uma anotação a lápis no canto da página, que indica a data da publicação, 6/10/75, e a sigla CM, que provavelmente refere-se ao jornal *Cinco de Março*, um dos três maiores jornais do estado de Goiás, junto do *Folha de Goiaz*, citado anteriormente, e *O Popular*. Alguns membros do corpo editorial do *Cinco de Março* foram fichados pelo Dops, um deles é Consuelo Nasser, importante nome do jornalismo goiano, e figura em destaque no que tange o feminismo no estado. Mesmo sendo descrita como membro do PCB pelo Dops-GO, a pesquisa optou por não contabilizá-la, já que não foram encontrados outros documentos que comprovem sua atuação junto ao partido. A bibliografia, por outro lado, aponta que ao longo de sua vida, Consuelo teria se filiado ao PCdoB (BORGES, 2020, p. 31). Sobre Consuelo Nasser consultar: BORGES, Adrielly Melo. Sororidade como saber goiano: O feminismo pioneiro de Consuelo Nasser. Dissertação

Nota-se a indicação da prisão de três mulheres – Benedita Machado Thomé, Maria das Dores da Silva Nascimento e Maria Francisca Maia. Nas páginas seguintes, o Dops apresenta mais informações sobre essa reunião, que teria sido realizada em uma chácara entre a cidade de Goiânia e Rio Verde,<sup>37</sup> sendo que o dono do recinto seria Benigno Maria. Ele, junto de Olavo Berquó, Isaac Thomé, Francisco Filho e outros lideraram a reunião de reorganização do PCB em Goiás. Esses militantes estavam sendo monitorados e, como a documentação desse dossiê indica, houve outra reunião do PCB desbaratada um mês antes, em setembro de 1975, essa na casa de Isaac, em Goiânia. Na narrativa do Dops, na reunião estavam amigos e parentes de Isaac, todos descritos como elementos subversivos, dentre as quais Benedita Machado Thomé, Maria das Dores da Silva, Nair Francisca Moreira, Rita de Cassia, Olivia Moreira e Maria Francisca Maia. Mesmo que muitas dessas mulheres não tenham aparecido novamente em mais nenhuma documentação, o que impossibilita a afirmação de que continuaram no partido, é importante notar a quantidade numérica de mulheres presentes em prováveis reuniões clandestinas do PCB em Goiás. Mulheres que, até então, eram ignoradas pela historiografia sobre o Partido Comunista no estado, compareciam, em peso, nas ações promovidas pela organização, como o documento aponta.

Há outras menções a mulheres militantes do PCB em recortes de jornais usados pelo Dops que serão analisadas nas próximas páginas. Contudo, o que se pretende apontar aqui é o amplo uso que o Departamento faz da imprensa, seja como prova para compor o perfil subversivo de acusadas ou como indício de suspeição que representa o marco inicial para uma investigação mais apurada, desestabilizando o cotidiano dessas mulheres.

As reportagens identificadas demonstram que a discussão sobre as ações comunistas era uma pauta presente na sociedade goiana, sendo a imprensa um veículo de informação importante para percebermos isso. Esses recortes, por exprimirem uma suposta verdade e uma imparcialidade, equivocadamente associadas à imprensa, são usados para legitimar a importância do órgão junto à sociedade, já que a atuação comunista seria significativa e, para certos segmentos da sociedade, representava perigo à ordem política e social.

Destaca-se, portanto, a maior visibilidade dada pelos jornais à ação dita subversiva dessas mulheres, se comparado ao próprio Dops-GO. Essa visibilidade não foi, obviamente, algo positivo. Pelo contrário, sob uma lógica anticomunista e de reiteração dos valores morais tradicionais que muitos dos veículos de informação cotejavam, visavam mostrar a ação

---

(Mestrado em Territórios e Expressões culturais do Cerrado). Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis, 2020. p. 70.

<sup>37</sup> Em relação à localização da reunião citada, cabe pontuar que entre as cidades de Goiânia e Rio Verde existem cerca de 200 quilômetros, evidenciando imprecisão das informações coletadas pela repressão.

comunista dessas mulheres expondo à sociedade um desvio de moral e reforçando o papel social esperado delas, conforme estudos realizados sobre a atuação política de mulheres já mencionados (COLLING, 1997).

Contudo, é necessário ressaltar que a documentação do Departamento em questão, disponível atualmente para consulta, é uma pequena parcela do que deveria ser o acervo total, o que pode interferir nessa ausência de dossiês sobre mulheres. Atualmente, a documentação contida no Dops-GO confere apenas 10% do que fora produzido pelo órgão, como apontam os arquivistas responsáveis pelo manuseio do acervo (MACHADO, 2009). De acordo com Itami Campos (1998), presidente da Comissão que inventariou o acervo do Dops-GO em 1995, quando essa fora entregue à UFG, “não há nenhum dossiê relacionado aos desaparecidos políticos e nem aos principais envolvidos em atos ou atividades consideradas ‘subversivas’ [sic] pelos órgãos de segurança” (CAMPOS, 1998, p. 88). A afirmação pode ser questionada partindo das seguintes indagações: quem seriam essas pessoas consideradas como “principais envolvidos” em atos subversivos? Quais papéis políticos desempenharam as vinte e duas mulheres militantes do PCB, localizadas nos documentos do Dops-GO, considerando que a atuação em grupos de esquerda era considerada atividade subversiva? Essas mulheres teriam, então, importância menor para a bibliografia sobre a repressão e a Ditadura Militar em Goiás?

Apesar disso, a afirmação Campos contribui com a ideia de que, de fato, parece ter havido uma limpeza na documentação antes de ser disponibilizada ao público. É possível sugerir que tenha ocorrido a retirada de documentos que pudessem comprovar ações de tortura e assassinato empreendidas pela repressão em Goiás, evitando reações de justiça e reparação, contra os agentes de Estado, que em muitos casos seguem vivos e atuantes. Dito isso, destaca-se que apenas dois dossiês encontrados foram destinados à investigação especificamente de mulheres vinculadas ao PCB, sendo as demais militantes localizadas apenas citadas em dossiês sobre homens, como já mencionado.

Assim, como a historiografia aponta, as mulheres foram menos documentadas pelos órgãos de segurança e informação do que seus companheiros, seja por terem suas ações menosprezadas pela repressão, seja por desenvolverem trabalhos de retaguarda nos quadros de esquerda (JOFFILY, 2005). A ausência de documentação sobre mulheres militantes e a visão da repressão que associava suas atuações políticas a um perigo menor, sugere que fosse “inimaginável” uma mulher promover o comunismo, tornando-se inimiga política, já que não era esse o papel socialmente esperado delas.

Portanto, o anticomunismo se expressava por meio de discursos produzidos pelos agentes da repressão, sendo utilizado para imputar culpa e punir os investigados. O objetivo não era o simples combate político a ações consideradas subversivas, pois o Dops agia também de uma maneira simbólica, construindo uma imagem negativa dos e das comunistas a fim de legitimar as práticas repressivas. Ao tomar o comunismo como um perigo “real”, segundo a imprensa, o Dops obtém motivação para combatê-lo. É como se as forças anticomunistas dos distintos grupos sociais se retroalimentassem, compartilhando os mesmos signos, reforçando certo imaginário e estimulando a ação repressiva do Estado ditatorial conforme se desvela na documentação analisada.

### **1.3 As mulheres nas fileiras do PCB**

A postura adotada pelo Partido Comunista Brasileiro sobre a inserção feminina em seus quadros seguiu, sobretudo, as deliberações soviéticas. De acordo com Maria Lygia Quartim de Moraes (2007, p. 345) “a leitura das atas dos quatro primeiros congressos da III Internacional Comunista, realizados entre 1919 e 1923, mostra que a primeira referência específica do comunismo oficial às mulheres se dá no 3º Congresso”. Em tal documento, o objetivo principal do trabalho político relacionado às mulheres seria cooptá-las para o comunismo e impedir que se aliassem a outros movimentos sociais considerados pequeno burgueses, como o feminismo. Caberia, então, aos PCs de todos os países a responsabilidade de fazer esse trabalho por meio da “concessão de títulos às militantes, de direitos e deveres iguais a todos do Partido, bem como do reconhecimento da importância da mulher em todas as áreas da organização” (MORAES, 2007, p. 345).

No contexto brasileiro, o Partido Comunista, fundado em 1922, não possuiu, em seus primeiros três Congressos (1922, 1925 e em 1928/1929), a participação feminina. De acordo com a historiadora Eliane Freitas (2016), essa ausência pode ser, ao menos parcialmente, explicada pelo fato de mulheres brasileiras não possuírem, neste período, o direito ao voto, o que implicava em um afastamento das organizações sociais e políticas. Entretanto, também segundo a autora, isso não significou a absoluta ausência de mulheres exercendo atividades vinculadas ao Partido, tendo ela, inclusive, localizado documentos que comprovem suas ações no movimento operário, sindical e na produção editorial do Jornal *A Classe Operária*, atividades ligadas ao PCB. A questão do voto feminino e outras pautas relacionadas às mulheres, ganham importância dentro do partido a partir de 1927 (FREITAS, 2016, p. 6-7).

Em 1929, por meio da Sessão Feminina da Comissão Executiva do Partido, o PCB buscou colocar em prática as determinações soviéticas sobre a maior participação das mulheres na organização (BUONICORE; GARCIA, 2012). Em função do crescimento do PC no Brasil nas décadas seguintes, o partido passa a dedicar maior atenção às reivindicações femininas, mesmo que em muitos casos essa incorporação tenha se dado de forma tensa, a contragosto e tardiamente, no momento de distensão política nos idos de 1980. Um exemplo dessa incorporação foi o diálogo proposto com o feminismo, outrora tão criticado pelo partido como sendo um movimento pequeno burguês. Essa aproximação consta na Resolução de 1979, reeditada em 1982, intitulada *Os comunistas e a questão da mulher: igualdade emancipação e libertação*:

Iniciar uma renovação em todo o Coletivo comunista, tanto em relação à sua maneira de pensar como na forma de organizar seu trabalho para levar à prática sua política para a mulher, a fim de que todo o Coletivo, reconhecendo o caráter específico e autônomo do movimento feminista, possa desempenhar um papel efetivo na mobilização de amplas massas femininas e manter-se vinculado a elas, exercendo um papel de orientador e organizador permanente (PCB, 1982, p. 46).

Como o PCB tinha por objetivo alargar as fileiras e construir bases sólidas, enxergando nas mulheres esse grupo de base (LÔBO, 2021, p. 197), incorporou-se medidas para não afastá-las da organização. Mesmo diante da tentativa, de longa data, em absorver mulheres, a historiografia construída a partir dos dados nacionais aponta que, durante a Ditadura Militar, o PCB não foi a principal escolha de mulheres militantes, e tampouco o partido se abriu para as questões que as implicavam. Os dados relacionados à militância feminina na esquerda tradicional, como é o caso do PCB, eram menores do que a quantidade de mulheres filiadas a grupos da esquerda armada (RIDENTI, 1990), conforme já mencionado e reiterado nas seguintes palavras de Back, “o PCB, partido mais antigo e numeroso, tinha proporcionalmente poucas mulheres incorporadas em seus círculos de militância, tanto antes quanto depois do golpe” (BACK, 2013, p. 20).

Destaca-se ainda que, além dos dados específicos referentes à inserção de mulheres no PCB, o contexto histórico da década de 1960 foi marcado pelo número reduzido de mulheres na política brasileira:

As mulheres ocupavam posições submissas na política e na sociedade brasileira, pelo menos até o final dos anos 60. A norma era a não participação das mulheres na política, exceto para reafirmar seus lugares de “mães-esposas-donas-de-casa”, como ocorreu com os movimentos femininos que apoiaram o golpe de 1964 (RIDENTI, 1990, p. 7).

Sobre a inserção feminina no PCB-GO durante a Ditadura, identificamos nos documentos da repressão 39 mulheres que tiveram algum envolvimento com o partido. Em Goiás, como já assinalado, os dados quantitativos são incipientes, mas o que se pode inferir é que a quantidade de mulheres no PCB era expressiva. Pensando nisso, faz-se necessário uma digressão para melhor compreendermos o cenário goiano em que as mulheres militantes do PCB estavam inseridas durante o período aqui estudado.

A adesão à pauta comunista por setores da sociedade goiana expressa-se, além dos dados recolhidos pela pesquisa, em outros indícios, como é possível notar no prelúdio do livro de Jacob Gorender, historiador e ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro que, na ocasião do Golpe Militar, estava em Goiânia:

Na mais famosa sexta-feira 13 da história nacional, junto com outras duzentas mil pessoas, assisti ao comício na Praça da República, entre a estação ferroviária da Central do Brasil e o Ministério da Guerra. Após o comício, à janela do ônibus, em vagaroso deslocamento pela avenida Presidente Vargas, respondi ao aceno alegre de Astrojildo Pereira, de pé na calçada. Não podia imaginar que via pela última vez o fundador do PCB. Viajei para Goiânia com a sensação da inconveniência de ausentar-me do Rio naquele momento. Mas eu devia cumprir o prometido na data anunciada. O curso de filosofia marxista decorria de acordo com o figurino. Em noites alternadas, defrontava-me com cerca de trezentas pessoas, fazia exposições e sofria bombardeios de perguntas. Na assistência de jovens em maioria, também professores e intelectuais de várias cidades (GORENDER, 1987, p. 11).

A quantidade de jovens goianos interessados em ouvir o militante do Partido Comunista e aprender sobre a teoria Marxista impressiona. O número de 300 pessoas, em maioria estudantes, demarca a significativa aceitação da vertente de esquerda em Goiânia. Em outro trecho do tópico Prelúdio Goiano, do livro *Combate nas Trevas*, Jacob Gorender expressa outros elementos contextuais do período:

Combinei com o companheiro que me viesse buscar no hotel. Arrumei a maleta, assinei as faturas na portaria e, ao botar os pés na rua, começou para mim um período de seis anos de clandestinidade. Já ao receber as informações pelo telefone, compreendi num relance que Mauro Borges ia tomar posição oposta à de 1961. Desta vez, ficaria com o golpe – o que se confirmou no seu manifesto ainda na noite de 31. O companheiro do Comitê Estadual me falou da convocação de uma reunião de dirigentes partidários. Pela rádio e telefone, soubemos da decisão de greve geral tomada pelo Comando Geral dos Trabalhadores. Confiávamos que o golpe seria derrotado, como os de 1955 e 1961. Mas, na reunião, entrando pela madrugada, percebi que os dirigentes dos órgãos intermediários do PCB nada fariam sem a iniciativa favorável de Mauro Borges, o que agora devia ser descartado (GORENDER, 1987, p. 13).

O trecho faz referências ao episódio ocorrido em 1961, conhecido como Campanha pela Legalidade, em que Mauro Borges, então Governador de Goiás, junto a Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul à época, lideraram uma oposição aberta aos ministros

militares que tentaram impedir a posse de João Goulart à presidência da república. Nessa ocasião, segundo Gorender, Mauro Borges não só mobilizou a Polícia Militar, como sugeriu abrir um voluntariado civil para uma resistência armada ao golpe (GORENDER, 1987, p. 13). Contudo, como marcado por Gorender, a posição do governador goiano não se repetiu em 1964, e ele acabou por aderir ao Golpe. Ademais, o que se pretende destacar nesse trecho é o fato de dirigentes do PCB esperarem uma iniciativa do governador goiano para articular uma posição frente à ascensão golpista dos militares, demarcando a importância desse personagem e a articulação que ele tinha com os setores de esquerda.

O governo de Mauro Borges empregou, em sua administração como governador, membros de grupos de esquerda em cargos do Estado, traçando, mesmo que de maneira informal, alianças com o PCB e as organizações que dele surgiram. A inclusão desses militantes teria sido uma forma de “acomodar conflitos, fechar acordos, integrar os gestores” (FAVARO, 2015, p. 351-352), mas essa estratégia era, também, uma forma de controlar e evitar atos radicais dessas organizações. Entretanto, com o Golpe Militar de 1964, Mauro Borges compactua com a vertente militar e, imediatamente, perde o apoio desses setores de esquerda que outrora o apoiaram, inclusive o apoio do movimento estudantil, que durante seu governo havia conseguido traçar importante diálogo (SILVA, 2016).<sup>38</sup>

O Movimento Estudantil em Goiás, durante a Ditadura Militar, possuía forte atuação, reunindo jovens secundaristas e universitários. Durante os anos de 1959 e 1960 ocorreu a criação da Universidade Católica de Goiás (UCG) e da Universidade Federal de Goiás (UFG), respectivamente, o que conseqüentemente gerou uma crescente no número de universitários (NUNES, 2019, p. 19). Como mencionado, esse movimento dialoga com o contexto nacional de maior inserção feminina no ambiente público, nas universidades, em espaços de qualificação intelectual e cultural, conferindo às mulheres, em maioria de classe média, mais autonomia (JOFFILY, 2008). Esse aumento de mulheres no âmbito público, especialmente na universidade, favorece a integração de muitas goianas aos quadros de organizações de esquerda como é o caso do PCB, bem como da Ação Popular (AP) (SILVA, 2016, p. 79).<sup>39</sup>

A forte atuação política de setores de esquerda em Goiás não se deu apenas no meio urbano, de modo que os movimentos de caráter rural, ocorridos no estado, ganharam

---

<sup>38</sup> Mesmo demonstrando apoio ao Golpe Militar, os adversários políticos de Mauro Borges buscaram expor uma imagem do seu governo próxima ao comunismo, o que desagradou a ala militar, e conseqüentemente gerou sua deposição (SILVA, 2016, p. 101).

<sup>39</sup> Camila Silva, ao investigar a Ação Popular (AP) em Goiás, destaca que a grande adesão feminina à organização, inclusive ocupando posições protagônicas como no PCB, foi impulsionada pela Juventude Universitária Católica - JUC (SILVA, 2016, p. 79).

importância em todo o país. Por Goiás ocupar uma posição geográfica central, no meio do Brasil, próximo à capital Brasília, limite entre o norte e o sudeste, foi escolhido por esse motivo para receber militantes comunistas do PCdoB, organização dissidente do PCB, que deflagrou a Guerrilha do Araguaia.<sup>40</sup> Além disso, as Ligas Camponesas organizadas em Goiás no início dos anos 1960, na região de Dianópolis, configuram outro exemplo de movimentação ocorrida fora dos centros urbanos. Essas associações de trabalhadores rurais lutavam por direitos agrários e pela concessão de títulos definitivos para suas terras. Como linha de ação, o movimento possuía duas vertentes: uma guerrilheira orientada pelo PCdoB e uma reformista orientada pelo PCB. A partir desta última, foram criados sindicatos rurais que reivindicavam os direitos dos posseiros pela via legal (COSTA, 1996, p. 66).<sup>41</sup>

Outro movimento rural também relacionado ao Partido Comunista Brasileiro, que compõe o contexto de lutas no estado de Goiás, é o de Trombas e Formoso. O conflito aconteceu na região médio norte do estado entre as décadas de 1950 e a primeira metade de 1960, e se deu como resultado de tentativas de expropriação de terras por parte de grileiros, que utilizaram de violência e intimidação, para expulsar os camponeses. A coerção física dos grileiros é respondida com a ação armada dos posseiros. Nesse processo de resistência camponesa é constituída uma Associação Rural que nasce sob a colaboração do PCB que chega à região atraído pela movimentação social. Os militantes do PCB, também camponeses, unem-se aos posseiros constituindo uma aliança no movimento. O Governo do Estado muda a estratégia de intervenção policial e passa a buscar sanar o conflito por meio do diálogo com o PCB. Esse quadro altera-se completamente após o Golpe Militar, substituindo a negociação por torturas, interrogatórios e vigilância repressiva, o que levou muitos camponeses a fugir da região (MAIA, 2008). O confronto de Trombas e Formoso foi alvo de um inquérito da Polícia Militar durante a Ditadura, no qual são citadas mulheres que lutaram no movimento camponesino como Dirce Machado, que desempenhou atividades protagônicas, demonstrando

---

<sup>40</sup> A Guerrilha do Araguaia ocorrida entre os anos de 1972 a 1974, empreendida contra a Ditadura Militar, mobilizou o maior contingente militar brasileiro desde a Segunda Guerra Mundial e foi a última ação armada contra o regime a ser combatida. Os confrontos ocorreram no norte de Goiás (hoje Tocantins) e sul do Pará, às margens do rio Araguaia, e reuniu militantes de diferentes estados do país, entre eles o goiano Micheias de Almeida, conhecido como Zezinho do Araguaia (FILHO, 1997, p. 125). Mesmo que a Guerrilha tenha sido organizada por uma dissidência do PCB, é evidente que ela ocupou a pauta de debate no estado, chamando a atenção de outros militantes que aqui atuavam.

<sup>41</sup> A título de contextualização, o PCB também possuía importante atuação em meio aos sindicatos urbanos, como é o caso do Sindicato da Construção Civil em Goiânia, dirigido em 1968 por remanescentes do partido (SILVA, 2016, p. 114).

que a ação política de mulheres em Goiás não era algo isolado no período e nem restrito à capital (Anigo, 2016, p. 262).<sup>42</sup>

A relação de proximidade entre o então governador do estado, Mauro Borges, e os militantes de esquerda, aliado ao interesse de setores da população pelo marxismo, com o peso da atuação do movimento estudantil e as revoltas que estouraram na região rural do estado, delineiam o contexto de inserção das mulheres militantes no PCB.<sup>43</sup> Tais indícios revelam a existência de uma cultura comunista em Goiás e indicam certa inserção social quanto às pautas defendidas por organizações como o PCB.

Frente ao exposto, os dados numéricos esquadrihados pelo trabalho ganham maior significado. A investigação sobre militantes do PCB, especificamente, na documentação do Dops-GO apurou cerca de 22 mulheres. Seus nomes, em sua quase totalidade, foram encontrados no interior de dossiês sobre homens, conforme mencionado acima. Nos IPMs sobre o PCB-GO foram localizadas mais 17 acusadas de integrar o partido e, levando em consideração o fato de que as mulheres comumente eram menos fichadas que os homens por terem suas ações menosprezadas pelo sistema repressivo e por ocuparem funções nos bastidores dos quadros de esquerda (JOFFILY, 2005), é possível considerar que a militância de mulheres, vinculadas ao PCB em Goiás, tenha sido numericamente maior e mais substantiva.

Nem todas as mulheres foram descritas com pormenores pela repressão, impossibilitando que se faça um quadro completo que permita observar marcadores sociais como classe, raça, idade e profissão. A maioria das indiciadas fazia parte de uma camada intelectualizada, advindas do movimento estudantil, do ensino médio e superior, ou já possuíam graduação, conforme antecipado anteriormente. No quadro abaixo, é possível notar a profissão/ocupação de mulheres associadas ao PCB, localizadas na documentação em análise.

Tabela 1 – Mulheres fichadas pelo Departamento de Ordem Política e Social de Goiás (Dops-GO) por terem relação com PCB

---

<sup>42</sup> A presente pesquisa optou por não contabilizá-las como militantes do PCB por entender que o caráter do movimento não surgiu em função do Partido, só aderindo a essa aliança posteriormente.

<sup>43</sup> A expressiva atuação política existente no estado demonstra-se, por fim, nas manifestações em torno das “Diretas Já”. Pedindo pelo retorno da democracia e pelo voto direto, cerca de 300 mil goianas e goianos ocuparam a Praça Cívica em Goiânia, no dia 12 de abril de 1984. Uma das primeiras e maiores manifestações do país até aquele momento, reunindo importantes nomes do cenário nacional como Ulysses Guimarães, Brizola, Tancredo Neves, entre outros (ALVES, 2020, p. 65).

NOME	PROFISSÃO
Alice Tsuiako Arakawa Borges	
Anita Nercessian	Estudante vinculada ao movimento secundarista no Colégio Pedro Gomes (Goiânia)
Dalva Moura da Silva	Estudante da Faculdade de Direito da UFG
Demetria Gonçalves Carvalho	
Dione Damasceno	Estudante na Faculdade de Medicina da UFG
Dirce Mata Silvestre	
Dircinha Maia	Historiadora
Élia Francisca de Carvalho “Andrea”	
Iara do Espírito Santo “Juliana”	Estudante vinculada ao movimento secundarista
Ivone de Jesus da Fonseca	
Leonora Barbosa de Lima “Matilde”	Estudante Secundarista
Leny Bueno	
Maria das Dores da Silva	
Maria Francisca Maia	Professora primária
Maria Efigênia de Carvalho	
Maria Stela Duarte Mendes	
Meri Abi Jaudia Ferreira Lopes	Estudante da Faculdade de Direito da

	UFG
Nair Francisca de Moreira	
Olivia Moreira Cintra	
Otília Fernandes Guimarães	Empregada Doméstica
Rita de Cassia	
Zora Pires Leal	

Fonte: elaborada pela autora.

Tabela 2 – Mulheres mencionadas pelo Inquérito da Polícia Militar (IPM) sobre o PCB

<b>NOME</b>	<b>PROFISSÃO</b>
Abigal Neves	Estudante da Faculdade de Filosofia da UFG
Albertina Vicenti Assumpção	Estudante da Universitária do Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG
Armenia Nercessian	
Clênia Modes Sampaio	
Felisbena Maria da Silva	
Irani Fernandes Pereira	Estudante Secundarista
Judite “Lucia”	
Maria Antonio dos Santos Ferreira “Lola” e “Tania”	
Maria das Graças Nunes Brasil	Estudante Secundarista IEG, depois estudante da Faculdade de Medicina da UFG

Maria Neusa Ribeiro	Estudante Universitária
Neuza	
Nadir de Castro Tibúrcio	
Rosilene ou Rose	
Selma Aguiar Machado “Rute”	
Sueli ou Mara	
Valdenice Monteiro Rabelo	Estudante Universitária
Vilma Alves Pereira “Vera”	

Fonte: elaborada pela autora.

Nota-se que as atuadas como militantes do PCB na documentação dos órgãos de repressão consistem majoritariamente em estudantes, sendo duas delas professoras e outra realizadora de trabalhos domésticos. Frente aos dados apresentados, retomam-se as citações feitas anteriormente sobre a inserção estudantil nas esquerdas durante a Ditadura Militar para melhor contextualizá-las. Segundo Marcelo Ridenti (2010), o número de estudantes que compunham o PCB era menor do que em outras organizações, especialmente aquelas vinculadas à esquerda armada. De acordo com as informações por ele levantadas: “no PCB, (os estudantes) não passavam de 1,1% em 1964, crescendo para 12,3% em 1965-68 e 11,1% entre 1969 e 1974, diminuindo para 4% entre 1974 e 1976” (2010, p. 89). No entanto, no que tange a participação estudantil no estado de Goiás, como já assinalado, esses índices apresentados por Ridenti podem ser bem maiores, e isso se evidencia ao considerarmos a quantidade de mulheres militantes do PCB vinculadas ao meio estudantil.

Nenhuma militante indiciada teve sua atuação descrita no âmbito rural, o que nos permite inferir que a repressão centrou-se no meio urbano, já que a atuação do PCB também incluiu o campo, como já citado. Em relação à disposição geográfica do Partido Comunista Brasileiro no estado de Goiás (que neste período compreendia também o estado do Tocantins), os documentos do Dops-GO e do IPM apontam um protagonismo na capital Goiânia e Anápolis,<sup>44</sup> sendo que nenhuma das mulheres militantes localizadas teve sua

<sup>44</sup> O IPM sobre o PCB centra-se apenas nas duas cidades, Goiânia e Anápolis, já o Dops faz menções a outras.

atuação em cidades do interior, apenas nessas duas cidades destacadas. A atuação de homens militantes do partido, por outro lado, é citada pelo Dops-GO em cidades do interior como Uruana, Alexânia, Porto Nacional (atual Tocantins), Jaraguá, Ceres e Formoso.

Faz-se necessário destacar que Anápolis reuniu muitos militantes do PCB, tendo sido uma das primeiras cidades do estado a manter núcleos do Partido Comunista com seu primeiro Comitê fundado ainda em 1936 (FERREIRA, 2019). Dentre esses militantes estavam Maria Stela Duarte Mendes e Leny Bueno, militantes cujos nomes constam na documentação da repressão associadas a homens do partido e, em alguns casos, a vários membros de uma mesma família, corroborando os apontamentos de trabalhos sobre outras regiões que vinculam a militância das mulheres a de homens, reduzindo o seu protagonismo, conforme mencionado (COLLING, 1997, p. 101).

A documentação analisada pelo presente capítulo desvela a expressiva composição numérica de mulheres militantes nas fileiras do PCB em Goiás, advindas de diferentes grupos sociais, como estudantes e trabalhadoras. Considera-se que esse número possa ser ainda maior frente ao lacunar acervo repressivo consultado e à prática dos agentes do aparato policial e militar de menosprezar a militância política de mulheres, incorrendo no menor número de registros quanto às suas atuações.

Em face dos dados expostos sobre quem eram as militantes do PCB-GO, colocam-se as questões sobre quais ações desenvolveram junto ao partido; sobre quais foram as funções e os cargos desempenhados, de mesmo modo quais eram os motivos que as levaram a ser fichadas e como elas foram representadas nos arquivos policiais. Tratam-se de questões que abordaremos a seguir.

## **CAPÍTULO 2 – AS ATUAÇÕES DAS MULHERES MILITANTES DO PCB NOS ARQUIVOS DO DOPS, IPM E SNI**

Nas últimas décadas, no Brasil, a história das mulheres tem lançado luz sobre o silêncio e a invisibilização das mulheres na História (DEL PRIORE; BESSANEZI, 1997; SOIHET; PEDRO, 2007). Ao considerar especialmente a invisibilidade das mulheres militantes do PCB na historiografia goiana, além dos papéis secundários reservados a elas dentro da própria esquerda e, ainda, a subestimação de suas ações pela repressão, o presente capítulo aborda quais foram as ações empreendidas por essas militantes em Goiás. Diante da análise da documentação sobre essas mulheres comunistas, dois aspectos ganharam relevo: as ações e os cargos que desempenharam junto ao partido, em que destaca-se a existência de três militantes que alcançaram postos de liderança em Comitês Municipais e Estadual do PCB-GO, bem como a associação de quatro militantes a famílias comunistas.

Essas relações familiares e a organização partidária podem ser mais bem explicadas pelo que Motta (2013, p. 11) chama de “cultura política comunista”. Há, no grupo familiar, o compartilhamento de valores culturais e representações que são incorporadas na identidade dos indivíduos, contribuindo para a formação comunista. Logo, o conceito nos ajuda a compreender a complexidade envolta nas decisões e posturas políticas, que, nesta perspectiva, incluem também os signos culturais.

Contudo, não se pode perder de vista a prática dos agentes da repressão em retirar dessas mulheres a autonomia de escolha, como se estivessem no partido apenas pela influência de outrem, que, nos casos aqui estudados, seriam homens da mesma família. Ressaltamos que o objetivo aqui não é endossar essa perspectiva, pelo contrário, é problematizá-la, apresentando um quadro que contribua para a compreensão da atuação dessas mulheres, sem retirar delas o protagonismo político.

Como segundo aspecto, destacaram-se na documentação os cargos ocupados pelas mulheres na estrutura partidária. A partir dessas informações, constatamos que, em grande parte, as militantes do PCB-GO foram descritas por comporem Organizações de Base (doravante OB), que consistiam em estratificações organizacionais do Partido. Em excerto encontrado no próprio IPM do PCB, que citam o Estatuto do Partido Comunista e a Resolução Política do VI Congresso do partido em 1968, encontra-se a definição sobre as OBs:

célula máter do PCB, no sentido de aliciar, recrutar e integrar nas referidas OB, novos adeptos à ideologia marxista-leninista. Esse trabalho é feito dentro de diversos

setores da comunidade, notadamente no estudantil, entidade de classe, operário e profissional liberal (Anigo, 2016, p. 819).

Havia diferentes tipos de OB e seus trabalhos se voltavam para áreas específicas, como OB de advogados, OB de operários, OB secundarista, OB da Faculdade de Medicina, OB da Faculdade de Direito. No segundo relatório do IPM instaurado em 1972, alegavam inclusive haver uma OB de mulheres.<sup>45</sup>

Dentro das Organizações de Base existia uma subdivisão conhecida como Agiprop, grupo de pessoas responsáveis pela Agitação e Propaganda na área de atuação de sua OB. Dentre as atividades desempenhadas por esse grupo destacam-se a pichação em vias públicas, a anexação de materiais sobre o PCB em murais de Diretórios Acadêmicos e outros lugares públicos, a confecção e distribuição de panfletos e o recrutamento de membros simpatizantes à causa. Por fim, cada Organização de Base possuía um delegado ou delegada, que representava a OB nas reuniões do Comitê Municipal, sendo que “para ser delegado, era necessário demonstrar interesse pelo Partido e estar com sua situação financeira, na OB, em dia” (Anigo, 2016, p. 821). Uma das militantes, Zora Pires Leal, foi descrita como delegada de sua OB.

Em síntese, a OB é a célula que orienta as ações das/dos militantes em nível local, é o elo entre o partido e o povo. As organizações respondem a um Comitê, municipal, distrital ou estadual, que, por sua vez, deve garantir que as diretrizes dos órgãos superiores sejam cumpridas. Esse Comitê intermediário responde ao Comitê Central, órgão máximo da direção partidária (VENTURINI, 2019, p. 21). É justamente sobre a ocupação de cargos em comitês que o terceiro tópico tratará.

Nessa estratificação superior do partido, foram localizadas três mulheres militantes que alcançaram cargos: Maria Stela Mendes, que foi membro do Comitê Municipal de Anápolis e também suplente no Comitê Estadual; Dione Damasceno e Dalva Moura, que desempenharam postos no Comitê Municipal de Goiânia. É importante salientar que, ser eleita para um cargo no Comitê do partido, significava participar das deliberações que seriam seguidas por todos os demais membros, ocupando, assim, um lugar de poder que, como já mencionado, não estava assegurado às mulheres (PERROT, 1995, p. 11).

---

<sup>45</sup> Sobre a OB de Mulheres em Goiás, não foram encontradas maiores informações nos fundos documentais da repressão sobre quais militantes teriam participado, quais atividades desempenharam nessa organização e nem quais eram as pautas discutidas. Todavia, a existência de organizações de base especificamente voltadas para as mulheres fazia parte da estrutura do partido, desde a deliberação para suas criações durante a III Internacional Comunista. Contudo, há críticas de ex-militantes que delas participaram, afirmando que a existência de OBs de mulheres estavam demasiadamente voltadas para agitação e propaganda, deixando de lado reivindicações específicas para as mulheres (ABREU, 2008, p. 5).

## 2.1 As famílias comunistas

Um dos aspectos que se sobressai na documentação são os laços familiares das mulheres consideradas comunistas, identificadas como militantes do PCB. Se esse traço desvela, em parte, a redução da autonomia das mulheres em suas atuações políticas, conforme apurado na historiografia, é preciso considerar ainda que as famílias comunistas produziam e difundiam determinada cultura, traduzida pelos valores, pela visão de mundo, pela forma de atuar, e isso permeava as ações de seus membros. Segundo Betzaida Tavares (2003), é perceptível nos depoimentos de militantes do PCB a forma como os valores familiares incidem em suas atuações políticas, o que vai além da afinidade com a doutrina do partido. Os valores compartilhados por essas famílias podem ter um peso ainda maior do que as convicções individuais. Além disso, a relação entre o núcleo familiar e o partido tende a atenuar o binômio público e privado, já que não há uma ruptura entre o espaço doméstico e o espaço político.

Nesse sentido, a relação entre as famílias e o PCB pode ser melhor compreendida através do conceito de “cultura comunista”, que propõe a análise não apenas das características políticas e ideológicas do comunismo, mas também dos fatores culturais que influenciaram a trajetória dos militantes e que transcendem a organização partidária (MOTA, 2013). Um desses fatores é a adesão de membros à organização.

Utilizando-se de um ditado popular metafórico, Motta (2013) aponta que existiam três principais motivações que levariam uma pessoa a aderir à pauta comunista, as quais correspondiam a órgãos humanos: a primeira implicava o cérebro, em que os indivíduos eram convencidos pela argumentação teórica e filosófica marxista; a segunda o estômago, em que a desigualdade de classes era sentida na fome, nas necessidades materiais, na pobreza, vendo no comunismo uma possibilidade de melhoria nas condições sociais; já a terceira seria o coração, em que o comunismo tocava os sentimentos, e, movido pela força da sensibilidade, o indivíduo se vinculava ao partido. Para o autor, esses três fatores podem coexistir, não sendo uma análise que vise a exclusividade de um único aspecto e exclusão de outros (MOTTA, 2013, p. 19).

Segundo essa metáfora, o coração seria o ponto chave para a compreensão da cultura política comunista. Por conta de muitos militantes se inserirem no partido pela afinidade com famílias comunistas, sejam pais, avós, tios e irmãos, para Motta (2013), a família pode ser entendida como um vetor de socialização, um meio pelo qual são apresentados os valores e representações comunistas. Afinal, a família é um local onde se compartilham representações

construídas ao longo de décadas e que são incorporadas por alguns indivíduos, contribuindo para formação de uma identidade comunista que compartilha valores culturais, morais, normas e linguagens próprias (MOTTA, 2013).

Essa cultura familiar pode ser verificada em depoimentos de outras mulheres militantes que atuaram durante a Ditadura Militar no Brasil. A historiadora Jessie Jane, militante da ALN no Rio de Janeiro durante a Ditadura, por exemplo, era membro de uma família onde os pais eram do “Partidão” [sic]. Desde criança ela acompanhou sua mãe em reuniões do partido, além de conviver com o grande trânsito de comunistas que visitavam a sua casa. Ao ser questionada, em entrevista, sobre a opinião de seu pai a respeito de sua atuação política e se isso fora um problema, ela responde:

Olha, deve ter sido como pai. Imagino que deve ter sido. Mas para o meu pai isso era uma coisa absolutamente natural. Se eu tivesse virado de direita, o meu pai teria sofrido muito mais. **Não havia espaço na minha casa para outro tipo de coisa.** Óbvio, alguma coisa ia me acontecer. Não havia possibilidade de ser diferente. Veja bem, a minha opção nunca foi uma opção intelectual! Eu acho que as companheiras presas tinham uma opção intelectual, o que não era o meu caso. Não foi pela via da leitura de nenhum autor que eu estava ali. [...] Eu acho que talvez para alguns dos meus companheiros isso tenha sido um problema. Porque quando você se vê em uma determinada situação só por uma coisa intelectual é muito difícil! Quando esse mundo intelectual rui... (GÓIS; QUADRAT, 2008, p. 27, grifo nosso).

Na fala de Jessie é possível notar a maneira como a influência da formação identitária em um lar comunista propicia uma visão da militância política como algo naturalizado, afirmando a impossibilidade de ser de outra forma. Outro ponto que chama atenção é a adesão à causa comunista por outras vias que não a intelectual, o que vai de encontro às análises de Motta (2013) sobre a inserção em organizações de esquerda motivadas pela identificação com os membros da família, metaforicamente ligados ao coração.

Não obstante, em *Mulheres na Luta Armada: protagonismo feminino na ALN*, Maria Cláudia Badan (2018), uma das dissidências do PCB que adere à luta armada, destaca, por meio de entrevistas, a notável influência que a família comunista teve na formação de sua trajetória política e de muitas mulheres militantes. Um desses exemplos é o caso da militante Maria Aparecida Santos, que também aderiu à ALN quando se mudou para o estado de São Paulo. Seus primeiros contatos com o comunismo se deram em Anápolis, já mencionada como um dos espaços de atuação do PCB em Goiás. Seu pai se inseriu, junto a outros colonos da fazenda em que trabalhava, no Partido Comunista, e participou da Guerrilha de Trombas e Formoso ocorrida no estado. Segundo ela, foi em Anápolis que assistiu aos primeiros comícios de sua vida, onde, ainda muito pequena, por volta dos cinco anos, ela e seu irmão escutaram as histórias de Luís Carlos Prestes, desenvolvendo uma relação de muita

proximidade com o ambiente comunista. Santos lembra que “os companheiros do partido pegavam-nos no colo e a porta da casa estava sempre aberta à noite para quem precisasse de abrigo nos corre-corres após manifestações” (SANTOS, 2008 apud RIBEIRO, 2018, p. 119).

Os dois relatos têm em comum a trajetória de mulheres que cresceram num ambiente familiar em que os pais eram membros do Partido Comunista e que, quando adultas, se inseriram em uma organização política de esquerda. Nesse sentido, os relatos evidenciam a influência que a formação e o contato com parentes comunistas tiveram na construção de suas identidades. Além disso, por se tratarem de relatos de memória, são, segundo Pollack, uma reinterpretação do passado, por serem eleitas lembranças que compõem um quadro de memórias geralmente orientado por questões do tempo presente (POLLAK, 1989, p. 6). Merece destaque o fato de que essas mulheres elegeram essas lembranças anos mais tarde como sendo a base de suas trajetórias, atribuindo valor aos acontecimentos ocorridos na infância para a formação de suas posturas políticas e atuações na vida adulta.

Considerar a família como ambiente de compartilhamento e reprodução da cultura comunista, onde muitas militantes são tocadas pelo sentimento de identificação com a causa, pode ajudar a explicar a adesão de ao menos quatro mulheres militantes ao PCB-GO. Essas tiveram, na família, um ambiente propício para a construção de uma identidade atravessada pelo comunismo.

A primeira militante integrante de uma família comunista localizada pela presente pesquisa é Leny Bueno, localizada na documentação do Dops-GO em dossiê de 1976, cuja capa contém o seu nome e de seu irmão, Lenine Bueno Monteiro, ainda que não conste nada sobre esse último no interior do dossiê. Leny foi mencionada por atuar em uma peça do Grupo Teatral Einstein denominada *A viúva do Tibúrcio*.<sup>46</sup> O grupo, sediado em Anápolis, apresentaria tal peça em Goianápolis, pequena cidade localizada próximo à capital, Goiânia. Como a divulgação da peça era feita por meio da imprensa, o Dops recolheu dois recortes de jornais sobre o espetáculo para compor o dossiê. Quanto a seu conteúdo, a peça de Adail Viana e Júlio Moreno trata da relação amorosa entre os personagens Joaquim, interpretado por Harley Busby, e Adelaide, interpretada por Leny Bueno, envolta de desavenças e possíveis traições. Mesmo não tratando de política diretamente, é impossível não associar o título *A viúva do Tibúrcio* a um personagem importante na história de Goiás: Geraldo Tibúrcio. Ele atuou na revolta camponesa de Trombas e Formoso<sup>47</sup> e foi membro do PCB durante a

<sup>46</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO). BR GOUFG.DGO.O.D. 1344, 1976.

<sup>47</sup> O conflito ocorrido em Trombas e Formoso, na região do médio norte, viveu seu momento mais pungente entre os anos de 1954 e 1957 e foi uma das maiores revoltas camponesas da história do Brasil. Gerado por um processo de expropriação empreendido por um grupo de grileiros atraídos pela política de expansão da fronteira

Ditadura, tendo sido, inclusive, fichado pelo Dops-GO por suas ações junto ao partido em Anápolis – mesma cidade em que a peça fora produzida.<sup>48</sup>

Apesar dessa aproximação, não há uma acusação direta de subversão relacionada ao Grupo Teatral, já que o conteúdo da peça não foi questionado pelo Dops, exceto pela participação de Leny:

A atriz Leny Bueno Monteiro, que faz o papel de “Adelaide” na peça “A viúva do Tibúrcio”, é filha de Clóvis Bueno Monteiro (recolhido ao CEPAIGO), e consequentemente irmão de Lenin Bueno Monteiro, **todos do PCB** (grifo nosso).<sup>49</sup>

Ou seja, Leny fazia parte de uma família de comunistas na cidade de Anápolis e provavelmente já estava sendo monitorada pelos órgãos de repressão.

A segunda militante identificada como membro de uma importante família comunista em Goiás é Zora Pires Leal. Natural de Anápolis, a militante foi citada em dois dossiês do Dops-GO. O primeiro deles, apesar de conter seu nome já na capa, não possui muitos detalhes sobre sua atuação, apenas que fora absolvida em um processo pela Justiça Militar em 1975 juntamente com outros indiciados, contudo não há informações sobre o teor da acusação contra ela.<sup>50</sup>

No segundo dossiê, direcionado à investigação de Ivo Favaro, seu nome aparece em uma lista com outros nomes de investigados por manter relações com o Partido: “Zora Pires Leal ‘Sara’ – Fls. 26, 27, 28, 79”. Esse índice remete às páginas do dossiê que ela, possivelmente – visto que o documento se encontra incompleto –, foi citada. Vale a pena destacar que o pai de Zora, Basileu Pires Leal, foi um dos fundadores do PCB no estado de Goiás. Ele colaborou com a criação, ainda na década de 1930, da Aliança Nacional Libertadora (ANL)<sup>51</sup> em Corumbá de Goiás e em Anápolis. Posteriormente, ajudou na fundação do PCB em Anápolis no ano de 1936. Além disso, Basileu Leal foi um dos

---

agrícola do Governo Getúlio Vargas, utilizaram de violência e intimidação para expulsar os camponeses de suas terras. Um dos líderes dessa resistência foi José Porfírio, em conjunto com outros militantes do PCB. Diversos conflitos ocorreram na área e o domínio dos camponeses sobre a região se destacava. O desdobramento final do confronto se deu por meio de acordo e trégua com o Estado, que ofereceu aos camponeses o direito de permanecerem em suas terras (SOUZA, 2010, p. 250), aspectos já comentados no capítulo 1.

<sup>48</sup> Ciente de que pareça ilação associar o nome da Peça Teatral *A viúva do Tibúrcio* ao militante histórico do PCB, Geraldo Tibúrcio, fazemos porque não fazer tal referência poderia incorrer na não viabilização do indício. Ignorá-lo, contraria o próprio aporte metodológico do trabalho, o paradigma indiciário, e a busca e reflexão sobre todas as inferências que suscitam da fonte.

<sup>49</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO). BR GOUFG.DGO.O.D. 1344, 1976.

<sup>50</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO). BR GOUFG.DGO.O.D. 1734, 1975.

<sup>51</sup> A Ação Libertadora Nacional foi uma frente popular ampla contra o fascismo, liderada pela figura de Luís Carlos Prestes e com relações intrínsecas com o Partido Comunista Brasileiro. Para mais dados sobre a ALN, consultar: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetetematico/alianca-nacional-libertadora-anl>

escritores do jornal *A Luta*, que auxiliou na veiculação de textos comunistas no estado (FERREIRA, 2019).

Diferentes membros da família comunista de Basileu figuraram na documentação da repressão. Além de Zora, há menções a Emerson Pires Leal, seu irmão, descrito como “filho de Basileu Pires Leal”,<sup>52</sup> que em dossiê do Dops foi fichado por conta de um intercâmbio que realizou para a União Soviética. Além dele, um dos IPMs do PCB cita Carducci Pires Leal, também filho de Basileu Pires Leal, como membro envolvido com as atividades do partido (Anigo, 2016, p. 768), bem como Carol Stalin Pires Leal,<sup>53</sup> também filho de Basileu Leal e Umbelina Pires Leal, militante citado diversas vezes nos documentos da repressão e condenado a um ano de prisão por sua atuação no PCB.<sup>54</sup>

Além de Leny e Zora, ambas naturais da cidade de Anápolis, havia ainda duas irmãs, de outra família comunista, militantes do PCB. Tratam-se das goianienses Élia Francisco e Maria Efigênia Francisco, descritas pelo Dops-GO como filhas de Rodolfo Francisco Fernandes de Carvalho e sobrinhas de José Fernandes Sobrinho, todos caracterizados como comunistas do PCB.<sup>55</sup> As duas mulheres fizeram intercâmbio para a União Soviética juntamente com o irmão Natan (GOMES, 2009), viagem essa que será abordada no capítulo três.

É certo que, em se tratando da atuação política de mulheres, não apenas em Goiás, faz-se necessário dar atenção para a tendência predominante tanto dos agentes da repressão quanto da historiografia sobre o partido de se minimizar a autonomia e a potencialidade de militância dessas mulheres. Sem desconsiderar isso, é preciso observar o vínculo entre as militantes e suas famílias ao PCB-GO. Em tais casos, a família é entendida como um vetor de socialização do comunismo, local onde os valores e as formas de ver o mundo são absorvidos por alguns indivíduos e são construídas as identidades. Desse modo, cruzam-se características

---

<sup>52</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO). BR GOUFG.DGO.O.D. 5393. 1972-1979.

<sup>53</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO). BR GOUFG.DGO.O.D. 3576. 1974-1977.

<sup>54</sup> Em conversa com Zora Pires Leal durante a produção do presente trabalho, ela conta que seus pais, Basileu Pires Leal e Umbelina Leal, tiveram oito filhos, seis homens e duas mulheres, sendo ela a única mulher a ingressar no Partido. A ex-militante considera que o ambiente familiar, onde desde cedo seu pai os incentivava a fazer leituras, estarem atentos ao contexto social e político, e a influência de seus irmãos mais velhos, citados como militantes do PCB, contribuíram para a sua entrada na organização. Ao ser questionada sobre a opinião de seu pai sobre a sua decisão em filiar-se ao PCB, ela responde que “a palavra que define é orgulho, embora falassem muito mal do Partido, de mulheres no partido, e o PCB antigo ser muito conservador, ele (Basileu Leal) sentiu muito orgulho, era muito tranquilo. Mas essa é a minha versão particular, pode ser que de outras mulheres, os pais não tiveram a mesma reação”. O relato desvela muitos elementos. Além de indicar a influência da família comunista na trajetória da militante, aponta que havia uma opinião pública negativa em relação às mulheres que atuavam no partido e a característica conservadora do PCB “antigo”, o qual pai esteve ligado, em relação às mulheres.

<sup>55</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO). BR GOUFG.DGO.O.D. 5393. 1972-1979.

culturais e as influências exercidas pelo ambiente familiar aos aspectos políticos e ideológicos.

## **2.2 A militância feminina frente ao aparato repressivo**

Os agentes dos órgãos repressivos, cujos acervos foram aqui investigados, comumente descreveram a atuação feminina em organizações de esquerda, como o PCB, com certo menosprezo. Suas ações políticas eram, na maioria das ocorrências, associadas à influência de homens, ou diminuídas como se não tivessem um real apelo ideológico à causa comunista. Um dos enunciados que sintetiza o olhar deslegitimador da repressão em relação à atuação das mulheres militantes do PCB-GO, produzido pelo SNI, foi: “Por ser a sua OB quase sempre constituída de mulheres, não havia praticamente atividades”.<sup>56</sup> Essa citação está contida em um relatório sobre a militante Zora Pires Leal no ano de 1972. O agente que o redigiu, aponta que a OB, sigla para Organização de Base, constituída em sua maioria de mulheres, “não possuía atividades”, e complementa: “a não ser as reuniões entre si para tratarem de assuntos já citados”.<sup>57</sup>

A OB descrita acima trata-se da Organização de Base 51, que atuava no meio estudantil e que, segundo a documentação, possuía também a adesão de homens militantes. Tal estratificação do partido realizava diferentes ações, como cooptação de novos membros, panfletagem, reuniões para discussão teórica, conforme mencionado anteriormente. Portanto, realizava atividades fundamentais para garantir a inserção social e a divulgação das proposições partidárias em meio a sociedade goiana. Contudo, a afirmação de que a OB 51 não “possuía atividades” (MOTA, 1972) era uma maneira, não apenas de desqualificar esse tipo de ação, mas de deslegitimar a atuação de seus/suas componentes, mas especificamente das mulheres. No trecho, evidencia-se a prática discursiva da repressão em retirar a relevância da atuação política das militantes, como se não desempenhassem atividades importantes no partido, apenas discussões sobre deliberações tomadas por outros, nesse caso, homens.

Por outro lado, como se verá adiante, a documentação revela o contrário. As mulheres comunistas vinculadas ao PCB ocuparam diversos cargos, participando de reuniões, e muitas delas sob condições perigosas em um contexto repressivo, atividades de agitação, finanças, propaganda, cooptação, entre outras. A maioria das mulheres militantes identificadas nas fontes em análise foram fichadas por integrarem as Organizações de Base do PCB. Há ainda

---

<sup>56</sup> Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_73061861\_d0001de0001, Aloisio de Oliveira Mota e outros, 1972.

<sup>57</sup> Idem.

as mulheres que não tiveram suas ações descritas com pormenores e não se sabe quais funções desenvolveram. Essas lacunas podem decorrer de diversos motivos, seja por configurarem apenas colaboradoras do partido, sem efetivamente se filiarem, seja por uma desvinculação, havendo apenas uma breve atuação durante a Ditadura, ou ainda pelo desinteresse dos órgãos da repressão em fichar a atuação de mulheres, ao considerarem de menor importância.

A ausência de documentação sobre ações políticas de mulheres pode ser explicada, em grande medida, pelo que Michelle Perrot (1989) chama de “silêncio dos arquivos”. Os procedimentos de registros, fontes das quais a história é tributária, tendem a privilegiar o espaço público, a política, a economia, locais dos quais as mulheres, em geral, foram excluídas, especialmente no século XIX. Quando eram documentadas, apareciam como entidade coletiva e abstrata: “mulheres”, ou seja, tinham suas práticas enquanto sujeitos singulares negadas e eram comumente adjetivadas por meio de estereótipos como “histéricas” (Perrot, 1989). Isso porque os escriturários da história, contadores da ordem pública que redigiam os documentos, administradores, juizes, padres, policiais e, como no caso aqui estudado, os agentes da repressão, eram em maioria homens<sup>58</sup> e, portanto, imprimiam seus olhares sobre outros homens, invisibilizando as mulheres (PERROT, 1989, p. 10).

Algumas mulheres foram pouco documentadas, ou seja, não aparecem em todos os fundos arquivísticos consultados e sobre elas não constam maiores informações e descrições. Mesmo assim, sofreram algum monitoramento e seus nomes constam no IPM, como no caso abaixo:

Por estarem em local não sabido e não ser possível obter sua qualificação [...] Judite de Tal; Maria Efigênia Fernandes de Carvalho; Rosilene de Tal; Selma Aguiar Machado; Suely de Tal” ou “Por terem tido participação mínima nos delitos aqui apontados, não tendo sido possível caracterizar militância efetiva dentro do PCB [...] Maria Antonia dos Santos Ferreira; Vilma Alves Pereira (Anigo, 2016, p. 829 e 830).

Há ainda as mulheres que, segundo o IPM do PCB, teriam se desvinculado do partido, não configurando atuação duradoura. Os motivos destacados são diversos, como nos casos de Leonora Barbosa Lima, Felisbina Maria da Silva e Iara do Espírito Santo:

---

<sup>58</sup> Isso não significa que não houvesse mulheres agentes da repressão. Segundo Maria Amélia Teles (2015) além de participarem de prisões e investigações, as policiais estiveram envolvidas em assassinatos, prática de tortura e sequestros durante o regime, como no caso de sequestro de seus próprios filhos pela tenente Neuza, que atuou no DOI-Codi de São Paulo. Em depoimento, a citada tenente relatou sobre seu trabalho: “Aí eu fui pro meu ‘Açougue’ [DOI] e aí passaram a acreditar que a mulher também tinha capacidade” (GODOY, 2014, p. 148 apud TELES, 2015, p. 516). De acordo com a autora, o trabalho repressivo com a atuação de policiais femininas teve início no Estado de São Paulo e posteriormente expandido para outros estados (TELES, 2015, p. 519).

(Leonora Lima) Apesar de ter sido designada para secretária de finanças da OB 35, limitou-se apenas a recolher o dinheiro dos seus integrantes [...] sua participação muito irregular, é caracterizada pela falta de convicção de ideias do PCB. [...] (Felisbina Silva) tendo que acompanhar sua filha, também envolvida na máquina aliciadora do PCB [...] Nunca pertenceu ao PCB, embora tenha comparecido a algumas reuniões, sem entender o que nelas era lido. [...] (Iara do Espírito Santo), na época estudante secundarista, atraída pela simpatia por um militante, foi por ele aliciada. Após militância irregular na OB 35, desiludiu-se do PCB, abandonando-o (Anigo, 2016, p. 830).

Um aspecto que chama atenção nos trechos acima é a prática do policial militar, redator do IPM, em retirar da mulher sua capacidade e autonomia política. Nas palavras dele, as desfiliações das militantes estariam ligadas a motivos externos, à influência de outros, ao “aliciamento” feito por um militante, como no caso de Iara, e não por decisão própria delas. Mencionam até uma suposta incapacidade intelectual de Felisbina Silva em compreender os textos lidos nas reuniões.

Ao nos debruçarmos sobre as justificativas apresentadas em depoimentos por Abigail Neves, Albertina Vicentini, Dirce Maria Silvestre, Felisbina Maria, Iara do Espírito Santo, Irani Fernandes, Leonora Lima, Maria Francisca Maia, Maria Neusa Ribeiro e Valdenice Rabelo no Segundo Relatório do IPM, em 1972, sobre suas desfiliações, notamos que visavam evitar represálias por parte dos órgãos da repressão. Por conseguinte, confirmar a atuação no partido poderia acarretar a elas prisões, torturas e perseguições, o que é um fato diante do que foi a Ditadura Militar no Brasil. Torna-se evidente que as justificativas dessas mulheres amparavam-se em estratégias para dirimir ao máximo suas vinculações e atividades junto ao PCB.

Não obstante, algumas dessas comunistas têm seus nomes mencionados em pouquíssimos documentos, o que possibilita inferir, para além do “silêncio do arquivo”, que suas atuações possam ter se dado por um curto período de tempo. Outras militantes, dentre as quais algumas citadas acima, possuem menções mais recorrentes, inclusive após o ano de 1972, quando prestaram depoimento alegando suas desfiliações, como é o caso de Maria Francisca, Leonora, Iara e Dirce Maria – citadas em dossiê do Dops, do ano de 1982. A continuidade temporal dos indiciamentos pode significar que tais mulheres permaneceram no PCB, sendo ainda alvos de monitoramento do Departamento do Estado ditatorial, ao longo dos anos.

Outras mulheres foram, ainda, presas ao participarem de reuniões do partido em 1971<sup>59</sup> e em 1975,<sup>60</sup> e ainda que seus nomes constem nos dossiês do Dops-GO, não foi

<sup>59</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO). BR GOUFG.DGO.O.D. 6154, 1971.

<sup>60</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO).BR GOUFG.DGO.O.D. 4031, 1975.

possível identificar maiores informações sobre elas, nem mesmo em outros fundos documentais. Entre as militantes detidas em 1971 cita-se Ivone de Jesus, Demétria Carvalho e Alice Tsuiako Arakawa Borges. No caso desta última, seu nome fora mencionado pelo Dops e pelo SNI como esposa de Elias Moreira, sendo ambos comunistas.<sup>61</sup> As militantes detidas em 1975, acusadas de reorganização do PCB em Goiás, são: Benedita Machado Thomé, Maria das Dores da Silva, Nair Francisca Moreira, Rita de Cassia e Maria Francisca Maia.<sup>62</sup> Com exceção de Maria Francisca Maia, já citada, as demais militantes fichadas em 1971 e 1975 não aparecem novamente na documentação consultada.

Quanto às mulheres comunistas citadas em uma pequena quantidade de documentos, destaca-se Otília Fernandes Guimarães, uma das poucas que não foi relacionada ao movimento estudantil, tendo sido descrita como doméstica pelo SNI. Depreende-se do documento que a sua prisão consistiu no desdobramento da interceptação de uma carta que ela recebera de suas sobrinhas militantes, Élia Francisco Carvalho e Maria Efigênia Francisco Carvalho, que se encontravam na União Soviética.<sup>63</sup> A ausência de maiores informações sobre Otília, e o fato de ela ser a única trabalhadora sem formação acadêmica descrita pela repressão, traz à tona a baixa adesão do PCB-GO entre as mulheres que compunham as massas trabalhadoras. Esse dado dialoga com a redução de trabalhadores e trabalhadoras, especialmente operários, nas fileiras do partido após a instauração da Ditadura Militar (LIMA, 2014, p. 145).<sup>64</sup>

Em outra ocorrência a militante Anita, pouco documentada pela repressão, tem sua ação reportada pela Polícia Federal – Serviço de Ordem Política e Social – a partir de um Congresso Estudantil ocorrido em Goiânia, em 1968. Ela é descrita como “Anita Nescerssian, 1º Tesoureira, aluna do Colégio Estadual Prof. Pedro Gomes, ativista perigosa do PC”.<sup>65</sup> É interessante notar que, diferentemente da anotação sobre outras práticas de mulheres comunistas, a repressão atribuiu certo peso à sua atuação na Confederação Goiana de Estudantes, considerando-a uma “ativista perigosa”. Este registro constitui demonstração excepcionalidade, já que, comumente os agentes do Dops, que redigiam esses documentos, tendiam a menosprezar a atuação de mulheres.

<sup>61</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO). BR GOUFG.DGO.O.D. 6154, 1971.

<sup>62</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO).BR GOUFG.DGO.O.D. 4031, 1975.

<sup>63</sup> Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_rrr\_82002993\_d0001de0001, 1972

<sup>64</sup> A discussão sobre o afastamento entre a classe trabalhadora e o PCB figura nas páginas do jornal comunista *Voz Operária*, como aponta Ricardo Lima (2014), destacando a necessidade de mudança nos idos de 1967, período que ocorre o VI Congresso do Partido. O debate não manteve-se apenas no âmbito teórico e, de acordo com Lima (2014), buscaram inspiração na prática anterior do partido junto aos trabalhadores urbanos e rurais, para recompor esse trabalho na conjuntura pós golpe de 1964 (LIMA, 2014, p. 145).

<sup>65</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO). BR GOUFG.DGO.O.D. 1356, 1968-1962.

Cabe apontar que uma das características identificadas na análise dos documentos da repressão sobre mulheres militantes é que parece haver um maior monitoramento sobre mulheres que possuíam atuação política de longa data, como as que iniciaram sua trajetória no movimento estudantil. Tal monitoramento revela tanto um olhar mais vigilante e atento da repressão, acarretando a produção de mais documentos, quanto se volta àquelas militantes que ocuparam cargos de destaque na estrutura partidária, como Dalva Moura, Dione Damasceno e Zora Leal, que participaram do movimento estudantil.

No Dops não há mais informações sobre Anita Nercessian. Ao investigar seu nome em outros fundos documentais como o IPM e o acervo do SNI no Arquivo Nacional não havia dados sobre ela. Porém, encontramos outra militante com o mesmo sobrenome no IPM, Armênia Nercessian, o que nos permite afirmar que havia entre as duas uma relação consanguínea. Em um trecho que o IPM aborda a atuação do militante Nelson Cordeiro, também advindo do movimento estudantil de Goiânia, o Inquérito cita essa militante:

(Nelson) Passou a fazer parte de uma célula de base do PCB, recebendo o nome de guerra de “SILTON”, recebendo aulas sobre a doutrina do partido, ministradas por Armênia Nercessian, também membro da célula de base, cujas aulas eram ministradas no Colégio Estadual Prof. Pedro Gomes, em Campinas-Goiânia e em sua própria casa (Anigo, 2016, p. 877).

Anita e Armênia eram do movimento estudantil e ambas do Colégio Prof. Pedro Gomes, o que nos remete à discussão já levantada anteriormente sobre a atuação no partido de vários membros de uma mesma família. Destaca-se ainda o domínio intelectual da teoria marxista de Armênia, já que a militante ministrava aulas para os recém filiados no Partido.<sup>66</sup>

Em relação às mulheres que foram mencionadas na documentação, em um número maior de ocorrências, e que são descritas como membros de OBs, destaca-se Zora Pires Leal, que exerceu cargo de delegada:

ZORA PIRES LEAL – “SARA”: a) militante do PCB, ao nível de OB, estruturada da OB/51 em abril de 1970. B) participou de cerca de 15 (quinze) reuniões do Parque Mutirama, Horto Florestal, residências de militantes e praças públicas, dedicadas a estudo e discussão de documentos do Partido e informativo “Voz Operária” c) encarregada do Setor de Finanças da OB, arrecadando contribuições de militantes d) em 1971 participou de panfletagem no Bairro Popular de Goiânia, selagem com os dizeres “Viva o PCB”, tudo nas dependências do Liceu de Goiânia e) **na qualidade de DELEGADA da OB/51 participou da reunião do Comitê Municipal, realizada em propriedade rural f) fazia a ligação entre a OB e os escalões superiores do Partido.** (Anigo, 2016, p. 817, grifo nosso).

---

<sup>66</sup> Segundo os dados levantados pela pesquisa, Anita e Armênia Nercessian são irmãs do ator goiano Stephan Nercessian, também atuante no movimento estudantil pelo Colégio Pedro Gomes (VICENTI, 2011).

Apesar da família Pires Leal ser anapolina, Zora desempenhou atuação no partido em Goiânia. A OB 51, na qual a militante fora delegada, consistia em uma das organizações de base que atuava no meio estudantil na capital. Ademais, um dos pontos que chama atenção no trecho refere-se às reuniões para estudo e discussão do partido realizadas em ambientes públicos, como parques e praças. Tal dado remete à afirmação de David Maciel (2014) sobre a pouca atenção do PCB em Goiás para as regras de segurança, deixando a organização mais vulnerável frente à repressão.

Além das atividades desempenhadas pela militante, relativas à organização das finanças, à panfletagem e à direção da OB 51, outro ponto a destacar diz respeito à “ligação entre a OB e os escalões superiores do Partido” (Anigo, 2016, p. 817). O diálogo com os escalões superiores parece ser evidente quando se é delegada de uma organização de base, pois era função de um/a delegado/da manter o escalão superior – nesse caso, o Comitê Municipal, a par das ações de sua OB. No entanto, o fato de a repressão destacar essa informação configura algo salutar, já que nos casos em que militantes homens são descritos como delegados de OBs não há essa menção no IPM. Isso indica que o diálogo entre uma mulher militante e os escalões superiores, sob o olhar dos agentes da repressão, consistia em algo incomum, reiterando o lugar reservado às mulheres na sociedade.

Há ainda outras mulheres militantes que atuaram como membros da OB 51 e foram identificadas pelo IPM do PCB-GO, como Dalva Moura e Élia Francisco Carvalho, sobre a qual se destaca:

ÉLIA FRANCISCA DE CARVALHO – “ANDRÉA”: militante do PCB, nível OB, estruturada no ano de 1969 na OB/51; participou de inúmeras reuniões ao nível OB, dedicadas estudo e discussão de documentos do Partido e do informativo “Voz Operária”; no ano de 1969 participou de panfletagem no Liceu Estadual de Goiânia no ano de 1970, com a reestruturação da OB/51 foi eleita encarregada do Setor de Agitação e Propaganda, participou de pichação na Vila Coimbra, em Goiânia em 1970 passou a integrar o Setor Secundarista do CM, em 1972, mês de Março, participou de panfletagem na Vila Nova (Anigo, 2016, p. 816).

Élia é membra de uma família de comunistas, como já mencionado anteriormente. Além de ter desempenhado atividades em sua OB, como panfletagem, pichação e agitação, ela e os dois irmãos, Natan Carvalho e Maria Efigênia Carvalho, realizaram intercâmbio, durante a Ditadura Militar (GOMES, 2009), para cursar graduação na Universidade *Patrice Lumumba*, na União Soviética – o que será abordado no capítulo seguinte.

Outra militante descrita como membro de uma OB, identificada pelo IPM e pelo Dops em dois dossiês, foi Mery Aby-Jaudi Ferreira Lopes. Figurando em diferentes documentos, de distintos momentos, Mary Lopes teve atuação duradoura no PCB, ao qual se filiou em 1968

(como o IPM indica), foi absolvida pela Justiça Militar em 1975 (conforme indicado em dossiê do Dops), e em 1982 teve seu nome inserido em uma lista de militantes investigados pelo IPM, segundo o qual sua atuação foi assim descrita:

MERY ABY-JAUDI FERREIRA LOPES – “BERTA”: a) militante do PCB, ao nível de OB, estruturada no ano de 1968 na OB do Liceu Estadual de Goiânia, encarregada do Setor de Finanças arrecadando contribuição dos demais integrantes da OB b) em 1969 participou de pichação no Setor Sul de Goiânia, **sendo encarregada de manter contatos com o Comitê Municipal** c) em 1970 foi estruturada na OB/Direito onde manteve até 1972 d) **compareceu a inúmeras reuniões da OB a maioria realizada em sua própria residência**, dedicadas a estudo e discussão de documentos do Partido e do informativo “Voz Operária” [...] g) **forneceu sua residência para reunião do Comitê Municipal** h) no ano de 1971 a Comissão de Agitprop do Comitê Municipal reuniu-se por três vezes em sua residência i) compareceu a conferência do Comitê Estadual realizada na Fazenda Aurora. (Anigo, 2016, p. 816, grifo nosso).

A atuação de Mery parece ser bastante ativa e bem monitorada pelo Regime, isso porque segundo os órgãos de repressão ela teria realizado várias atividades e atuado em mais de uma OB. Além do mais, Mery teve relações de proximidade com o Comitê Municipal e cedeu sua própria casa para inúmeras reuniões do partido, ainda que isso pudesse causar-lhe inúmeros riscos, visto que se tratava de um partido posto na ilegalidade durante o regime militar.

A atuação política de Mery Aby-Jaudi não se restringiu ao PCB, como aponta documentação do IPM coletada pela Abin (Agência Brasileira de Inteligência):

– Em 11 Mai 72, foi Secretária-Geral do Diretório Acadêmico “XI de Maio” da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia/GO  
 – Em 1987, fez parte da estrutura política do Estado de Goiás na qualidade de 1ª Secretária da Comissão Provisória do Departamento Feminino do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB-MULHER). (Anigo, 2016, p. 877).

Mesmo que as informações extrapolem o recorte temático e temporal da pesquisa, é interessante notar a forte ação política da militante, que se inseriu em um partido de esquerda durante os anos de ditadura, ocupou cargo politicamente relevante dentro do Diretório Acadêmico de sua Faculdade e, na transição política, seguiu sendo monitorada pela Abin por se vincular a outro partido. Cabe questionar quais teriam sido as razões que levaram a militante a se desvincular do PCB e se inserir no PMDB, partidos de perspectivas políticas distintas.<sup>67</sup>

<sup>67</sup> É válido pontuar que durante a transição política vivenciada nos anos 1980, o PMDB reuniu militantes e pautas de distintas matizes políticas, inclusive de esquerda, em oposição à Ditadura (NOBRE, 2013, p. 11). Frente a isso, é possível considerar que a militante Mery Aby-Jaudi se vinculasse a uma dessas correntes de esquerda que se aliaram ao PMDB. Para mais informações sobre o PMDB no período de transição política, consultar: NOBRE, Marcos. Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

As militantes Zora Pires Leal, Élia Francisco Carvalho e Mery Abi-Jaudi Ferreira Lopes aparecem também no dossiê do Dops a partir de um comunicado da Justiça Militar que as absolveu em setembro de 1975. O crime a que foram acusadas não foi descrito nesse documento, porém o dossiê trata da atuação das militantes no PCB-GO, logo, infere-se que tenha sido esse o motivo do julgamento e posterior absolvição.<sup>68</sup> Destaca-se, ainda, a permanência da atuação das três militantes mencionadas, a grande frequência e a quantidade de documentos encontrados sobre elas nos fundos documentais pesquisados.

As mulheres militantes, segundo o que se pode notar nos dados recolhidos, tiveram significativa atuação no partido, executando funções desde as mais elementares como uma panfletagem até as de dirigência como de delegada de uma organização de base, mantendo diálogo com o Comitê Municipal ou oferecendo a própria casa para as reuniões do partido. Mesmo assim, a repressão não se absteve em menosprezar suas atuações ao descrevê-las. Suas adesões ao PCB são descritas em face do “aliciamento” de homens, suas convicções na pauta comunista são questionadas e suas ações postas como um perigo menor ao regime.

### 2.3 Elas ocupam postos de poder

Integrar o comitê de um partido é desempenhar uma função de maior destaque na estrutura da organização, possuindo poderes deliberativos ou executivos que devem ser acatados pelos demais militantes. Logo, compor um comitê significava ocupar um lugar de poder político, o que socialmente não estava posto às mulheres, pois, como assinalado, a política historicamente não era um lugar reservado a elas, muito menos os cargos de liderança (PERROT, 1995, p. 11), isto é, dentro dos próprios partidos de esquerda, as mulheres tiram sua atuação política colocada em segundo plano. Em vista disso, Abreu (2008) enfatiza que “a divisão hierárquica dentro das organizações tendia a excluir as mulheres das funções politicamente mais relevantes e de maior poder decisório” (ABREU, 2008, p. 2).

O fato de mulheres militantes alcançarem postos nos comitês não foi algo que ocorreu sem um processo anterior de críticas e pressões de outras comunistas em relação ao partido. Em 1954, durante o 4º Congresso do PCB, Iracema Ribeiro, professora e militante do PCB no Rio de Janeiro, apresentou informes sobre a condição das mulheres dentro da organização:

É muito pequeno ainda o número de mulheres membros do Partido [...] o que demonstra que não extirparam ainda das nossas fileiras os preconceitos burgueses com relação à Mulher [...]. O Partido deveria encarar mais seriamente a necessidade de promoção de quadros femininos [...] **1º O trabalho feminino deve deixar de ser**

<sup>68</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO), BR GOUFG.DGO.O.D. 1734, 1975-1976.

**tarefa apenas das Organizações de Base e das Seções do Trabalho Feminino para se transformar em tarefa de todo o Partido. 2º Todos os Comitês de Zonas e Comitês Distritais devem ter encarregados do trabalho feminino. O trabalho feminino deve ser incluído entre as tarefas permanentes dos Comitês de Zona, dos Comitês Distritais e das Organizações de Base. 3º Elaborar com urgência uma resolução do Comitê Central sobre o trabalho feminino** (RIBEIRO, 1954, p. 4, grifo nosso).

No trecho destacado, a questão da promoção de quadros femininos é tratada com “urgência”, sugerindo que o partido a discutisse mais “seriamente” (RIBEIRO, 1954). Iracema Ribeiro cobrava que a participação das mulheres no partido não ficasse restrita às Organizações de Base e Seções femininas, mas a fim de que elas pudessem ocupar cargos e tarefas permanentes em Comitês.<sup>69</sup> Este ponto toca em outra questão já abordada neste trabalho: a incorporação de mulheres às fileiras do partido não correspondeu, necessariamente, que elas fossem tratadas em pé de igualdade ou tivessem as mesmas oportunidades de ascender aos principais cargos partidários como os militantes homens.

Mesmo havendo possíveis entraves dentro do Partido por conta das assimetrias de gênero, que certamente não foram dissolvidas por completo entre a publicação de Iracema Ribeiro e os vinte anos posteriores, três mulheres militantes ocuparam cargos nos Comitês Municipais de Anápolis, Goiânia e no Comitê Estadual de Goiás: Maria Stela Duarte Mendes, Dione Damasceno e Dalva Moura. Embora atuassem em altas instâncias da organização, essas militantes tiveram suas ações políticas menosprezadas pela repressão e, em algum momento, suas militâncias no partido foram relacionadas a homens militantes, sejam namorados ou maridos, prática comum na documentação investigada e que figura em outros trabalhos sobre o tema (COLLING, 1997).

O papel de liderança das três militantes mencionadas requer uma análise mais apurada, principalmente se considerarmos que mulheres comumente não ocupavam cargos de liderança em organizações políticas de esquerda em tal período. Maria Stela Duarte Mendes é citada em fontes de todas as bases documentais consultadas no IPM, no Dops e no acervo do SNI presente no Arquivo Nacional, o que se explica pelo peso de sua atuação política. Na

---

<sup>69</sup> A fala da militante se insere em contexto de crescimento do movimento de mulheres, e a inserção das comunistas levaria a uma modesta mas significativa mudança na composição das direções partidárias. Essa modificação refletiu no 4º Congresso, onde o informe de Iracema Ribeiro foi proferido, e onde, pela primeira vez, as mulheres compuseram cerca de 9,3% das delegações e 147 foram eleitas para o Comitê Central em congresso partidário (VENTURINI, 2019, p. 60). O início dessa discussão e todo o trabalho que vinha sendo realizado alcançou seu auge e declínio em curto espaço de tempo. Já em 1956, após a crise interna que acometeu o Partido, sobretudo após o XX Congresso do PCUS, a pauta saiu da agenda prioritária (BUONICORE; GARCIA, 2012). A confluência de fatores internos e externos, como a perseguição ao partido, acentuada com a Ditadura Militar, contribuiu para a desidratação do processo de discussão sobre as mulheres no partido (VENTURINI, 2019, p. 74).

documentação do Dops, sua atuação foi vinculada diretamente a seu marido, Cláudio Mendes, que também era militante do PCB.

Uma das menções feitas a ela nas fontes do Departamento chama atenção pelo seu caráter anticomunista. Em denúncia civil lavrada em cartório datada de 1965, com o timbre do Poder Judiciário, assinado por um escrivão do 2º Ofício Criminal da Comarca de Goiânia, ela e seu esposo são inseridos em uma lista de pessoas que, segundo o autor da denúncia, eram “participantes ativos, deliberados e conscientes na gama subversiva de espionagem ativa que tentou mudar a ordem política e social e submeter o Brasil ao domínio de organização estrangeira e de caráter internacional”.<sup>70</sup> O documento solicita a prisão preventiva dos citados por representarem

ameaça externa à segurança nacional. E que muito antes da Revolução de 31 de março de 1964, usando como denominador comum a guerra psicológica, organizações estrangeiras e de caráter internacional, mediante ajuda e subsídio de países da cortina de ferro, em comum com a cabeça de ponte do Poder Executivo do Governo de Goiás sedimentaram suas atividades subversivas, comunizantes e de espionagem, através de todos os órgãos de divulgação estadual goiano, ramificando-se em todas as camadas sociais, dominação estatal goiana, dominando as faculdades de ensino, doutrinando o povo e os estudantes, militarizando-se em comum com os camponeses e alienando as tradições pátrias de cultura, civismo, intelectualidade e civilização cristão.<sup>71</sup>

Nota-se que o anticomunismo não era exclusividade dos agentes do Estado, mas era uma força que também partia de setores da sociedade civil, conforme mencionado anteriormente. O trecho expressa uma suposta dominação estrangeira liderada pelos países da “Cortina de ferro” que estaria em curso em Goiás mesmo antes do golpe de 1964. Espalhado em diversos setores da sociedade, esse grupo subversivo, de atividades “comunizantes”, supostamente ameaçaria as “tradições pátrias de cultura, civismo, intelectualidade e civilização cristão”.<sup>72</sup> O pedido de prisão é construído por meio de argumentos que fabricam um ilusório perigo frente a um suposto projeto subversivo em curso, que, inclusive, promovia a “militarização” junto aos camponeses, segundo as palavras do denunciante. Como o documento é datado de 1965, é possível inserir esse discurso como parte da pungente onda anticomunista que se alastrou por distintos setores sociais brasileiros e ofereceu bases para o Golpe de 1964, pautado no perigo de uma suposta Revolução Comunista no Brasil, já analisada por Motta (2000).

---

<sup>70</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO). BR GOUFG.DGO.O.D. 1032, 1965-1976.

<sup>71</sup> Idem.

<sup>72</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO). BR GOUFG.DGO.O.D. 1032, 1965-1976.

Além disso, esse não é o único documento envolto pelo anticomunismo que cita Maria Stela Mendes. Um panfleto anexado ao IPM sobre o PCB datado de 1969, denominado “Alerta Anápolis”, afirma:

Agora é preciso tomar muito cuidado com os comunistas da nossa cidade. Tomem cuidado com os elementos de atividade subversiva. São declarados comunistas, inimigos da Pátria, inimigos de Deus, inimigos da Família, Inimigos da Liberdade. Eis alguns nomes: [...] Dr. Claudio Mendes – Senhora Cláudio Mendes (D. Maristela Mendes) [...] qualquer alteração da ordem que surgir em Anápolis, será responsabilidade desses vendilhões da Pátria. É preciso que a briosa polícia de nosso Estado, confirme a atitude democrática do sr. Governador e PRENDA imediatamente esses agitadores que foram responsáveis, juntamente com sua corja fugitiva, pelos dias intranquilos que passamos. É preciso que a Polícia FECHE todos os sindicatos e associações que acobertam esses elementos perniciosos, ladrões de nossa tranquilidade. É preciso que o povo de Anápolis REAJA contra esses perturbadores. Aproveite Anápolis, a hora chegou e todo o Brasil sabe disso. Vamos extirpar de nossa terra esses elementos! Aguardem outras listas (Anigo, 2016, p. 772).

O panfleto é escrito em tom ameaçador e persecutório, conclamando uma reação popular contra os/as comunistas na cidade de Anápolis. No texto são divulgados os nomes e os endereços de pessoas, propondo uma verdadeira caça aos comunistas, como está expresso na frase: “vamos extirpar de nossa terra esses elementos” (Anigo, 2016, p. 772). O uso do panfleto pela Polícia Militar, que redigiu o inquérito, insere-se no que Rosângela Assunção (2006) destaca sobre a relação entre a polícia política e a imprensa:

O vínculo entre a polícia e a imprensa se efetiva a partir das dimensões que caracterizam a produção de sentidos do discurso jornalístico. Como a imprensa, a polícia política se alimenta do tema da insegurança advindo da crença no fortalecimento da infiltração comunista no Brasil. A polícia encontra no “perigo vermelho” argumentos para obter mais meios e prestígio junto ao poder instituído além de elementos que lhe permitam, a partir da atribuição que lhe é intrínseca de manutenção da ordem política e social, fundamentar a autoridade que ela exerce ou reclama (ASSUNÇÃO, 2006, p. 75).

Destarte, a polícia política utiliza-se do “perigo vermelho” para lograr prestígio junto à sociedade e legitimar suas ações. No trecho “briosa polícia do nosso estado”, é possível notar uma inserção social do segmento policial junto à população goiana. Temos uma disputa política de projetos de sociedade entre capitalismo e comunismo, sendo o anticomunismo fabricado com intuito de depreciar uma dessas correntes. A frase “inimigos da Pátria, inimigos de Deus, inimigos da Família, Inimigos da Liberdade” sintetiza os vários âmbitos em que o sentimento anticomunista pode se expressar; a fabulação de uma subordinação da pátria brasileira aos interesses soviéticos liderados pela URSS e a ideia de que o comunismo era contrário à religião e a família. Sobre a religião, a concepção basear-se-ia na filosofia comunista que, de fato, negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu,

defendendo a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem embasadas em Deus (MOTTA, 2000).

Já em relação à família, o ideário comunista – em especial as concepções soviéticas que reportam ao período leninista –, propunham o fim da moral burguesa ancorada na instituição familiar. O comunismo se colocava contrário à indissolubilidade do casamento, defendia o divórcio, o aborto, questionavam a hierarquia natural entre homem e mulher, que colocava a mulher como indivíduo submisso aos trabalhos domésticos, e propunha sua libertação por meio da inserção no trabalho remunerado e na política. Essa vertente da utopia comunista previa, em suma, tratar as mulheres de uma forma diferente do que eram tratadas no interior da família capitalista. Tudo isso representava uma ameaça à ideia de família tradicional. Medidas como o aborto e o divórcio foram consideradas reivindicações legítimas das mulheres pelos bolchevistas russos na URSS durante os primeiros anos após a Revolução, o que conferiu matéria para as acusações anticomunistas de que eles seriam “inimigos da família” (MOTTA, 2000).

Porém, na prática, dentro do Partido Comunista Brasileiro existiam normas morais rígidas que enfatizavam o relacionamento monogâmico, heteronormativo e consideravam a família de tipo comunista, pautada no companheirismo e não no interesse material como célula básica na organização social. Além disso, estimulavam os militantes a construir uniões conjugais sólidas e duradouras, e comportarem-se com moderação na esfera afetivo-sexual. Existia certo ascetismo na moral comunista, apesar dos elementos “libertários”. Estimulavam o comedimento do comportamento sexual, já que os excessos eróticos eram considerados práticas burguesas e poderiam desviar as energias do militante na luta revolucionária (MOTTA, 1997, p. 80). Essa tendência, como já mencionado no capítulo 1, vai ao encontro de uma característica do governo stalinista que reiterava os papéis tradicionais postos às mulheres, e é justamente neste contexto que o PCB ganha força no país, cotejando tais aspectos (FREITAS, 2016, p. 14).

Mesmo que, de acordo com os moldes soviéticos, houvesse um estímulo para que mulheres participassem da política e aderissem ao partido, no contexto brasileiro isso não significou que as mulheres fossem tratadas com igualdade dentro do partido. Para a esquerda, e em especial o PCB, alinhado às proposições stalinistas, de então, o fim das desigualdades sofridas pelas mulheres só seria possível com a instauração do socialismo.

De acordo com Engels, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (2010), a opressão feminina resulta do estabelecimento da propriedade privada e da sociedade

de classes, portanto, com a derrubada de ambos e a instauração do socialismo, as mulheres estariam libertas das opressões (SOIHET, 2013, p. 173). Diante disso, postergar a discussão sobre as desigualdades enfrentadas pelas mulheres para quando ocorresse a instauração do socialismo, acabava por reproduzir dentro da organização as relações assimétricas de gênero. Além do mais, a realidade de sociedades socialistas negava essa tese, mostrando a permanência da exploração da mulher e a consolidação de relações permeadas pela desigualdade entre os sexos (ROLLEMBERG, 2007, p. 312). Logo, reduzir a submissão enfrentada pelas mulheres estritamente à ordem econômica, acabava por ignorar problemas de outra ordem, como a sexualidade, a reprodução e a desigualdade entre os sexos.

Retornando às menções da militante nos documentos da repressão, Maria Stela Mendes e Cláudio Mendes são fichados já no primeiro relatório do IPM sobre o PCB-GO, em 1964, ele, advogado e professor universitário, ela, como fundadora de uma escola particular, onde, segundo a repressão, “[...] ministravam aulas e ensinamentos dos comunistas às crianças, escola esta conhecida pelos menores como ‘ESCOLA DOS COMUNISTAS’.” (Anigo, 2016, p. 766). A afirmação do IPM suscita-nos alguns questionamentos: O que será que eles realmente faziam nessa escola? O que será que ensinavam? Mesmo que não se tenha respostas a essas questões, é fato que suas ações não correspondiam às expectativas do *ethos* social capitalista e, dessa maneira, no jogo político da Guerra Fria, de perseguição aos comunistas, as práticas deles foram associadas diretamente ao ideário soviético.

A atuação de Maria Stela Mendes é também mencionada em documentos encontrados no Arquivo Nacional, e um deles chama atenção pela forma como a repressão trata a militância feminina. Datado de 1972, o despacho de caráter confidencial do SNI, cita:

Com os desdobramentos dos IPM/PCB em GOIÁS, foi envolvida MARIA STELA DUARTE MENDES **viúva de antigo militante**. Ficou caracterizada uma **pequena participação** da referida mulher **levada ao Partido em face de inteligente pressão psicológica, explorando a antiga militância de seu marido**. Após alguns dias de prisão, do afastamento dos 4 (quatro) filhos sendo que o menor de apenas 10 anos, MARIA STELA resolveu cooperar com as autoridades e quis ser posta em liberdade, de vontade própria fez publicar a nota em anexo, com excelente repercussão.<sup>73</sup> (grifo nosso).

Destaca-se, inicialmente, no documento a afirmação de que a militante compõe os quadros do partido por “pressão psicológica” exercida pelo marido. O trecho busca imprimir uma ausência de autonomia política da mulher militante, mas se mostra inconsistente. O

---

<sup>73</sup> Arquivo Nacional (Sian), BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_RRR\_82002954\_d0001de0001, PCB-Goiás, 1972, p. 3.

esposo da militante, o comunista Cláudio Mendes, faleceu em 1965,<sup>74</sup> e a participação dela junto ao PCB só teria se encerrado em 1985, quando desfilia-se formalmente.<sup>75</sup> Mesmo que a relação entre ambos tenha contribuído para a inserção de Maria Stela nos quadros do partido, não teria sido por conta da influência dele que ela se manteve no PCB durante mais vinte anos, afinal a militante poderia ter se desligado quando do falecimento do esposo, o que não ocorreu.

Não obstante, no excerto citado anteriormente há a afirmação de que a militante esteve detida durante alguns dias. Porém, a fonte não indica o local em que se deu tal prisão. Ademais, como era comum nas práticas de detenções durante o regime, o método de tortura foi utilizado como forma de interrogatório e intimidação no interior do sistema repressivo (FILHO, 1995, p. 6). Dessa forma, infere-se que tais práticas de sevícia tenham sido empreendidas contra Maria Stela. Um dos elementos presentes no documento que sugere a presença de tortura psicológica é a menção aos filhos da militante, utilizada como argumento de chantagem para sua libertação.

O uso da tortura psicológica pela repressão explorava os laços afetivos e familiares, como o de uma mãe com seus filhos e filhas, visando desestruturar as mulheres detidas para que elas entregassem as informações desejadas. Essa prática se insere como um mecanismo que buscava gerar o sentimento de culpa, em que os torturadores tentavam fazer com que a vítima se sentisse responsável pelos atos que eles iriam realizar (WOLFF, 2019, p. 314).

Além do poder exercido pelo Estado, as mulheres militantes sofriam outras formas de opressão, como o constrangimento e a culpa, o que revela um tipo específico de tortura direcionado às mulheres, que “[...] eram expostas a uma dupla e desigual relação de poder: a da militante oprimida contra o agente de segurança opressor e a da hierarquia de gênero” (WOLFF, 2019, p. 314).

---

<sup>74</sup> Em um pedido de Habeas Corpus apresentado ao Supremo Tribunal Federal pelo advogado Rômulo Gonçalves, que defendeu Maria Stela e outros militantes do partido contidos no IPM, menciona “[...] os pacientes foram acusados de comunistas notórios e ativos auxiliares do partido comunista já extinto em um IPM instaurado na cidade de Anápolis [...] Também foi incurso no mesmo processo o marido da paciente Maristela Mendes, Dr. Cláudio Mendes que sofreu da crise de enfarte perante a IV Auditoria de Juiz de Fora excepcionalmente reunida em Goiânia em março de 1965 [...] Aquela ação penal foi arquivada pela justiça comum; entretanto os pacientes voltaram a ser denunciados pela Auditoria da 4ª. Região Militar, figurando ainda o marido da paciente Maristela, Dr. Cláudio Mendes que veio a falecer quando recebeu a segunda citação e na opinião do causídico em consequência deste fato foi acometido de uma crise coronária”. Apesar da retórica jurídica, é importante considerar, além do desgaste e da exposição pública, o peso das pressões psicoemocionais causadas pelas constantes acusações judiciais e depoimentos prestados, considerando as consequências que isso pode causar à saúde dos envolvidos. Como o documento aponta, Cláudio Mendes teria sido acometido por problemas coronários diante da situação de nervosismo que enfrentou durante uma Auditoria e uma intimação judicial. (Anigo, 2016, p. 927).

<sup>75</sup> Acervo PCB-Goiânia, Pasta Mulheres, 4 de abril de 1985.

Ainda, a construção social da mãe como o principal laço afetivo para as crianças e a idealização romantizada da maternidade voluntária, pressupondo que a genitora é capaz de qualquer coisa por seus filhos e filhas, constituíam aportes do regime ditatorial contra as mulheres militantes. As práticas repressivas que incidiram sobre elas envolviam a chantagem, em que os agentes ameaçavam-nas ao dizerem que seus filhos poderiam ser sequestrados, desaparecidos, dados para adoção, torturados e até mortos. Dessa forma, cair nas garras da repressão, para essas mulheres, significava que seus filhos poderiam também cair (COSTA, 2020, p. 144).

Como forma de intensificar a chantagem pautada na maternidade, agentes do Estado chegavam até mesmo a levar filhos e filhas de presas políticas até o centro de detenção para ameaçá-las na presença das crianças. Um desses casos foi relatado por Maria Amélia Teles, à época militante do PCdoB em São Paulo. Após sua prisão e de seu marido César, em 1972, seus filhos foram sequestrados e levados para o mesmo local em que estavam, o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), ficando lá, sob a guarda de policiais, durante uma ou duas semanas. Não obstante, a militante foi torturada na frente das crianças, servindo como tensão adicional enquanto os policiais faziam ameaças (WOLFF, 2019, p. 129). Segundo depoimento de Maria Amélia:

Com certeza a pior tortura foi ver meus filhos entrando na sala quando eu estava na cadeira do dragão. Eu estava nua, toda urinada por conta dos choques. Quando me viu, a Janaína perguntou: 'Mãe, por que você está azul e o pai verde?'. O Edson disse: 'Ah, mãe, aqui a gente fica azul, né?'. Eles também me diziam que iam matar as crianças. Chegaram a falar que a Janaína já estava morta dentro de um caixão (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 162).

Essa prática de tortura psicológica foi certamente aplicada contra militantes que eram mães em Goiás, como suscita o caso específico de Maria Stela, que, provavelmente, foi levada a escrever uma carta dizendo se afastar das atividades políticas, conforme segue:

#### A PEDIDO

Toda pessoa tem um passado que já viveu, um presente que está vivendo e um futuro a viver.

Quero garantir o presente e o futuro dos meus filhos, e a sua formação como homens do amanhã.

Preciso de tranquilidade e muita paz para esta concretização. Peço aos que não puderem me ajudar, para que não intervenham me atrapalhando. Preciso de todo o meu tempo para trabalhar e educar meus filhos.

Os políticos em geral e os extremistas em particular poderiam e podem colaborar comigo, não procurando me atrair para quaisquer atividades ou organizações políticas.

Anápolis, 4 de setembro de 1972. Ass. Maria Stela Duarte Mendes.<sup>76</sup>

Na carta, cuja autoria é atribuída à Maria Stela Mendes, consta que ela abdicou de sua participação política. O texto teria sido publicado no “Correio Braziliense de 06/set/72” bem como teria sido datilografado e não manuscrito, nem mesmo a assinatura é escrita a próprio punho, conforme recorte de jornal anexado ao despacho do SNI. É preciso levar em conta que a carta foi publicada em um veículo de imprensa escrito e a que está disponível no dossiê é um recorte de jornal, não havendo uma versão original da carta, que poderia conter a assinatura de Maria Stela. Posto isto, é possível questionar sua autenticidade, se realmente foi escrita por ela.

Ainda nesses aspectos formais da carta, é preciso se ater ao seguinte trecho: “Quero garantir o presente e o futuro dos meus filhos, e a sua formação como homens do amanhã”.<sup>77</sup> A expressão “homens do amanhã”, usada por Maria Stela para referir-se a seus filhos, se aproxima muito da designação homem novo utilizada por Che Guevara para caracterizar como deveriam ser os indivíduos de novo tipo na formação de uma sociedade comunista (SAENZ, 2017, p. 9).<sup>78</sup> Desse modo, mesmo que a carta não tenha sido escrita pela militante comunista, é possível inferir uma marca ideológica empregada no discurso. Além disso, pode configurar indício de ameaça que sofrera no âmbito da prisão, a preocupação que Maria Stela demonstrava ter em relação aos filhos.

Outrossim, a estratégia dos agentes do Estado em tornar pública essa carta, visando a socialização dela por meio da imprensa, é utilizada no intento de moldar a opinião pública sobre o regime, e, principalmente, de criar uma imagem negativa da atuação política de esquerda, descrita como “extremista”. De acordo com Alessandra Gasparotto (2009),

os processos de retratação pública dos militantes de esquerda foram organizados e utilizados pelo regime civil-militar em suas estratégias de propaganda e repressão: serviram, em determinado momento, para abrandar as pressões e críticas sofridas no exterior e legitimar a ação da ditadura no combate às organizações de esquerda e na ação preventiva em relação à juventude. Potencializadas pela ação da grande imprensa, tais declarações públicas, que tiveram início naquele maio de 1970, continuaram sendo apresentadas no período seguinte, ao mesmo tempo em que a repressão atingia ainda mais duramente o que restava das organizações que se lançaram à resistência armada contra a ditadura. (GASPAROTTO, 2009, p. 32).

---

<sup>76</sup> Arquivo Nacional (Sian), BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_RRR\_82002954\_d0001de0001, Otilia Fernandes Guimaraes Correspondência Apreendida, 1972, p. 3.

<sup>77</sup> Idem.

<sup>78</sup> A concepção de “homem novo” para o líder da Revolução Cubana, relaciona-se com uma nova perspectiva de humanidade que deveria estar no cerne da formação de uma sociedade comunista. Entre as características propostas pelo modelo de indivíduo destaca-se a dedicação ao trabalho, aos estudos e à política (SAENZ, 2017).

As retratações de ex-militantes veiculadas pela mídia envolveram distintos órgãos de repressão, informação e propaganda, entre eles os Dops estaduais. No caso analisado, a carta parece ter sido apenas anexada pelo Dops-GO ao dossiê, não necessariamente colhida por ele, já que se trata de um recorte de jornal e não escrita de próprio punho. Além disso, o jornal que publicou o documento era da cidade de Brasília (*Correio Braziliense*), o que sugere que a militante tenha escrito sob prescrição de algum órgão localizado na capital federal.

A estratégia de publicização de renúncias à militância foi utilizada, em grande maioria, para integrantes da esquerda armada. A título de exemplo de como isso funcionava, em Goiás, cita-se o caso de três estudantes vinculados à VAR-Palmares:<sup>79</sup> Alan Kardec Pimentel, João Arnolfo Carvalho e Jackson Luis Pires Machado, que em seus depoimentos tornaram público um suposto descontentamento com a militância:

Os três atribuíram sua entrada para o terrorismo a uma necessidade adolescente de afirmação e a um baixo nível de consciência política. Todos foram presos nos primeiros meses deste ano (1970), mas dizem ter percebido a fraqueza da mensagem terrorista ainda quando viviam na clandestinidade. “Perdíamos nossa identificação com o povo brasileiro a cada nova ação. Isto era desesperante, estávamos deixando de ser brasileiros”. Estas foram palavras de João Arnolfo Carvalho, um dos terroristas arrependidos, e expressam, de um modo geral, a posição de seus companheiros, quando explicaram a desilusão com o terror. (CORREIO DA MANHÃ, 1970, p. 3).

Nessa mesma reportagem, há fotos dos ex-militantes e descrições de práticas que, segundo o jornal, teriam empreendido junto a VAR-Palmares, tais como: roubo, explosão a bancos e incêndio a carros da polícia em Goiás etc. Mesmo que a grande maioria dessas renúncias públicas de militantes estivesse vinculada aos grupos de esquerda armada, há outros casos além daquele de Maria Stela envolvendo membros do PCB, como é o de José Gay Cunha.

Histórico militante do PCB no Rio Grande do Sul, tendo se filiado em 1945, José Gay Cunha já desempenhava atuação política junto à Aliança Libertadora Nacional (ALN) desde a década de 1930. Por volta de 1949, se exilou no Uruguai após o Partido ser posto na ilegalidade no Brasil. Ao regressar do exílio foi expulso do partido, segundo declarações que fez à imprensa anos mais tarde, “por recusar-se a viver como um funcionário assalariado da

---

<sup>79</sup> Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares) foi uma organização político-militar surgida por volta de 1969 em consequência da fusão entre o Comando da Libertação Nacional (Colina), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e outros grupos revolucionários do Sul do país e da Bahia. Criada no momento em que se intensificaram as ações repressivas do regime militar. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Vanguarda Armada Revolucionária – PALMARES (VAR-Palmares). Rio de Janeiro: CPDOC, 2021. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/vanguardia-armada-revolucionaria-palmares-var-palmares>. Acesso em: 15 set. 2021.

organização”.<sup>80</sup> Em 1975, com o acirramento da repressão durante a Ditadura Militar, José foi detido, acusado de tentar rearticular o Partido Comunista em seu estado e por ter agido como intermediário da entrada no país de dólares enviados pelo PC Argentino. Após ser liberado para aguardar julgamento, acusou publicamente o PCB em depoimento televisionado de ter agido de má fé, utilizando da sua relação como antigo correligionário para mediar a entrada de dinheiro no país, além de afirmar que foi tratado com “carinho e desvelo” pela Polícia Federal.<sup>81</sup>

Os casos citados, apesar de tratarem de pessoas que foram a público renunciar à militância, diferem-se do de Maria Stela. O primeiro diz respeito a estudantes goianos membros de um grupo de esquerda armada, perspectiva política diferente da adotada pelo PCB, enquanto o segundo refere-se a um militante do Partido Comunista que já havia sido expulso da organização antes de ser preso, e que relata à imprensa seus descontentamentos com o partido, o que não ocorreu com a militante em questão.

Na carta de Maria Stela Mendes não há menções diretas sobre qual organização ela atuava. Outro aspecto que imprime certa peculiaridade ao caso de Maria Stela, é o fato dela ser uma mulher. É mais comum encontrarmos retratações públicas de homens ex-militantes do que de mulheres, o que não quer dizer, no entanto, que as assimetrias de gênero não se façam presentes nos discursos dos “arrepentidos”. As militantes geralmente são descritas por homens com forte apelo moral e de maneira pejorativa, como no relato de outro ex-militante que renunciou publicamente, Luiz Carlos Campos, veiculado pela Folha de São Paulo em 1971:

Este, ao falar das “moças” militantes, conclamava os jovens a não se iludirem com “as palavras bonitas das moças da subversão, elas são criaturas hoje abandonadas pela família”, que “vivem em aparelhos com os demais, sendo usadas como mulher para os atos sexuais, usadas por qualquer companheiro da organização” (Folha de S.Paulo, 27 de maio de 1971, p. 6. apud GASPAROTTO, 2009, p. 19).

O trecho, além de questionar a moral sexual das mulheres vinculadas à esquerda, cita o afastamento delas em relação às suas famílias, ponto mencionado também na carta de Maria Stela. Quando, em sua suposta carta, a militante goiana em questão afirma que, para cuidar de seus filhos necessitaria de paz, e solicita que “os políticos em geral e os extremistas em particular”<sup>82</sup> poderiam colaborar com ela, não procurando atraí-la para quaisquer atividades

<sup>80</sup> José Gay Cunha - Dicionário Histórico-Biográfico CPDOC – Fundação Getúlio, 2021. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-gay-cunha>. Acesso em: 15 set. 2021.

<sup>81</sup> Idem.

<sup>82</sup> Arquivo Nacional (Sian), BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_RRR\_82002954\_d0001de0001, Otilia Fernandes Guimaraes Correspondência Apreendida, 1972, p. 3.

ou organizações políticas, isso indica que a atuação política de mulheres seria contrária à instituição familiar. Participar de uma organização política, nessa perspectiva, afastaria a mãe de seus filhos.

O texto, simbolicamente, retira a mulher do âmbito público e político e a recoloca no âmbito privado, no lar, como principal responsável pela família. Quando Maria Stela diz: “não procurem me atrair”<sup>83</sup>, a militância delas é colocada em um local de passividade, como se só adentrassem nos quadros do partido pela influência e insistência de outrem, não pela própria vontade. Contudo, faz-se necessário considerar as condições de escrita da carta supostamente de autoria de Maria Stela: a situação de prisão, tortura psicológica e ameaça poderiam tê-la levado a redigir o texto, sem necessariamente concordar com conteúdo dele. Retirar sua própria autonomia política e se colocar como influenciada pode configurar uma estratégia de sobrevivência e uma forma de ser posta em liberdade, evitando que algo ocorresse consigo e/ou com seus filhos, já que é essa a tônica principal do documento.

Frente aos relatos publicados na imprensa, de homens e de uma mulher que supostamente renunciaram à militância nas esquerdas, e apresentados aqui, é importante considerar os diferentes caminhos percorridos por esses/essas militantes que os levaram às retratações. A historiografia nos chama atenção para as distintas matizes que envolvem e motivam a prática de renúncia pública, sejam as ameaças e sevícias sofridas, rompimentos com a perspectiva da luta armada, descontentamento com suas organizações, casos que possivelmente envolveram negociações, concessão de liberdade provisória, proteção aos familiares, e redução de penas, ou até mesmo pessoas que acreditavam que a batalha estava perdida. Há ainda diversos militantes a quem foram atribuídos um arrependimento em relação ao seu passado político sem que tal retratação tenha ocorrido de fato (GASPAROTTO, 2009, p. 34).

Considera-se que a carta de Maria Stela seja um dos casos em que a renúncia pública não tenha correspondido ao que de fato ocorreu. Embora a carta, datada de 1972, indique um desejo de desligamento da atuação política da militante, a sua ficha de filiação ao PCB de Goiânia continuou ativa até 1985,<sup>84</sup> quando se desfiliou formalmente da organização, como já mencionado. Isso reitera que o documento pode ter sido forjado pelos órgãos de repressão em uma situação de grande pressão e ameaça, talvez de tortura, envolvendo os filhos da militante comunista de Goiás.

---

<sup>83</sup> Arquivo Nacional (Sian), BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_RRR\_82002954\_d0001de0001, Otilia Fernandes Guimaraes Correspondência Apreendida, 1972, p. 3.

<sup>84</sup> Acervo PCB-Goiânia, Pasta Mulheres, 4 de abril de 1985.

A militante desempenhou, certamente, papel significativo no Partido Comunista em Goiás. Tanto é assim que figura em mais cinco interrogatórios realizados pela 3ª Brigada de Infantaria do Ministério do Exército, no ano de 1972. Em tal inquérito, diferentes militantes do partido se referem a ela como suplente do Comitê Municipal de Anápolis e suplente do Comitê Estadual do Partido Comunista.<sup>85</sup> Além disso, destacam que ela é atuante em outras áreas do partido como, por exemplo, o setor de finanças e o setor sindical.<sup>86</sup> Tratava-se mesmo de uma mulher comunista monitorada pelos órgãos de repressão. No IPM que apurou as ações do partido em Anápolis há menção de que Maria Stela recebeu elogios públicos durante a reunião do Comitê Estadual por suas ações junto à organização:

Em 1970, (Maria Stela) foi designada por Paulino Vieira para compor a Comissão Eleitoral do PCB [...] cuja tarefa era a de trabalhar na campanha eleitoral dos candidatos apoiados pelo PCB. Após as eleições de novembro de 1970, atendeu à convocação de Sebastião Gabriel Bailão e tomou parte na reunião do CE (Comitê Estadual), levada a efeito numa chácara nas proximidades de Goiânia, onde após o balanço das atividades políticas do Partido, [...] **foi elogiada de pública, por Paulino Vieira, pelo seu excelente desempenho na campanha eleitoral. Nessa reunião, foi eleita suplente do Comitê Estadual, como homenagem a sua atuação nas eleições** (Anigo, 2016, p. 927 e 928, grifo nosso).

O PCB em Goiás, durante o regime, teve como um de seus meios de atuação a aliança com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição consentida da Ditadura, apoiando a candidatura de alguns políticos, como já citado (MACIEL, 2014). Nesse contexto, a militante em evidência recebe congratulações por sua ação na campanha de 1970 durante uma reunião do Comitê Estadual, e em tal ocasião é eleita suplente do mesmo Comitê. A sua expressiva atuação destoa muito do que os agentes do SNI caracterizaram como pequena.

Maria Stela Mendes desenvolveu uma trajetória política significativa em Goiás. Ela integrou o Comitê Municipal de Anápolis, sendo eleita, mesmo que como suplente, ao Comitê Estadual do PCB no referido estado. Torna-se a única militante a alcançar o posto de Direção durante a Ditadura Militar, segundo a documentação consultada. Ressalte-se que sua militância continua mesmo após a morte de seu esposo, enfrentando as dificuldades que certamente decorreram da perda do companheiro e tendo de cuidar sozinha de seus filhos. Todos esses elementos vão na contramão do que a historiografia aponta sobre mulheres que alcançaram cargos de direção nas esquerdas durante a Ditadura. Como apurou Olívia Joffily

<sup>85</sup> Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_72055606\_d0003de0006, Atividades do Partido Comunista Brasileiro EM Goiás, 1972.

<sup>86</sup> Maria Stela Duarte Mendes formou-se em Direito no ano de 1974 em Anápolis. Foi fundadora do Clube dos Advogados na mesma cidade, demonstrando seu interesse político em defender reivindicações em nome de sua classe trabalhista. Disponível em: <http://duartemendes.com.br/sobre/>. Acesso em: 09 set. de 2021.

(2005), em geral, as mulheres que ocuparam cargos de liderança eram solteiras ou sem filhos, e as que eram mães tinham a possibilidade de deixá-los sob os cuidados de outra pessoa (JOFFILY, 2005, p. 112).

Outra mulher militante do PCB-GO que desempenhou funções em cargo de liderança, Dione Damasceno, é mencionada em documentos do Dops, IPM e naqueles depositados no Arquivo Nacional. Ela ocupou um cargo no Comitê Municipal do PCB em Goiânia, atuou também na ala estudantil do partido, especificamente porque cursava a graduação em Medicina na UFG. Em alguns documentos, associam-na à atuação de seu esposo, Benito Damasceno, também membro do Comitê Municipal e estudante de medicina.

No Dops, Dione Damasceno aparece em apenas um dossiê, que não leva nome de identificação na capa, mas contém recortes de jornais datados de 11 de agosto de 1972, no qual ela é citada. Há também uma ficha com o nome dela na mesma data, nessa, o tópico “Observações”, é descrito como “Subversivo” (a palavra utilizada no masculino), e é também apresentado o nome “Isabel” entre parênteses, que talvez seja seu pseudônimo.<sup>87</sup> Há três recortes de jornais em que ela é citada por ocasião da desestruturação empreendida pela repressão contra o PCB, em agosto de 1972, levando os seguintes títulos: “Desbaratado Grupo Subversivo em Goiás”; “Prisão Derruba o Comando do PCB”; “Duas dezenas de prisões derrubam os comitês do PC em Goiás”.<sup>88</sup>

O PCB em Goiás sofreu duas grandes desarticulações durante a Ditadura Militar, a primeira se dá em 1964 com o Golpe Militar e a entrada do partido na ilegalidade, e a segunda em 1972. Com a intensificação das medidas repressivas do regime militar ocorrem desestruturações na esquerda, inicialmente nos grupos adeptos à luta armada, como o PCdoB, em 1966, e posteriormente nos grupos da esquerda tradicional, como o PCB. Após a eliminação dos guerrilheiros, os órgãos repressores viram-se impelidos a extirpar o Partido Comunista Brasileiro, o maior e mais organizado agrupamento da esquerda nacional. O principal objetivo da repressão era impedir que o PCB chegasse inteiro a uma possível abertura política e a usufrísse (FIGUEIREDO, 2005, p. 257 apud SANTOS, 2021, p. 12). Dessa forma, em 1972 o partido em Goiás sofreu uma segunda queda. Depoimentos de ex-militantes relatam que tal perseguição atingiu quase uma centena de pessoas, principalmente em Anápolis e Goiânia, levando o partido a sua total desarticulação.

---

<sup>87</sup> Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-GO). BR\_GOUFG\_DGO\_0\_FIC\_1784\_d0001de0001, 1784, 1972.

<sup>88</sup> Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-GO).BR GOUFG.DGO.O.D. 5393, 1972 - 1979.

Ainda assim, o Partido Comunista Brasileiro em Goiás manteve sua atuação durante o regime através dos vínculos com os sindicatos e com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Essa inserção na vida política e social pode ter causado na organização uma sensação de relativa imunidade ao contexto de perseguição às organizações armadas, pois, apesar da grande penetração do partido na sociedade, deu-se pouca atenção às regras de segurança. Segundo David Maciel (2014) esse foi o fator crucial para que fossem presos não só militantes da base, mas também da direção partidária. Apesar disso, o partido voltaria a se rearticular em 1974 e 1975 (MACIEL, 2014).

Sobre a operação que desarticulou o PCB em 1972, uma das reportagens encontradas no Dops traz a seguinte explicação:

Em diligência conjunta, os órgãos de segurança do Exército e da Polícia Federal em Goiás desbarataram o Comitê Central do PC e, em consequência, toda a estrutura do chamado “Partidão” entrou em colapso no estado. [...] **Elementos de várias classes profissionais de Goiânia estão implicados, e entre eles: a médica Dione Damasceno que já responde inquérito na UFGO por subversão** [...] Há vários meses as autoridades vinham acompanhando a movimentação em Goiânia e outras cidades de Goiás, de elementos suspeitos e alguns já conhecidos dos órgãos de segurança que procuravam ligações entre si em várias partes do Estado e particularmente em Goiânia e Anápolis. A prisão de um elemento ligado à cúpula estadual do PC permitiu a informação da iminência dos Comitês Municipais para o período de maio-junho. Nessa ocasião, seriam eleitos os novos membros e decidida a participação clandestina no PC nas eleições de novembro próximo, através dos partidos políticos. **As autoridades apertaram a vigilância nos elementos visados, aguardando o momento para desencadear as operações de desarticulação do PC que levaram à prisão mais de duas dezenas de subversivos em Goiás** (grifo nosso).<sup>89</sup>

Dione e seu companheiro Benito parecem compor o grupo de “elementos visados” que foram investigados pela repressão para que efetivasse a operação de desmantelamento do partido. Ao cruzar os dados encontrados no Dops-GO com os arquivos do SNI, foi possível encontrar mais informações sobre esse caso. Com carimbo de “segredo”, o documento intitulado “Desarticulação de Comitês do PC em Goiás, Líderes e Atuação”, datado de 1972, do Serviço Nacional de Informação, menciona o casal:

Desde 1971 os “OI” e “OS” de Goiás vinham procurando identificar elementos militantes do PCB naquela área, com base nos dados coletados através da panfletagem e pichamentos realizados, particularmente em Goiânia e investigações em torno do jornal “ESQUELETO 21”, órgão oficial do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal de Goiás, publicação, cuja edição de 07 de out 71 continha matéria de fundo contestatório de cunho social e político, apresentados de modo caracterizadamente anti-revolucionário. **Como tesoureira do**

---

<sup>89</sup> Idem.

**referido jornal, figurava Dione Damasceno, casada com Benito Pereira Damasceno, com antecedentes subversivos nesta ABS (grifo nosso).<sup>90</sup>**

Os dois militantes teriam sido investigados por suas atuações no movimento estudantil da UFG e na veiculação do jornal *Esqueleto 21*, cuja investigação contribuiu para que os agentes angariassem maiores informações sobre membros do partido, pois, após mapearem os e as integrantes do corpo editorial do jornal, passaram a investigar suas atividades, e ao menos três estudantes de Medicina vinculados ao *Esqueleto 21* eram militantes do PCB, Dione Damasceno, Benito Damasceno e Maria das Graças Nunes. Logo, cruzando as informações, possivelmente chegaram ao Partido Comunista.

No IPM, especificamente no relatório de 1972, os agentes da repressão apontam que ao interrogarem um militante da ALN conseguiram informações sobre sua relação com membros do PCB, “particularmente Benito Pereira Damasceno e a mulher deste, Dione Damasceno” (Anigo, 2016, p. 800). Em consequência disso, apertaram o cerco de investigações contra os dois militantes, o que colaborou para mapear as ações do PCB e promover a operação de desmantelamento do partido.<sup>91</sup>

Dione é listada pelo SNI em 1972 como um dos nove membros do Comitê Municipal de Goiânia. No mesmo documento, ao apontarem os membros do Comitê Municipal de Anápolis, também mencionam Maria Stela, a única mulher dentre os dezenove membros.<sup>92</sup>

No Inquérito da Polícia Militar sobre o PCB há informações compartilhadas pela ABIN, Agência Brasileira de Inteligência, sobre a atuação de Dione, conforme segue:

Foi relacionada entre os militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) presos pelo DOI/CODI/II Exército, no dia 10 jul 72. No dia 09 de Ago 72, foi relacionada entre as pessoas presas no 10º Batalhão de Caçadores de Goiânia-GO (10º BC), que estavam à disposição do encarregado do Inquérito Policial Militar (IPM) que apurava as atividades subversivas do PCB em Goiás. À época, era estudante do 6º ano de Medicina na Universidade Federal de Goiás (UFG), e estagiária no Hospital do Servidor Público de São Paulo/SP. [...] Por intermédio da Portaria nº 01304, de 12 Dez 72, o Reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), no uso de suas atribuições legais e estatutárias em vista as conclusões do Inquérito Sumário aberto conforme Processo nº 001402/72, que apurou responsabilidades pela publicação do jornal “Esqueleto 21” resolveu na forma do art. 1º, inciso II, do Decreto-Lei nº477, de 26 de Fev 69, punir a nominada com a pena de desligamento e proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de 03 (três) anos; [...] Segundo Relatório Periódico de Informações (RPI) nº 06/74 – CMP/11ª RM, datado de 05 de jul 74, requereu passaporte para viagem com destino a

<sup>90</sup> Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_72055606\_d0004de0006, Atividades do Partido Comunista Brasileiro em Goiás, 1972.

<sup>91</sup> Não foi possível apurar se esse suposto militante da ALN realmente existiu e entregou o casal militante do PCB ou se tratava de mais um elemento do mecanismo opressor de gerar insegurança e desconfiança no âmbito das oposições ao regime de ditadura militar.

<sup>92</sup> Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_72055606\_d0004de0006, Atividades do Partido Comunista Brasileiro em Goiás”, 1972.

Portugal; Em Maio de 75, encontrava-se na República Democrática Alemã, realizando estágio universitário; No período de Abr 76 a Mar 77, teve seu nome relacionado entre as pessoas com antecedentes subversivos oriundos da área de Goiás, que se encontravam na Suécia; Em 1979, seu nome figurou em relação de banido e exilados que retornaram ao país; Em Março de 82, chegou a Goiânia/GO proveniente da Suécia, tendo no mesmo mês viajado para Monte Alegre de Goiás e São Paulo/SP, onde pretendia embarcar para Estocolmo; Segundo documentação da Agência de Goiânia do Serviço Nacional de Informações (SNI), datado de 17 Março de 82, ficou presa no 10º BC, em Goiânia/GO, por cerca de 06 seis meses. Quando liberada, viajou para Suécia; Em Março de 83, foi relacionada entre os militantes e/ou simpatizantes do PCB/GO que se encontravam no exterior. (Anigo, 2016, p. 851)

É possível notar, por meio do documento, todas as agruras sofridas pela militante em decorrência de sua atuação no partido, bem como a minuciosa vigilância de que fora alvo. Dione foi presa por mais de uma vez, teve sua matrícula no curso de Medicina da Universidade Federal de Goiás desligada antes de concluí-lo, e, ainda, foi proibida de reingressar em qualquer instituição do país durante três anos. Por conta das perseguições empreendidas pela repressão, a militante se exilou na Europa em 1974 e ao tentar regressar ao Brasil, em 1982, é presa novamente, mesmo após a Lei da Anistia.<sup>93</sup> Quando liberta, a repressão segue monitorando-a no exílio durante a reabertura democrática.

Como foi possível apurar, Dione Damasceno concluiu seus estudos no exterior, especializando-se em psiquiatria.<sup>94</sup> A ex-militante do PCB foi indenizada pela Comissão Nacional da Anistia em 2008 e recebeu a contagem de seis anos de aposentadoria, tempo em que ficou no exílio. “Ela foi torturada, submetida a choques elétricos e forçada a se exilar na Alemanha, segundo a comissão. Por unanimidade, a comissão lhe concedeu indenização”.<sup>95</sup>

---

<sup>93</sup> A Lei da Anistia foi aprovada pelo Congresso Nacional em 1979, ainda durante a Ditadura Militar (1964-1985), cuja máxima foi “ampla, geral e irrestrita”. A Lei contemplou crimes e transgressões cometidos pelos adversários do regime, mas também os agentes estatais responsáveis pelas práticas de tortura, mortes e desaparecimentos. Desde então, as Forças Armadas do Brasil têm se valido dessa decisão para revidar qualquer iniciativa que vise punir aqueles que praticaram crimes contra a humanidade durante o regime militar (1964-1985) (D’ARAÚJO, 2012, p. 574). Porém, no documento destacado, a militante Dione é presa depois da aprovação desta lei, o que evidencia um furo na legislação que prevê anistia “geral” para os opositores do regime.

<sup>94</sup> A ALMA DO MENINO E OS MISTÉRIOS DA MENTE. Jornal da Unicamp. Edição 287 - 9 a 15 de maio de 2005. Disponível em: [https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/maio2005/ju287pag05.html](https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/maio2005/ju287pag05.html). Acessado em: 12 de janeiro de 2022.

<sup>95</sup> MINISTÉRIO DA JUSTIÇA INDENIZA OS SEIS ESTUDANTES JULGADOS PELA CARAVANA DA ANISTIA. Associação Nacional de Pós-Graduandos, 2008. Conf.: <http://www.anpg.org.br/14/05/2008/ministerio-da-justica-indeniza-os-seis-estudantes-julgados-pela-caravana-da-anistia/>. Acesso em: 12 de jan. 2022.

A terceira militante a ocupar o Comitê Municipal de Goiânia, eleita em 1972, segundo a documentação, foi Dalva Moura.<sup>96</sup> O IPM sobre o PCB-GO descreve sua atuação da seguinte forma:

DALVA MOURA DA SILVA – “MÁRCIA”: a) militante do PCB, ao nível de OB, estruturada na OB/51 em 1970, onde permaneceu até dezembro 1972; nesta célula exercia as funções de encarregada das finanças, arrecadando dos demais integrantes b) participou de inúmeras reuniões ao nível OB, uma das quais em sua residência, destinadas ao estudo e discussão de documentos do Partido e informativo Voz Operária c) em 1970 participou de curso ministrado pelo CM, de capacitação ideológica, em 1972 desligou-se da OB 51 e passou a pertencer à Seção Universitária; nesta exerceu as funções de encarregada das finanças, comparecendo a várias reuniões da mesma e) **compareceu à reunião/conferência do Comitê Municipal em 21/05/1972, oportunidade em que foi eleita membro do Comitê** f) fez entrega de material subversivo à 7º D para que esta os distribuisse à OB/Direito g) contribuía mensalmente para as finanças do Partido. (Anigo, 2016, p. 814, grifo nosso).

A partir do trecho acima é possível observar várias características da participação de uma militante dentro do partido, as atividades desempenhadas, as obrigações cotidianas, como o estudo, o comparecimento às reuniões, o pagamento da contribuição mensal e a participação em Organizações de Base. Contudo, dois pontos chamam a atenção: o primeiro é o fato de a militante ceder a própria casa para a realização de uma reunião do partido, o que pode revelar a falta de opção, a não avaliação quanto ao risco, ou até mesmo o ímpeto e imediatismo juvenis (FICO, 2007, p. 5-74). Oferecer a própria casa foi uma ação também empreendida pela militante Mery Abi-Jaude, mencionada acima, correndo os mesmos riscos. O segundo ponto de destaque no documento consiste justamente em sua eleição como membro do Comitê Municipal de Goiânia em 1972, tornando-se mais uma mulher a desempenhar papel de liderança na estrutura do PCB-GO.

---

<sup>96</sup> Os documentos da repressão, comumente, não oferecem descrições a respeito de características étnico-raciais das indiciadas, como já mencionado na introdução. Contudo, é relevante destacar que a militante Dalva Moura é uma mulher negra, que alcança um cargo de liderança no partido. Esse fato insere-se em uma discussão a respeito de como as questões raciais eram postas no período pela sociedade, em geral, e nos grupos de esquerda, em particular. Se aqui falamos de uma dupla opressão sofrida pelas militantes que, além de serem reprimidas por se inserirem na política, local destinado aos homens, negavam as expectativas de gênero impostas socialmente e ainda se insurgiam contra um regime ditatorial, no caso das mulheres negras essa opressão é tripla, acrescida da discriminação racial. Durante a Ditadura Militar, a constante repressão aos movimentos negros facilitou o diálogo com outras organizações mobilizadas contra o regime, como os grupos comunistas (SILVA, 2014, p. 7). O PCB, a partir da década de 1930 começa a incorporar em suas teses a existência de um problema de desigualdade racial no país, e esteve, por vezes, na vanguarda da crítica ao racismo (CHADAREVIAN, 2012, p. 255). Porém, na prática, era sentida a ausência de discussões sobre a questão racial, como aponta a ex-militante do PCB na década de 1970 em Minas Gerais, Diva Moreira; “Era uma coisa que não existia. No Partido Comunista, nada [...] no movimento estudantil, nos movimentos de esquerda, essa questão não emergiu. Ela sequer poderia ter sido chamada na época de epifenômeno, de uma questão de superestrutura, porque não existia. Era a invisibilidade total e absoluta da questão racial naquela época.” (ALBERTI e PEREIRA, 2007, p. 52 apud SILVA, Tauana, 2014, p. 10). Dito isso, reitera-se o peso da atuação de Dalva Moura, que mesmo diante da tripla opressão a que estava imposta, enquanto mulher negra militante de um partido de esquerda, alcança um cargo no Comitê Municipal do PCB em Goiânia.

Dalva Moura é citada pelo Dops em dois dossiês, um deles é montado especificamente sobre ela e a militante Zora Pires Leal, onde seus nomes aparecem já na folha de rosto, mesmo que no seu interior atualmente só contenha documentos sobre Dalva. É importante pontuar que esse dossiê é exclusivamente sobre mulheres do PCB, o que é incomum no acervo no Departamento. Em tal dossiê, datado de 1975 a 1976, Dalva é descrita como “pertencente à organização marxista-leninista de caráter internacional. Participou dos trabalhos de reorganização do PCB, indiciada em processo instaurado em Brasília em 26/10/72”.<sup>97</sup>

Além disso, em documentação encontrada no SNI, órgão que se voltava para o levantamento do maior número de informações possíveis sobre os indiciados, conforme mencionado no capítulo 1, a militante Dalva é descrita com pormenores em mais de um dossiê. Em um deles, onde é relatado um interrogatório “ininterrupto de três horas” com a militante em outubro de 1972, a repressão descreve:

(Dalva) Diz ter sido recrutada por ISMAEL SILVA DE JESUS “OLAVO”, em novembro de 1971 [...] Declara ter sido militante relapsa e sem crença ideológica. Foi namorada de “OLAVO”. “OLAVO” havia pretendido arranjar-lhe bolsa de estudos em Moscou, o que ficou somente na promessa. Alega que fundamentalmente, o que a levou a participar de atividades do PCB, além de “OLAVO”, foram os problemas relacionados à família.<sup>98</sup>

Em tal trecho, a militante minimiza o seu vínculo com o partido, usando daqueles argumentos comumente atribuídos à adesão de mulheres à militância política, qual seja, ela ter sido influenciada por Olavo,<sup>99</sup> com quem namorava e quem a recrutou para o partido, com o qual ela não possuía sequer “crença ideológica”. O nome do militante citado diversas vezes no depoimento é, na verdade, Ismael Silva de Jesus, morto pela repressão dois meses antes do interrogatório de Dalva, em agosto de 1972. É possível sugerir que a militante tenha citado o nome dele como forma de atender às pressões da repressão, que esperavam que ela entregasse mais membros do partido. Contudo, a militante, para não incriminar os companheiros, cita o referido jovem assassinado.

<sup>97</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO), BR GOUFG.DGO.O.D. 1734, 1972.

<sup>98</sup> Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_ccc\_82006298\_d0001de0001, Dados de Qualificação e Antecedentes de Aloisio de Oliveira Mota e outros, 1972.

<sup>99</sup> Ismael, jovem de 19 anos, membro do movimento secundarista e militante do PCB em Goiânia, foi assassinado sob tortura no ano de 1972, um dia depois de sua prisão no 10º Batalhão de Caçadores de Goiânia, atual 42º BIMtz. Foi forjado um exame pericial que atesta o enforcamento mecânico como causa de sua morte. Na versão policial o jovem teria supostamente se enforcado com um frágil cordão de janela persiana preso à porta-toalhas de louça, motivado pela vergonha que causara à sua família em decorrência da prisão. Nas fotos localizadas pela CNV o jovem fora encontrado sentado em uma cadeira encostado na parede, essa, dentre outras provas e relatos, atesta a inveracidade do suicídio. Seu corpo foi entregue para a família com diversos hematomas que indicam as torturas sofridas enquanto esteve na prisão. Para mais informações: <http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/ismael-silva-de-jesus/>

Nesse documento foi possível encontrar pontos em comum com os depoimentos de Maria Stela para a repressão. Apesar de ambas terem tido papel político significativo dentro do partido, utilizaram-se do discurso que subestima a mulher militante, o qual partia sobretudo da repressão, mas que dialogava com setores da sociedade, que atribuíam à mulher uma condição inferior ao homem, como estratégia de sobrevivência no interrogatório. Fazendo uso do imaginário sexista a seu favor, mencionavam que eram influenciadas por homens e entraram no partido por conta disso, alegando militância superficial e sem crença ideológica. Com isso, procuravam resguardar a si, as suas famílias e aos outros companheiros do partido.

É válido mencionar que as três militantes que ocuparam cargos em Comitês Municipais e Estadual do Partido – Maria Stela Duarte, Dione Damasceno e Dalva Moura – o fizeram na primeira metade da década de 1970, segundo a documentação analisada. O PCB, em âmbito nacional, contudo, só asseguraria maior importância e visibilidade para a “questão da mulher” na segunda metade da década de 1970. A partir desse período, com o retorno de militantes exiladas que tiveram contato com pautas relacionadas à emancipação de mulheres no exterior, e com a eclosão das discussões femininas também no Brasil, houve um maior questionamento frente ao partido sobre a pequena presença de mulheres nos quadros e a quase inexistência de mulheres nas direções (ABREU, 2008).<sup>100</sup>

Em resposta a essas pressões, o Comitê Central do PCB convocou reuniões com os “Ativos Femininos” entre 1976 e 1979 com o objetivo de discutir a questão das mulheres e, a partir disso foram publicados diversos documentos do partido, como a resolução política de 1979, editada em 1982 – já mencionada (ABREU, 2008). Segundo Rachel Soihet (2013), embora os documentos produzidos nessas reuniões ainda tenham se referido ironicamente às “deformações ideológicas sexistas que se manifestam em inúmeros enfoques”, reafirmam a importância de discutir questões presentes na vida das mulheres, como a sexualidade, as relações entre homens e mulheres, a família, a transmissão de papéis masculinos e femininos por meio da educação, o controle de natalidade etc. A partir daí, o feminismo começa a aparecer de forma positiva nos debates do partido (SOIHET, 2013, p. 180).

---

<sup>100</sup> As proposições sobre a mudança de perspectiva do partido em relação às mulheres terem ocorrido, em grande medida, pelas contribuições de exiladas políticas, referem-se à historiografia sobre o PCB em âmbito nacional. Caberia um estudo mais aprofundado sobre a visão do PCB em Goiás em relação às mulheres, em especial sobre como essa máxima geral se aplicou no estado, considerando que o partido teve duas militantes goianas que se exilaram: Maria das Graças Nunes Brasil, para a França, e Dione Damasceno, para a Suécia. Porém, a temática excede os limites propostos para esse trabalho.

Com isso, pretende-se destacar que as três militantes supracitadas ocuparam cargos de liderança no PC em Goiás mesmo antes da reformulação das diretrizes do partido sobre a questão das mulheres. Tal fato reafirma a importância de suas atuações políticas, pois mesmo em um período em que o PCB tendia a tratar a questão da mulher como algo secundário, atribuindo a elas, como a historiografia aponta, papéis menores na estrutura da organização, elas conseguiram alcançar cargos como membros dos principais comitês que compunham o partido no Estado. A ascensão delas indica, ainda, uma peculiaridade do PCB em Goiás, já que neste período os casos de mulheres militantes que ocuparam altos cargos, em outros estados, assinalados pela historiografia são poucos (ALVES, 2020, p. 39). Esse número evidentemente não se iguala ao de homens que desempenharam funções em comitês, o que demarca, ainda, uma desigualdade de gênero, todavia é importante notabilizar a atuação dessas mulheres comunistas.

As representações acerca das militantes produzidas pelos diferentes órgãos de informação e segurança são perpassadas por certa ambiguidade: ao passo que suas ações são entendidas como perigos subversivos menores, tendo “pequenas participações”, “sem comprometimento ideológico” e influenciadas por homens, elas são também caracterizadas como “ativistas perigosas”, “ameaças à segurança nacional”. Desse modo, há uma tentativa no discurso repressivo em retirar dessas mulheres o protagonismo político que lhes cabe, e isso entra em contradição com as ações desempenhadas por elas, que foram reportadas pelos próprios agentes da repressão. Para fins de ilustração, as ações de Maria Stela Mendes foram caracterizadas de maneiras completamente distintas pelo mesmo órgão, enquanto em um dos documentos suas práticas políticas são reduzidas à “influência do marido”; em outro, informa-se que era elogiada pelo partido por sua atuação e, na mesma ocasião, eleita membro do Comitê Estadual.

A despeito de a documentação de órgãos repressivos consistirem em registros de monitoramento, perseguição, indiciamento, enfim, de registrar toda uma série de procedimentos que desvelam os constrangimentos, as ameaças, as interdições e até mesmo as torturas sofridas por mulheres militantes do PCB em Goiás, é possível por meio dela lançar luz sobre a ação política de mulheres que ainda se encontram à margem da História. Como exposto, as militantes comunistas do PCB-GO desempenharam significativa atuação política, ocupando desde os cargos primários da organização até posições de alto poder deliberativo nos Comitês. Apesar disso, elas não foram isentadas de terem suas práticas deslegitimadas

pelos agentes da repressão ao resumirem sua militância à influência de outros, sejam maridos e/ou familiares, mas sobretudo homens.

No capítulo subsequente, abordaremos a atuação dessas mulheres militantes, que extrapolaram os limites geográficos do país. As comunistas goianas ousaram atravessar a “Cortina de Ferro” durante a Ditadura Militar, chegando ao berço da experiência comunista no mundo: a União Soviética.

### CAPÍTULO 3 – AS COMUNISTAS GOIANAS VÃO A MOSCOU

A ida de mulheres goianas vinculadas ao PCB para a União Soviética foi aspecto salutar na documentação investigada, insurgindo-se como mais um dos campos de atuação em suas trajetórias políticas. Rompendo os limites bipolares da Guerra Fria, que apartou o Leste Europeu do resto do mundo, essas mulheres buscaram por novas oportunidades de formação profissional e política, mas não só isso: a ida representava para as comunistas a filiação a um modelo de sociedade alternativo ao capitalismo, representado pela URSS.

Se, por um lado, o projeto de uma nova sociedade, pautado na igualdade social, no humanismo e na solidariedade, constituía as bases da utopia que moveu os comunistas brasileiros; por outro, existia também na União Soviética aspectos concretos de um avanço modernizador que fascinou não só os setores de esquerda. “O crescimento econômico centralizado, a ênfase na indústria pesada, enormes projetos de infraestrutura, coletivização da agricultura e independência dos mercados internacionais” (CATERINA, 2019, p. 126) tornou-se um modelo “crescentemente influente” em países de Terceiro Mundo.<sup>101</sup> Tanto é assim que setores da elite brasileira e a própria cúpula militar, notadamente anticomunista, aderiram a convênios em diversas áreas com a União Soviética, conforme já mencionado.

A adesão a esse projeto de sociedade sonhada para o Brasil em detrimento do modelo capitalista, certamente influenciou a ida das militantes e/ou simpatizantes do PCB-GO, como está expresso em relatos dessas militantes:

Todos têm oportunidades no regime socialista. Há clubes de diversões em toda parte. Não há ladrões e nem mendigos, por que esses problemas sociais já foram resolvidos há muito tempo. A arte está desenvolvida em todos os ramos. A ciência - não é necessário falar, porque todos sabem - é a mais adiantada do mundo. Em 1957, a Rússia enviou ao espaço sideral os três primeiros foguetes. E, agora, em 1963, mandou a nossa querida Valentina Tereshkova, num voo cósmico de 48 revoluções ao redor da Terra, **dando assim mais coragem às mulheres do mundo** inteiro (MENDES, 2010, p. 68, grifo nosso).<sup>102</sup>

O trecho acima enaltece diversos aspectos dos países socialistas do Leste Europeu, como as condições de equidade social, a arte, a ciência e em certa medida a atuação de

<sup>101</sup> O uso do termo Terceiro Mundo é proferido pela primeira vez em 1952 (já em um contexto de Guerra Fria) por Alfred Sauvy, economista e sociólogo francês, para referir-se à parte esquecida da equação global em meio aos conflitos que se formavam no pós Segunda Guerra Mundial. A partir da perspectiva ocidental do criador do termo, o Primeiro Mundo representaria a parcela democrática, capitalista, os Estados Unidos, já o Segundo Mundo, seria o Oriente, comunista, dominado pela URSS. A análise de Sauvy leva o leitor a uma ideia de que os outros países seriam o “resto” do mundo, a parte a ser desenvolvida e reivindicada dentro do conflito bipolar (REIS; RESENDE, p. 97, 2021).

<sup>102</sup> O trecho foi retirado do livro *Viagem a Moscou*, publicado pela ex-militante do PCB-GO Maria Stela Duarte Mendes em 2010.

mulheres nesses países, e é parte de um relato de viagem escrito por Maria Stela Duarte Mendes. Essa militante do PCB em Anápolis, à época, integrou o grupo de brasileiras participantes do Congresso Mundial de Mulheres em Moscou no ano de 1963.<sup>103</sup> Maria Stela não foi a única goiana a visitar o país socialista na década de 1960. Em seu relato de viagem, indicou que outras nove mulheres residentes em Goiás também participaram do Congresso e, na documentação consultada, nos acervos da repressão, constam também nomes de outras e outros militantes do PCB-GO que foram à União Soviética nos anos posteriores. Neste terceiro capítulo, em coro à análise sobre a atuação de mulheres junto ao Partido Comunista Brasileiro em Goiás, abordaremos o que significou, para essas militantes, viajar à URSS, tanto em relação às suas trajetórias políticas quanto às suas vidas profissionais e pessoais, num contexto de Guerra Fria e de Ditadura Militar no Brasil.

Os relatos de comunistas que tiveram a oportunidade de conhecer a “potência socialista”, conforme expressão utilizada à época, são comumente permeados pela admiração e exaltação da vida econômica e social dos países soviéticos (FERREIRA, 1998), como é o caso mencionado de Maria Stela. Um dos aspectos que nos chama atenção é o trecho grifado, mencionando a astronauta Valentina Tereshkova e a sua ida ao espaço que, segundo a militante, daria “mais coragem às mulheres do mundo” (MENDES, 2010, p. 68), evidenciando a percepção da militante goiana quanto ao lugar ocupado pelas mulheres na sociedade soviética.

O mundo soviético, para os e as comunistas brasileiros/as, fazendo uso do pensamento de Filho (1989), é como uma “vitrine da utopia realizada, um modelo a ser seguido, o sonho tornado realidade (p. 94). Desse modo, esse lugar de referência passa a constituir um modelo revolucionário, um elemento de coesão que incentiva a militância e o não abandono ao partido, reforçando a ideia de que os sacrifícios feitos em busca de um futuro igualitário não seriam inúteis (FERREIRA, 1998). Assim, para uma mulher comunista, esse modelo de sociedade igualitária inclui também novas formas de ocupação feminina dos lugares sociais.

O anseio pela emancipação e igualdade entre homens e mulheres já havia sido tema de análise de teóricas comunistas mesmo antes da Revolução Russa, como a autora Alexandra Kollontai apresenta. De acordo com Kollontai, teoria constituída de certa agenda leninista, para as mulheres alcançarem também o papel de atrizes da Revolução, ocupando a política e o trabalho remunerado sob as mesmas condições e salários dos homens, elas precisavam se livrar das amarras da família burguesa, especialmente no que tange às tarefas domésticas.

---

<sup>103</sup> A viagem de Maria Stela Duarte Mendes para participar do Congresso Mundial de Mulheres em 1963 na capital Moscou será abordada com mais detalhes ao longo do capítulo.

Como solução, a autora propõe que o Estado oferecesse refeitórios coletivos, empresas de limpeza, lavanderias, maternidades e creches para libertar as mulheres para que pudessem participar da construção da nova sociedade (LATOURE, 2021).

No trecho escrito por Maria Stela, está clara a percepção de que a mulher soviética ocupava um lugar distinto das outras mulheres do mundo, e esse lugar serviria de inspiração para as demais. Essa inspiração se deveria, por lógica, às discussões e à efetiva regulamentação de medidas que visavam a emancipação das mulheres na União Soviética, onde as pautas versavam sobre a problematização da monogamia, a escravidão do lar e a divisão sexual do trabalho.

Diante do quadro de empoderamento, em 1918, com a ratificação do Código do Casamento, da Família e da Tutela (1918) – a legislação familiar mais progressista que o mundo havia conhecido até então –, os e as bolcheviques aboliram o *status* legal quanto à suposta inferioridade das mulheres; reformularam o caráter da entidade familiar, separando-o do conceito de casamento; legalizaram o aborto e prescreveram direitos às crianças e aos jovens.<sup>104</sup> Mesmo que esse quadro tenha se modificado nos anos posteriores, com a ascensão de Josef Stálin, o imaginário comunista criado em torno dos feitos progressistas ainda no ano de 1918 conferiu à URSS a ideia de que tivessem libertado as mulheres das opressões sofridas (GOLDMAN, 2014, p. 19).

A menção feita por Maria Stela à Valentina Tereshkova e a seus feitos no ramo da ciência soviética, refere-se a um episódio importante que moldou as representações sobre o comunismo, influenciou ações políticas e modificou as relações internacionais de países de todo o mundo: a Guerra Fria. O conflito tem início após a Segunda Guerra Mundial, quando foram travadas disputas ideológicas, políticas, econômicas e diplomáticas entre Estados Unidos e União Soviética. As duas potências, mesmo que de maneira desigual, passaram a dividir a influência mundial (HOBSBAWM, 1995, p. 197). Os dois modelos de projetos políticos, capitalismo e socialismo, confrontaram-se criando um contexto de bipolarização e mobilizaram os países a se alinharem a um dos polos. Mesmo que não tenha ocorrido um combate direto, a retórica apocalíptica de que a destruição mundial, por meio de um confronto nuclear, poderia estourar a qualquer momento, permeou o imaginário de muitas gerações, o que, para Hobsbawm (1995) pareceu uma possibilidade diária durante quarenta anos (p. 224).

---

<sup>104</sup> A adoção dessas medidas que visavam emancipar as mulheres por parte do governo soviético se deu com a colaboração da própria Alexandra Kollontai que ocupou cargo de Comissária do Povo para Assistência Pública no primeiro gabinete do governo bolchevique revolucionário, e certamente de outras mulheres bolcheviques invisibilizadas pela historiografia.

Os pesados investimentos em ciência e tecnologia, para sobrepor as inovações em relação ao inimigo, propiciaram às duas potências o desenvolvimento nuclear e espacial. O trecho citado anteriormente, escrito por Maria Stela, menciona uma das etapas desse confronto, a “Corrida Espacial”, em que a URSS saiu na frente lançando o primeiro satélite artificial ao redor da Terra em 1957 – o Sputnik. Em 1961, a URSS envia também o primeiro ser humano ao espaço, o soviético Iuri Gagarin, e em 1963 a cosmonauta soviética Valentina Tereshkova, a primeira mulher a ir ao espaço (HOBSBAWM, 1995, p. 419). Nesse período, os efeitos propagandísticos das conquistas representavam a vitória de uma micro batalha travada entre capitalismo e socialismo.

A Guerra Fria, em sua primeira etapa, entre 1946, e a primeira metade da década de 1950, é sentida com maior impacto nos países da Europa e Ásia. A partir de 1955, a intervenção das duas potências incide com maior força na América Latina, principalmente em decorrência dos acontecimentos em Cuba.<sup>105</sup> A ilha, ao adotar o sistema socialista, estreitou os laços com a URSS, como é devidamente abordado na bibliografia. Esse episódio aproxima o socialismo da América, fazendo com que a pressão e a intervenção anticomunista estadunidense aumentassem nos países do continente (PETTINÁ, 2018). É válido pontuar que o conflito bipolar contribuiu para mudanças nas políticas externas e internas na maioria das nações do mundo, e poucos países escaparam da influência das duas potências (LEFFLER; PAINTER, 2005, p. 1). O Brasil, nesse aspecto, mantém-se alinhado ao pólo capitalista, conservando os laços com os Estados Unidos.

No governo Dutra, já em 1947, as relações com a URSS são cortadas e há o expurgo de funcionários públicos e políticos vinculados ao PCB, colocando o partido na ilegalidade, ao passo que os governos subsequentes também lideram com os efeitos do conflito adequando as medidas, em maior ou menor grau, às exigências de posicionamento esperadas pelos Estados Unidos no contexto de bipolarização. Os presidentes seguintes, especialmente os que adotaram uma política externa independente,<sup>106</sup> buscaram restabelecer as relações

---

<sup>105</sup> A Crise do Mísseis em Cuba, ocorrida em outubro de 1962, foi a possibilidade mais significativa de confronto direto entre Estados Unidos e União Soviética, e poderia ter desencadeado uma guerra termonuclear devastadora. Em suma, ocorre a partir do envio de mísseis nucleares pelo líder soviético Nikita Khrushchev à ilha cubana. Diante disso, a determinação do presidente estadunidense John Kennedy foi tentar reverter esse envio. Os embates diplomáticos duraram 13 dias, até que com o consentimento forçado de Khrushchev os mísseis foram removidos em 28 de outubro. Para mais informações sobre o confronto: HERSHBERG, James G. The United States, Brazil, and the Cuban Missile Crisis, 1962 (Part 2). *Journal of Cold War Studies*, v. 6, 2004, p. 3-20.

<sup>106</sup> De acordo com Rubens Ricupero (2017), o conceito de Política Externa Independente adotado, em especial na década de 1960, é expresso pela antítese da dependência de algo ou alguém. No caso do Brasil, pela sua posição geoestratégica mundial, esse alguém só poderia se tratar dos Estados Unidos. A “independência” remetia evidentemente aos norte-americanos. Em um contexto de bipolarização política, os estadunidenses exigiam da Política Externa Independente o que ela não poderia oferecer, sob pena de contrariar sua própria essência: escolher um dos lados da Guerra Fria (RICUPERO, 2017, p. 426).

diplomáticas com a União Soviética, destacando-se Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e seu sucessor João Goulart (CATERINA, 2019).

As consequências do conflito bipolar no Brasil se expressam no próprio Golpe Militar. Ao considerarmos o apoio estadunidense ao enviar um navio com insumos às costas brasileiras na madrugada do dia 31 de março, e outros documentos que comprovam o incômodo da Casa Branca com as medidas progressistas do presidente João Goulart (GREEN, p. 115, 2010), como com a política externa independente em confluência à crise política no âmbito interno; com a desconfiança estadunidense no líder trabalhista, que adotava uma abertura a medidas reformistas e a setores de esquerda; e o anticomunismo latente, culminou-se o Golpe que o destituiu em 1964.

Com o golpe, o caminho esperado seria o de rompimento diplomático com países de ideologia comunista, contudo isso não se aplicou à União Soviética. Apesar do anticomunismo e do clima de perseguição que pairavam no primeiro ano do regime e que minaram momentaneamente as relações entre Brasil e o bloco soviético, as relações foram retomadas e o país chegou a ser o maior mercado da URSS na América Latina, depois de Cuba (CATERINA, 2017). Em um contexto em que os Estados Unidos cobravam dos países americanos posicionamentos políticos e escolhas claras entre Capitalismo e Socialismo, a manutenção das relações entre Brasil e a União Soviética parecia seguir um caminho distinto a isso. A aparente contradição se aprofundou quando houve a perseguição desempenhada pelo Estado brasileiro ao comunismo no âmbito interno: vistos pelos militares como uma grande ameaça à segurança nacional, dezenas de militantes vinculados a grupos de esquerda foram presos, torturados e mortos.

Este capítulo contará com a análise de diferentes tipos de fontes para melhor compreensão das experiências tidas pelas militantes do PCB-GO na União Soviética. Além dos documentos da repressão que nos ajudaram a localizar quem foram essas mulheres, contamos também com cartas e relatos de viagem, cabendo delimitar, portanto, a metodologia específica para cada tipo de documento. No que tange a abordagem de relatos de viagem como fonte, utilizamos o livro publicado pela ex-militante do PCB-GO, Maria Stela Duarte Mendes, intitulado *Viagem a Moscou* (2010).<sup>107</sup>

---

<sup>107</sup> Cabe destacar que a publicação desses relatos produzidos por comunistas que foram à URSS é uma prática realizada há algumas décadas no Brasil. De acordo com Raquel Mundim Tôrres (2010), esses relatos surgiram na década de 1930, porém as viagens de militantes brasileiros comunistas passaram a ocorrer com maior frequência após a Segunda Guerra, com as vitórias do Exército Vermelho Soviético sobre o Exército Alemão, o que causou fascínio no imaginário político comunista (TÔRRES, 2010, p. 2).

Ao utilizarmos um relato de viagem é preciso analisar a metodologia e ter a atenção frente a alguns pontos. Segundo Mary Anne Junqueira (2011, p. 46), o primeiro desses pontos refere-se ao local de deslocamento do indivíduo e ao contexto sócio-histórico do lugar que, no caso deste estudo, não se pode perder de vista as representações feitas dos países socialistas. Diante disto, cabe perscrutar como foi possível a incursão de mulheres e homens, filiadas/dos ao PCB de Goiás, na URSS? Como se deram essas viagens? Quais os impactos que elas trouxeram à vida das/os egressas/os? Busca-se, ainda, analisar essas viagens inseridas nas relações internacionais entre os dois países.

O segundo ponto diz respeito ao público-alvo, já que todo relato pressupõe um leitor. Sobre esse aspecto, por mais que o público-alvo do livro a ser analisado não esteja explícito, entendemos que possui um efeito propagandístico do mundo soviético por ter sido produzido em um contexto de bipolarização entre o comunismo e capitalismo. O terceiro ponto implica considerar a época de produção, pois livros escritos anos depois da viagem possuem um tipo de memória sobre o ocorrido já modificada pela ação do tempo.

No prefácio da obra a ser analisada, contendo as descrições e memórias da então militante goiana em sua ida à URSS, consta a informação de que foi produzida em um período próximo à viagem, em 1963, mas publicada anos depois em decorrência da repressão Militar (MENDES, 2010, p. 1). Por fim, destacam-se os aspectos sobre a veracidade do relato. Ou seja, buscar a verdade em uma fonte histórica implica em debates epistemológicos ao longo do tempo que não cabe serem descritos aqui e, contudo, pretende-se mostrar como o real, frente ao mundo soviético, foi representado sob a perspectiva de Maria Stela Mendes.

Com a intenção de ampliar a documentação que narra sobre as impressões e vivências de goianas e goianos na União Soviética, utilizaremos as cartas enviadas por essas pessoas a seus familiares que ficaram no Brasil durante o período que estiveram no leste europeu. Além de Maria Stela, outras/os militantes do PCB-GO estiveram na URSS, especialmente durante os anos de Ditadura Militar. Essas incursões se deram, sobretudo, por meio de um intercâmbio de estudos para a Universidade *Patrice Lumumba*, como será discutido adiante. Como essas viagens se estendiam por um período razoável de tempo – geralmente a duração de uma graduação de cinco anos – essas/esses jovens goianos tinham como forma de comunicação o envio de correspondências. Algumas dessas mensagens escritas pelos intercambistas foram interceptadas pelos órgãos de informação e inteligência brasileiros, seja por conterem menções à suposta “subversão” ou simplesmente pelo controle do conteúdo. Nelas, as/os estudantes contam sobre suas experiências no país socialista, o cotidiano na universidade,

informam sobre suas condições e buscam saber sobre seus amigos e familiares que ficaram em Goiás. Essas correspondências foram anexadas a dossiês investigativos sobre as/os estudantes comunistas produzidos pelo Sistema Nacional de Informação, documentos analisados pela pesquisa.

Outro tipo de carta também analisada são as que foram enviadas por essas estudantes, que realizaram intercâmbio, ao Ministério da Educação e Cultura. Ao regressarem ao Brasil, as goianas enfrentaram dificuldades em revalidar seus diplomas de estudo conseguidos na URSS. Apesar de o Estado brasileiro manter as relações diplomáticas com a URSS durante a ditadura, o governo dos militares criava empecilhos nos trâmites burocráticos, principalmente quando as/os solicitantes eram diplomados em países socialistas. Na busca pela obtenção da revalidação, algumas delas recorreram ao envio de cartas diretamente ao Ministro da Educação para justificar sua ida ao mundo soviético.

O conteúdo e o objetivo dos dois tipos de correspondências aqui analisadas são muito distintos: no primeiro, o destinatário é a família e são tratados assuntos do cotidiano envoltos pela subjetividade do/da militante remetente. Enquanto o conteúdo endereçado ao Ministério da Educação e Cultura possui uma linguagem mais formal, no qual a argumentação se volta, especificamente, para a finalidade de conseguir a revalidação do diploma. Nesse sentido, é necessário olhar para esse tipo documental buscando entender as intencionalidades do remetente, os recursos argumentativos por ele/ela empregados, os laços que possuía com o destinatário a receber a epístola e o contexto em que foram escritas (PINSKY, 2005, p. 218).

A análise de distintas fontes no presente capítulo tem como intenção traçar um panorama das condições sob as quais as viagens de goianas para a União Soviética se deram. Busca-se entender como e por quais motivos elas se dirigiram ao mundo soviético, suas experiências e impressões da URSS obtidas pelas lentes do comunismo e, ao retornarem, quais teriam sido as consequências desse intercâmbio cultural em duas trajetórias políticas, profissionais e pessoais. Tudo isso, dentro de um cenário de bipolarização mundial e repressão ditatorial brasileira.

### **3.1 As relações internacionais entre Brasil e União Soviética durante a Ditadura Militar**

Apesar da lógica anticomunista fortemente empregada pela Ditadura Militar brasileira, as relações diplomáticas entre Brasil e União Soviética não foram cortadas e, praticamente, não houve impacto negativo na trajetória das relações comerciais entre o Brasil e o bloco soviético. As relações entre os países seguiram o percurso mercantil ascendente iniciado nos

governos anteriores (CATERINA, 2017, p. 270), uma vez que, Castello Branco, o primeiro presidente do regime militar, buscou, inclusive, amenizar a maré anticomunista no âmbito das relações internacionais, como aponta Gianfranco Caterina (2017):

Em um discurso no final de julho de 1964, Castello Branco afirmava que as divergências de filosofia política existentes entre os Estados do Leste Europeu e o Brasil não seriam motivo para criar, nas relações entre esses países, qualquer tipo de “hostilidade”. Para o presidente, as relações deveriam ser “mantidas e, em certos terrenos, ampliadas”. Ainda segundo Castello Branco, o comércio entre o Brasil e os países do bloco soviético poderia ser “mutuamente proveitoso: estamos prontos a aumentar nossas trocas, desde que elas não sejam veículo de influências inaceitáveis” (CATERINA, 2017, p. 270).

A tentativa de estreitamento dos laços econômicos se iniciou logo em 1964, com o envio de mensagem para a URSS afirmando que o país tinha interesse no incremento comercial. É importante pontuar que o Brasil toma posições distintas em relação às nações comunistas China, URSS e Cuba. Nos primeiros anos do regime são cortados os canais formais com a China e com Cuba (este já no primeiro mês após o Golpe) e ocorre um distanciamento da URSS. Nesse primeiro momento, há um alinhamento diplomático explícito com os Estados Unidos, negando a Política Externa Independente e submetendo-se à bipolaridade da Guerra Fria. Nos governos militares posteriores a Castello Branco, essa característica muda e a diplomacia busca diversificar a pauta das relações internacionais, se afastando da dependência com os Estados Unidos (MOTTA, 2007, p. 16).

O maior distanciamento entre o Brasil, Cuba e China pode ser explicado pelas características revolucionárias que estes países adotaram na década de 1960. Ambos assumem uma via revolucionária que visa expandir o comunismo a outros países, chegando a estabelecer contatos com grupos de esquerda armada no Brasil. A China, por exemplo, concentrou seus vínculos políticos com o Brasil através de grupos de esquerda simpatizantes, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que adotou perspectiva maoísta, com a Ação Popular (AP) e com setores das Ligas Camponesas. Nesse sentido, entre os anos de 1964 e 1966 foram organizadas excursões para formação em cursos sobre o Comunismo Chinês e exercícios de guerrilha (FARES, 2016).

Por outro lado, a União Soviética assume uma via diplomática moderada e legalista, diferente da revolucionária Chinesa e Cubana. A URSS, após seu rompimento com a China e as dificuldades na parceria com Cuba, estava mais interessada em manter o *status quo* global e preocupada com sua conjuntura doméstica, principalmente com relação às expectativas de melhoria da condição de vida da maior parte de sua população, do que com a difusão revolucionária do comunismo (CATERINA, 2017).

De acordo com Rodrigo Motta (2007), as relações diplomáticas entre Brasil e os países de orientação comunista do Leste Europeu que se estabeleceram ao longo do regime teriam, sobretudo, “um caráter econômico devido às diferenças ideológicas, elucidando a característica pragmática dos governos militares aliada ao anticomunismo” (MOTTA, 2007, p. 243). De fato, as relações econômicas entre Brasil e União Soviética avançaram significativamente, sendo que as exportações entre os anos de 1975 e 1976 colocaram a superpotência socialista como o quinto destino das vendas brasileiras, de maneira tal que as “trocas bilaterais tiveram como característica sempre persistente um saldo a favor do Brasil.” (CATERINA, 2017, p. 389). Contudo, trabalhos recentes têm buscado tratar, com maior riqueza de detalhes, que as relações entre tais países foram além da ordem econômica.

Além das trocas bilaterais e do financiamento soviético em obras de infraestrutura e investimentos energéticos no Brasil, as trocas no âmbito cultural, educacional e técnico-científico também ocorreram, apesar das tensões ideológicas. Em meados da década de 1960, o modelo de desenvolvimento soviético chamava atenção, sendo visto como um exemplo de aplicação do progresso técnico com resultados concretos em diversas atividades. Com isso, surge o interesse mútuo na expansão do intercâmbio técnico-científico, em especial nas áreas de cooperação energética, geologia, saúde, astronomia e educação (CATERINA, 2017, p. 291).

O número de estudantes brasileiros em universidades soviéticas também aumentou durante a década de 1960. Em janeiro de 1965 havia cerca de 80 estudantes brasileiros matriculados nas Universidades de *Lomonossov* e *Patrice Lumumba*; cinco anos depois, de acordo com estimativas da embaixada brasileira, esse número havia crescido para 150. Esses dados também são considerados pelo governo soviético, como aponta o primeiro secretário Leonid Brezhnev em seu discurso no XXII Congresso do PCUS, em 1966, onde afirma que as relações culturais, econômicas e comerciais entre URSS e os países da América Latina haviam aumentado e o número de estudantes latino-americanos matriculados teria praticamente dobrado no último quinquênio (CATERINA, 2017).

Todavia, as trocas culturais entre os dois países durante a Ditadura Militar não ocorrem sem conflito: os setores de extrema direita, ligados ao regime militar, fizeram pressão para que as relações com a URSS fossem cortadas, considerando a manutenção incompatível com os compromissos anticomunistas da “Revolução”, isto é, implementados com o golpe de 1964 no Brasil. No entanto, as atividades culturais soviéticas não foram proibidas, ocorrendo esporadicamente mostras de cultura, cinema, e a permanência de entidades de divulgação das

línguas daqueles países no Brasil, ainda que tais ações fossem monitoradas pelos órgãos de informação, assim como foram monitorados os/as estudantes egressos dos intercâmbios na União Soviética (MOTTA, 2007).

### **3.2 “Cursos na cortina de ferro”: as militantes do PCB e o intercâmbio na Universidade *Patrice Lumumba***

As militantes e/ou simpatizantes do PCB/GO que partiram em intercâmbio de estudos para a União Soviética durante a Ditadura Militar foram: Élia Carvalho e Maria Efigênia Carvalho, Clênia Modes Sampaio e Nadir de Castro Tibúrcio. As jovens se dirigiram à Universidade *Para a Amizade dos Povos Patrice Lumumba* (UAPPL), localizada na cidade de Moscou e nomeada em homenagem a um líder congolês assassinado em 1961. Essa instituição foi destino da maioria dos jovens brasileiros que estudaram na URSS, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação em várias áreas.

Segundo Rodrigo Patto (2012), há a suposição de que a UAPPL tinha como concepção atender jovens do mundo subdesenvolvido com menor nível de escolaridade. Mesmo que faltem indícios para confirmar tal suposição, o intercâmbio representava uma oportunidade interessante por oferecer um curso gratuito e ainda uma ajuda de custo de 80 rublos mensais para viver na URSS, além de auxílio para compra de roupas de inverno (MOTTA, 2012, p. 143).

A escolha pela URSS para realização do intercâmbio também demarca a adesão política ao projeto de sociedade socialista, pois se assim não fosse, teriam optado por outros países, e, inclusive, enfrentariam menos represálias pelo governo ditatorial brasileiro. Ademais, ao se encontrarem vinculadas/dos ao Partido Comunista, a viagem de estudantes à URSS implicava reconhecimento dentro da organização e a possibilidade de ascensão hierárquica ao voltar.

Por meio dos documentos da repressão, mais especificamente de dossiês produzidos pelo Sistema Nacional de Informação (SNI), constatamos que a ida de jovens goianos e goianas para a UAPPL era uma prática difundida desde a década de 1960. Foram encontradas menções feitas pelo SNI a estudantes em intercâmbio nos anos de 1962, 1966, 1968, em sua totalidade relacionadas ao Partido Comunista em Goiás.<sup>108</sup> Contudo, focaremos a atenção nas

---

<sup>108</sup> Zanon Fraissat da Turma de Engenharia Mecânica em 1962, Emerson Pires Leal, irmão da militante Zora Pires Leal mencionada no capítulo anterior, também em 1962 cursou Física, Wilson Ferreira da Cunha Turma de 1966, há uma divergência na documentação sobre o curso, citam História e Medicina, Carlos Neves Meireles Turma de 1968, curso de Medicina.

irmãs Élia e Maria Efigênia, graduandas em medicina à época, e nas estudantes Clênia Modes, estudante de Medicina, e em Nadir de Castro, estudante de Agronomia, pois foram as goianas ligadas ao PCB que mais tiveram documentos produzidos pela repressão relativos aos seus intercâmbios.

A ida de bolsistas à URSS teve grande fluxo na década de 1960, mas sofreu uma redução durante a década de 1970, ainda que não tenha cessado, tanto é que todas as militantes descritas aqui viajaram durante os anos 1970. A diminuição de bolsistas explica-se pela postura adotada nas relações internacionais. Durante o governo João Goulart o intercâmbio era incentivado, inserido em uma política externa independente que visava o estreitamento de laços com a URSS, porém, durante o regime militar esse quadro sofreu alteração e as viagens passaram a ser toleradas, buscando evitar problemas diplomáticos, mas não houve incentivo do governo.

No livro de memórias de Maria Stela há um capítulo específico sobre a ida de um militante à Universidade *Patrice Lumumba*, “Emerson, filho do comunista Basileu Pires Leal” (MENDES, 2010, p. 35). Emerson é irmão de Zora Pires Leal, membros de uma importante família comunista que ajudou na fundação do partido no estado de Goiás, como mencionado em capítulos anteriores. Nas páginas sobre ele, Maria Stela elucida:

O Emerson me contou que todos aqueles que estiverem interessados em ingressar na Universidade Patrice Lumumba, devem redigir uma solicitação de matrícula endereçada àquela instituição. Caso sejam aceitos, podem considerar-se felizes e com a situação acadêmica resolvida. **Em 1963, havia em Moscou, só nesta Universidade, cerca de oitenta brasileiros. Tenho certeza que futuramente serão o nosso orgulho, irão ajudar, com sua técnica adiantada, a construir e a desenvolver o nosso querido Brasil. É inegável a ajuda que os soviéticos resolveram dar aos povos da Ásia, da África e da América Latina através desta Universidade.** Temos de ser-lhes gratos por essa atitude solidária. [...] Quem desejar estudar neste centro acadêmico, deverá enviar a Moscou os seguintes documentos: a solicitação de vaga assinada pelo candidato, a biografia do interessado, a cópia legalizada do histórico escolar, o registro de nascimento, um atestado médico e duas fotografias 3x4 (MENDES, 2010, p. 36, grifo nosso).

O trecho destacado remonta à ideia discutida anteriormente sobre a adesão ao projeto de sociedade soviético por parte dos militantes ou simpatizantes comunistas. De acordo com o excerto escrito pela militante, a colaboração dada pela URSS à estudantes provindos de continentes terceiro mundistas, ajudaria no desenvolvimento de países como o Brasil. Inserido em uma lógica de bipolarização mundial, essa “atitude solidária” pode ser entendida como uma tentativa de ampliação da influência soviética aos demais continentes.

É válido destacar, visando a comparação, que essas informações sobre as bolsas de intercâmbio, como a de Emerson Pires Leal, referem-se ao ano de 1963, período democrático

e de abertura diplomática com a URSS. Após o Golpe Militar no Brasil, de acordo com a documentação da repressão que monitorava essas viagens, existiam outros caminhos para a obtenção de bolsas. Em um relatório de caráter confidencial do SNI do Rio de Janeiro, em que a agência elabora uma investigação de setenta páginas sobre a Universidade *Patrice Lumumba*, em 1975, é apresentada a seguinte afirmação:

As solicitações de bolsas de estudos são feitas através dos Institutos Culturais Brasil - URSS, no Rio de Janeiro, S. Paulo e Porto Alegre, ou pelo próprio PCB quando é de seu interesse. Antes da fundação desses Institutos, os candidatos não indicados pelo PCB, dirigiam-se diretamente à Universidade, por intermédio ou não da Embaixada Russa.<sup>109</sup>

Os Institutos de Cultura Brasil – União Soviética (ICBUS) eram entidades brasileiras privadas criadas por cidadãos brasileiros com o apoio do governo socialista cujo intuito principal era o ensino da língua russa, e para a difusão de aspectos culturais de forma mais ampla, realizando exposições de arte e fotografia sobre a URSS, exibição de filmes sobre os países do Leste Europeu e também campeonatos de xadrez. O material necessário para esses eventos era cedido pela própria União Soviética. A criação do primeiro Instituto no Brasil se deu no ano de 1953, no Rio de Janeiro, e, na década de 1980, já eram cerca de quatorze espalhados pelo Brasil (SHAH, 2020, p. 737). Por conta das ações diplomáticas da Ditadura Militar, não houve medidas explícitas de proibição do ICBUS após o golpe, já que era uma entidade privada sem vínculos oficiais com a URSS (MOTTA, 2012).

A criação e existência desses institutos em países como o Brasil também pode ser entendida sob a lógica de Guerra Fria. A divulgação de conhecimento para outras sociedades é entendida como uma forma de expansão do poder, especialmente em países onde a URSS não possuía controle militar. A difusão desses institutos de cultura foi possivelmente utilizada pelo governo soviético como forma de propagandear uma visão positiva no cenário internacional. Fazer com que uma imagem positiva da União Soviética chegasse a outros países, fazendo com que outras populações se simpatizassem com eles, ou ao menos abrandasse a aversão de países tão avessos ao comunismo, como o Brasil, poderia evoluir para outras formas de influência.<sup>110</sup> À vista disso, os Institutos Culturais foram instrumentalizados a favor da potência soviética, e como consequência disso há um aumento

---

<sup>109</sup>Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_77105865\_d0001de0002, Cursos universitários realizados em países comunistas e socialistas, 1975-1977.

<sup>110</sup> Como já mencionado no capítulo 1, a “indústria do anticomunismo” no Brasil manipulava a ideia do “perigo vermelho” com o objetivo de tirar proveito do temor ao comunismo. Eram veiculadas imagens negativas, especialmente por meio da imprensa, associando o comunismo como inimigo da pátria. Tais representações ajudavam a moldar um imaginário anticomunista na população, tanto é assim que essa característica pode ser considerada como um aspecto da cultura política brasileira (MOTTA, 2006, p. 211).

do fluxo de brasileiros interessados em visitar o país socialista, ou mesmo buscando bolsas de estudos nas Universidades de Moscou (SHAH, 2020, p. 741).

Os processos seletivos que ofereciam as bolsas e viagens para a UAPPL eram organizados pelos Institutos de Cultura Brasil – União Soviética que possuíam sede em algumas cidades brasileiras. Porém, no estado de Goiás o ICBUS só foi criado em 1984, já em um contexto de abertura democrática e fim do regime militar, logo, posterior à viagem das militantes aqui pesquisadas à URSS. De acordo com o militante do PCB-GO Horieste Gomes (2009), o ICBUS em Goiás foi

fundado em 2 de abril de 1984, na assembleia realizada na sede da OAB - Seção de Goiás, foi registrado no Cartório Waldir Sampaio, sob o nº 815, em maio do mesmo ano. Trata-se de uma sociedade jurídica, sem fins lucrativos, por tempo ilimitado, tendo como principal finalidade “concorrer para o desenvolvimento das relações culturais e de amizade entre o Brasil e a União Soviética”, nos mesmos princípios dos demais institutos criados em São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rondônia, Amazonas, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Brasília (GOMES, 2009, p. 223).

Entre as atividades realizadas pelo instituto em Goiás e descritas por Horieste, destacam-se os cursos de língua russa, o intercâmbio de obras culturais entre os países, oferecimento de cursos de xadrez e o pleiteamento de bolsas de estudo nas instituições educacionais soviéticas (GOMES, 2009, p. 223). De acordo com Horieste Gomes, a primeira turma de formandos no Curso Básico de Língua Russa teve suas aulas ministradas pelo professor Natan Francisco Carvalho, médico formado pela URSS, irmão das militantes Élia e Maria Efigênia e outros egressos de intercâmbio em Moscou, como veremos adiante (GOMES, 2009, p. 223). Esse dado revela o interesse dos que estiveram lá em divulgar a cultura soviética após o retorno ao estado de origem.

Mesmo que o ICBUS não possuísse vínculos oficiais com o governo da URSS e menos ainda com o Partido Comunista Brasileiro, é possível encontrar em documentos que falam sobre o Instituto muitos nomes de militantes do PCB-GO, afinal, quem estaria mais interessado em divulgar a cultura soviética e uma boa imagem dos países socialistas do que um militante do PCB? No relatório do IPM sobre as relações entre o Partido e o ICBUS, em especial onde estão contidos documentos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), são mencionadas algumas militantes comunistas, como

Dirce Pereira Maia - integra a lista de membros da OB do PCB de Goiânia/GO [...] No dia 21 Mai 84, compareceu à 1º Reunião da Comissão Provisória do Instituto Brasil-URSS de Goiás (ICBURSS/GO), para deliberar sobre a composição e eleição da 1º diretoria. Em 08 Jun 84, foi eleita para o biênio 84/86, como 1º Secretária do ICBURSS/GO, criado pelo Comitê Gregório Bezerra e PC - Ala Prestes do qual era membro (Anigo, 2016, p. 852).

A militante Dirce Maia esteve relacionada com as atividades do ICBUS, ocupando cargo importante no instituto, segundo o documento. Nesse trecho, a repressão atribui a criação do instituto como responsabilidade do Partido Comunista. Há também a menção a Nadir de Castro, que, em 1975, cursou agronomia na UAPPL, “em 1983 seu nome constou na relação de simpatizantes com o PCB” (Anigo, 2016, p. 891) e 1985 “era Professora de Língua Russa no Instituto Cultural Brasil-URSS em Goiânia” (Anigo, 2016, p. 891).<sup>111</sup> Mesmo que o foco do trabalho não seja o Instituto Cultural Brasil - União Soviética, mas sim a atuação de mulheres no PCB-GO, nota-se que esses temas são transversais. A colaboração do Instituto na concessão de bolsas de estudo à comunistas para a URSS e a participação de mulheres militantes do PCB em sua fundação e organização desvelam a ligação entre as temáticas. Além de mulheres do PCB, são mencionados pelos documentos da Abin outros homens militantes que também participaram da organização do instituto, como Félix Valois Guará Bezerra, Paulo Silva de Jesus e Washington Luiz Rabelo.

Sobre a concessão de bolsas para universidades soviéticas, em específico a UAPPL, é impossível que goianos e goianas tenham conseguido por intermédio do instituto do estado nas décadas de 1960 e 1970, já que sua data de fundação remonta ao fim do regime militar, em 1984. Pode-se considerar que esses estudantes tenham enviado uma carta de solicitação diretamente à Universidade, como descreve Maria Stela, ou que tenham logrado a bolsa juntamente com ICBUS de outros estados, como de São Paulo e Guanabara. Quando se investiga jovens de outros estados que também obtiveram essas bolsas no acervo dos documentos do SNI, é sempre mencionado em qual estado era localizado o ICBUS que a disponibilizou. Contudo, nas documentações dos estudantes de Goiás, essa informação não era expressa.

Outra via mencionada pelos arquivos da repressão para a obtenção de bolsas de estudo na URSS é por intermédio do próprio Partido. Tal afirmação dialoga com o grande número de intercambistas goianos na URSS que tinham relação com o PCB-GO. De acordo com o IPM do PCB-GO no tópico “Bolsas de Estudo na União Soviética”

Conforme já mencionamos no presente Relatório, o PCB encaminhou alguns de seus militantes para curso de Capacitação Política na UNIÃO SOVIÉTICA. Disto, SEBASTIÃO GABRIEL BAILÃO, GERALDO TIBÚRCIO E ALEXANDRE ALVES DE ALMEIDA destacam nos seus depoimentos, LEO LINCE DO CARMO RODRIGUES, FRANCISCO GERALDO, JOELIO ALBERTO DANTAS RIBEIROS, LENINE ABRÃO MANSUR, NEZO NATAL e um casal de filhos de RODOLFO FERNANDES, residente em GOIÂNIA. Esta atividade demonstra o

---

<sup>111</sup> As páginas seguintes tratarão da trajetória de Nadir de Castro com maiores detalhes.

empenho do PCB na preparação e especialização de seus “quadros” (Anigo, 2016, p. 906).

O trecho menciona alguns militantes do PCB que teriam recebido bolsa de estudos com finalidade de “capacitação política”, cujo envio de membros da organização para capacitação, indica que o Partido acreditava que esses militantes estariam aptos para receber treinamento teórico e político no berço da experiência socialista e, conseqüentemente, voltariam capacitados para exercer cargos importantes dentro da estrutura partidária no Brasil.

Ainda, no excerto há a menção a “um casal de filhos de Rodolfo Fernandes”, embora não sejam descritos nominalmente, trata-se de Maria Efigênia e Natan. Outros documentos da Abin afirmam que o intermédio de bolsa aos dois irmãos foi realizado por Sebastião Bailão, antigo militante do PCB de São Paulo que havia se mudado para Goiânia em 1964 e

em 1971, esteve em BRASÍLIA-DF, a serviço do Comitê Estadual de GOIÁS, ocasião em que encaminhou para o Comitê Central (do PCB) através de ligação deste em Brasília, de nome MESQUITA, a documentação de uma moça e de um rapaz, ambos filhos de RODOLFO FERNANDES, residente em GOIÂNIA, para que os mesmo fossem enviados à UNIÃO SOVIÉTICA, para curso de Capacitação Política, o que de fato ocorreu (Anigo, 2016, p. 909).

Ao buscarmos mais informações sobre o intercâmbio no Dops-GO, deparamo-nos com dois dossiês que tratavam dos homens dessa família comunista: o pai, Rodolfo, e o irmão, Natan. Não há nenhum documento que investigue especificamente o intercâmbio de Élia e Maria Efigênia no órgão, sendo elas apenas citadas nas narrativas sobre homens. O primeiro dossiê, de 1971,<sup>112</sup> é construído em torno da investigação ao pai, Rodolfo Francisco Fernandes de Carvalho, e contém ficha com foto, impressões digitais e outras informações sobre ele, porém, o que chama mais atenção é uma carta de denúncia escrita a próprio punho por sua vizinha e anexada ao dossiê, reproduzida abaixo:

Figura 1: Carta à repressão

---

<sup>112</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO), BR GOUFG.DGO.O.D. 741, 1971.

14  
L

Goiânia, julho de 71

Como boa brasileira comunico-lhe,  
 pois não sei a quem fazê-lo, o seguinte:  
 Há no Setor Universitário uma pen-  
 são cujo proprietário é Rodolfo Fernandes de  
Carrvalho que já esteve preso por idéias comu-  
 nistas e agora está mandando à Rússia  
 dois filhos (Natam e Epigênia) me parece que  
 o nome da mãe é este, sinão é a mãe nova,  
 com a finalidade de estudar --- e voltarem  
 para --- Acho gravíssimo isso.  
 É triste o que se ouve ali.  
 Comunico-lhe isso por espírito patriota e  
 não por outro motivo.  
 Os jovens já estão com os passaportes  
 quase prontos para saírem nesses dias.  
 Alegarão bolsa de estudo para a viagem, mas  
 eu e muitas outras sabemos a finalidade.  
 Espero que esta chegue quanto antes onde  
 deva chegar para as providências certas.  
 Agradecida

Uma boa brasileira

Obs: O mãe está em Brasília.  
 É uma gente de cara de bobo, mas muito ma-  
 liciosa

Fonte: Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO), BR GOUFG.DGO.O.D. 741, 1971, p. 5

A prática de delação e colaboração de sujeitos anônimos com o regime militar teve um importante papel no processo de vigilância e repressão e foi identificada como parte do modo de ação de vários Dops localizados em diferentes estados. Em estudo sobre a montagem e funcionamento da polícia política de Pernambuco, Marcília Gama da Silva (2007, p. 65) localizou no Dops-PE documentos em que o órgão conclamava a população a realizar denúncias, pois a prática deveria ser “uma tarefa de todos”, como consta nos registros policiais. De acordo com a autora, o estímulo à delação foi elemento necessário e indispensável à manutenção do Serviço Nacional de Informação. Citando outro estado,

Rodrigo Pereira da Silva (2007), ao utilizar-se das fontes do Dops do estado do Paraná, defende a hipótese de que a ação dos delatores girava em torno da influência exercida pelo imaginário anticomunista que permeava vários setores da sociedade civil, bem como de militares. Para Rodrigo Silva (2007), ao se apropriarem e difundirem o discurso anticomunista, os delatores acreditavam que suas denúncias poderiam contribuir para a manutenção da estabilidade e da ordem pública, prevenindo a disseminação do ideário comunista na sociedade paranaense (SILVA, 2007, p. 9).

As “ideias comunistas”, como a remetente da carta acima cita, foram, no período da Ditadura Militar, o maior alvo de denúncias. O comunismo era representado como algo perturbador, nocivo, e quem compartilhava desse ideal era visto enquanto um elemento perigoso, a quem se devia temer (MAGALHÃES, 1997, p. 8).

Ao comparar cerca de 172 cartas de delatores, Marionilde Magalhães (1997) constatou alguns denominadores comuns que contribuem para a compreensão de suas motivações e visões de mundo, e tais características também se aplicam à denunciante de Goiás, que supostamente enviou a carta acima, quais sejam: aos olhos do informante, a delação mais preciosa é a de um comunista. Quando isso acontece, as descrições sobre o/a delatado/a são extremamente minuciosas, seja para comprovar a veracidade da denúncia ou para reiterar a importância da descoberta. Na carta, sobre a família comunista goiana, a informante oferece detalhes muito específicos, como a retirada de passaportes por parte dos filhos de Rodolfo, o passado dele enquanto comunista e o fato de um dos filhos estar em Brasília no período em que escreveu.

Essas informações dialogam com outra característica constatada por Magalhães (1997): o campo privilegiado de investigação do delator é seu ambiente de convívio, seu cotidiano. Comumente são acusados vizinhos, colegas, e isso se deve ao grau de intimidade na qual fazem referência, e por conhecerem hábitos corriqueiros de cada um deles. Mesmo que na carta a informante não se identifique, é possível, pela riqueza de detalhes, sugerir que seja uma vizinha, já que sabe informações presentes e pretéritas da família, e afirma que “é triste o que se ouve ali”, dando a entender que comumente escuta o que é dito pela família.

Destarte, o anonimato é outra característica recorrente nas delações. Ao analisar o Decálogo de Segurança elaborado pelo II Exército Brasileiro, documento distribuído pelo Serviço Nacional de Informações para todo o sistema de informações, Priori e Brunelo (2021)

destacam o oferecimento de garantia de anonimato aos que fizessem denúncias à repressão.<sup>113</sup> O objetivo do documento era alertar a população contra os “inimigos do regime”, e em cada item do texto é reforçada a garantia ao anonimato. De certa forma, isso reforçou a prática de delação, já que os delatores se sentiam seguros por terem suas identidades resguardadas, evitando represálias (PRIORI; BRUNELO, 2021, p. 27).

Além disso, a autora assina a carta como “uma boa brasileira”, motivada pelo “espírito patriota”, recorrendo ao anonimato e ao uso de um pseudônimo que apela ao patriotismo. Analisando a recorrente menção ao patriotismo nas cartas de delação, Silva (2017) destaca que dentro de um sistema que cria representações da legitimação da ordem, instala-se também quem são os “guardiões” desse sistema, encarregados de proteger a nação e aos que nela moram (como, por exemplo, a polícia política e seus informantes). Dessa forma, se os comunistas são apresentados enquanto uma ameaça à integridade do país, todo bom patriota brasileiro deveria sentir obrigação em repudiá-los, colaborando com as autoridades (MOTTA, 2000 apud SILVA, 2017, p. 98).

Ao descrever sua acusação, a autora da carta utiliza-se de um tom de suspeição sem fazer afirmações claras, levantando indícios que a seu ver indicam atos subversivos. As reflexões acusatórias se expressam principalmente nos trechos em que ela diz que Natan e Efigênia viajariam à Rússia “com a finalidade de estudar... e voltarem para... acho gravíssimo isso”, bem como na frase: “alegaram bolsa de estudo para a viagem, mas eu e muitas outras sabemos a finalidade”. Nos dois excertos, o uso de reticências e da conjunção “mas” evidenciam a desconfiança da delatora em relação ao intercâmbio de estudos na URSS, tanto é que cobra providências ao Dops-GO.<sup>114</sup>

A denúncia, provavelmente apurada pelo Dops, levou agentes da repressão à casa da família. No mesmo dossiê que continha a carta supracitada há um informe que diz:

Foi investigada a informação constante da carta anônima, entretanto não se comprovou ainda a existência de preparativos ou resolução de viajar para a URSS, por parte de Rodolfo Fernandes de Carvalho ou seus filhos. O epígráfico esteve nas mãos da Polícia Federal/GO. É comunista tradicional e pertence ao PCB. Está

---

<sup>113</sup> O documento contém dez pontos alertando a população contra os “inimigos do regime”, e foi produzida pelo II Exército, que na época compreendia os Estados de São Paulo e Mato Grosso, integrado pelas 2ª e 9ª Regiões Militares (PRIORI; BRUNELO, 2021, p. 27).

<sup>114</sup> Como se trata de um documento da repressão, que pode ter sido forjado, não é descartada a possibilidade da carta ter sido produzida pelos próprios agentes para justificar a investigação à casa da família. Reforçando ainda, o estereótipo de “vizinha fofoqueira”. Porém, como os estudos sobre a delação durante a Ditadura Militar indicam um grande número de cartas comumente enviadas por pessoas próximas aos acusados e acusadas, geralmente que convivem em seu cotidiano, acredita-se que possa ser, de fato, uma vizinha de Rodolfo e de seus filhos.

bastante doente e sob forte tensão nervosa, ao que se supõe, teme uma ação repressiva contra sua pessoa.<sup>115</sup>

A carta de denúncia foi enviada ao Dops-GO em julho de 1971, enquanto o informe acima, onde investigam a delação, é de outubro do mesmo ano. O aspecto que mais chama atenção no trecho é a condição de medo a que Rodolfo Carvalho foi levado, descrita pelos agentes do Dops frente à possibilidade de repressão e tortura, se é que já não houvessem ocorrido na ocasião da batida policial em sua casa. A prática da repressão em Goiás, baseada em prender suspeitos de subversão dentro de suas próprias casas, é relatada em outros depoimentos, como o de Euler Ivo, militante do PCdoB durante os anos de repressão militar:

a Ditadura marcava as pessoas, eles as prendiam em suas casas e não tínhamos mais residências” [...] “Se alguém fosse preso talvez contasse ou delatasse sobre tortura na prisão; a polícia prendia muita gente. Dos que participavam dessas ações, poucos tiveram sorte, nesse contexto com essas organizações a Ação Popular “AP”, Partido Comunista Brasileiro “PCB” e o Partido Comunista do Brasil “PCBR” e várias organizações (VIEIRA, Euler, 2015 apud PEREIRA, Geiziel, 2015, p. 85).

Diante desse contexto de forte perseguição aos membros de grupos de esquerda em todo o Brasil, e em específico no estado de Goiás, é possível que a averiguação da denúncia por parte do Dops possa ter se dado sob condições de violência física e/ou psicológica.

No segundo dossiê encontrado no acervo do Dops-GO, sobre as irmãs e o irmão que foram à URSS, datado de 1974, o investigado central é Natan, e o nome de Élia e Maria Efigênia estão escritos a lápis no canto das páginas.<sup>116</sup> Neste documento informam sobre a ida do investigado à UAPPL e seu pedido de prorrogação de passaporte à Embaixada do Brasil em Moscou, devendo regressar ao Brasil em 1977. O tópico “Dados Solicitados” possui a seguinte afirmação: “Acusar o regresso do epigrafado, quando configurado”.<sup>117</sup> Nas páginas seguintes é anexado um relatório feito em 1977 apresentando a visita que o órgão da repressão fez à pensão onde os pais dos três alunos moravam em Goiânia, e consta que Natan ainda não havia voltado e os pais haviam se mudado da pensão que moravam e administravam. A partir disso, constata-se o monitoramento extensivo realizado pelos órgãos de informação e repressão, visitando a casa dos estudantes que foram para a União Soviética, apurando as datas de ida e de retorno, causando medo às famílias dos jovens, como se depreende das informações contidas no dossiê anterior.

Diante das informações encontradas no IPM e no Dops-GO sobre as estudantes Maria Efigênia e Élia, o aspecto que se sobressai é a ausência de documentos e descrições que

<sup>115</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO), BR GOUFG.DGO.O.D. 741, 1971.

<sup>116</sup> Departamento de Ordem Política e Social (Dops-GO), BR GOUFG.DGO.O.D. 654, 1974.

<sup>117</sup> Idem.

tratam especificamente sobre elas. Foram citadas, na maioria das ocasiões, apenas quando se falou de seu pai ou de seu irmão. Ao cruzarmos os dados do IPM e do Dops-GO com os armazenados no acervo do Sistema Nacional de Informação (SNI), encontramos um interrogatório feito pelo DOI-Codi em 1974,<sup>118</sup> em que o interrogado conta sobre a viagem dos três irmãos à URSS por tê-los conhecido lá. Segundo o depoente, todos eram naturais de Goiás, Maria Efigênia e Natan haviam chegado em 1971, e cursavam medicina. Élia de Carvalho teria iniciado o intercâmbio em 1973, partindo do Chile para a URSS, e, no ano do interrogatório, realizava um Curso Preparatório para a UAPPL, em Moscou. Ao ser questionado sobre a participação dos irmãos no Partido Comunista, o interrogado não sabia informar se eram membros, entretanto

crê o depoente que tanto a mencionada (Maria Efigênia) quanto os irmãos Natan Francisco de Carvalho e Elia de Carvalho fizeram parte do PCB na URSS, pois não há ICBUS em Goiás, e a obtenção da bolsa de estudos, nesses casos, só é possível com a ajuda do PCB.<sup>119</sup>

Esse não é o único documento do SNI em que se menciona a participação dessas jovens mulheres junto ao PCB ou que as vinculam às ações consideradas subversivas: “Hélia participou de pichação realizada na Vila União e Vila Coimbra onde dentre as frases escreveram ‘Abaixo ao 477’, ‘Anistia Geral’”,<sup>120</sup> “Maria Efigênia de Carvalho Barros chegou à URSS em agosto de 1971, tendo estudado medicina na UAPPL, onde foi membro da OB/PCB”.<sup>121</sup> Consta ainda a exagerada acusação de que “Hélia Francisco de Carvalho, irmã de ambos (Maria Efigênia e Natan), em 1973 viajou para o Chile, com a finalidade de fazer treinamento de guerrilhas”.<sup>122</sup> De acordo com o depoimento citado anteriormente, a viagem de Élia para a URSS teria partido do Chile, contudo, mesmo que sua atuação como membro efetiva do PCB seja confirmada, o Partido não considerou a guerra de guerrilhas como alternativa dentro de sua perspectiva de ação para o combate à Ditadura Militar.

---

<sup>118</sup>Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_ccc\_74006053\_d0001de0001, Depoimentos de subversivos, 1974.

<sup>119</sup>Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_rrr\_82003181\_d0001de0001, José Fernandes de Carvalho, 1974.

<sup>120</sup>Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_72049114\_d0001de0001, Atividades do Partido Comunista Brasileiro em Goiás, 1972.

<sup>121</sup>Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_80006737\_d0001de0001, Atividades do Partido Comunista Brasileiro em Goiás, 1980.

<sup>122</sup>Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_79002261\_d0001de0001, Natan Francisco de Carvalho Antecedentes, 1979. Essa acusação possivelmente foi feita em função dos acontecimentos ocorridos no Chile, com a deposição do presidente Salvador Allende em 1973, ano em que Élia teria estado no país. O golpe militar liderado por Augusto Pinochet se insere na onda de golpes ocorridos na América Latina, que também afetou o Brasil, apoiados pelos Estados Unidos que temiam o avanço do socialismo no continente, inserido na lógica de Guerra Fria.

A despeito da veracidade dessa informação, emergem outras indagações; se a atuação da militante Élia era tão significativa a ponto de realizar um treinamento de guerrilhas em outro país, por que a quantidade de documentos da repressão sobre ela, se comparada ao irmão Natan, é menor? Por que a militante não possui um dossiê específico em nenhum órgão de segurança e/ou informação que investigue esse treinamento? Questões essas que podem ser respondidas pela subestimação da repressão em relação às ações de mulheres militantes, conforme mencionada nos capítulos anteriores ou, como é o mais provável neste caso, a falsa suposição de que a estudante tenha ido ao Chile para treinamento guerrilheiro.

Como foi dito, Maria Efigênia e Natan partiram para o intercâmbio na URSS em 1971 e a irmã Élia ingressou na UAPPL no ano de 1973. Ao buscar informações sobre eles na documentação do SNI, os dados se avolumam permitindo constatar que não apenas três irmãos Carvalho dirigiram-se para o intercâmbio na União Soviética, mas cinco. Somam-se aos três, Paulo Afonso Francisco de Carvalho, que viajou em 1977 para a UAPPL e cursou Agronomia, e Lene Francisco de Carvalho que ingressou naquela Universidade, em 1978, para cursar Medicina. Todos compunham uma família comunista com um total de onze irmãos, filhos de Rodolfo Francisco Fernandes de Carvalho e Ercília Alves de Carvalho. Há ainda um dossiê do SNI que investiga os irmãos de Rodolfo Carvalho, tios e tias de Élia e Maria Efigênia, que residem em Goiânia, Uruaçu e Minaçu. De acordo com o documento, “Com exceção de João Fernandes Carvalho, todos os seis irmãos são adeptos do comunismo”.<sup>123</sup> Caso tal conteúdo seja verídico, indica que outras duas cidades do interior do estado também contavam com membros e simpatizantes do PCB, também monitorados pela polícia política. Além disso, essas informações reiteram a influência que os laços e o ambiente familiar poderiam exercer enquanto um vetor de socialização do comunismo, como já foi tratado no capítulo 2.

Sabendo que jovens goianos, especialmente mulheres relacionadas ao PCB, fizeram intercâmbios na URSS durante a Ditadura, bem como os meios de obtenção das bolsas de estudo, a Universidade que se dirigiram, indagamo-nos sobre como se deu a experiência dessas jovens na União Soviética. O Sistema Nacional de Informação tinha como *modus operandi* a busca pelo máximo de informações possíveis dos/as investigados/as, como foi apresentado no capítulo 1. Diante disso, alguns documentos revelam-nos sobre a vida dessas militantes na União Soviética.

---

<sup>123</sup>Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_rrr\_82003181\_d0001de0001, Subversivos brasileiros no exterior, 1972.

Nesse sentido, encontramos registros de cartas escritas por Natan e Maria Efigênia na URSS e endereçadas a seus familiares no Brasil que foram interceptadas pelo SNI. Porém, no acervo do órgão somente as cartas de Natan estão disponíveis na íntegra, as de Maria Efigênia não foram anexadas ao dossiê que as reporta. A análise dessas correspondências contribui para que possamos compreender as vivências das/dos intercambistas em um país de clima, língua e cultura diferentes do Brasil. Dessa forma, analisaremos a carta escrita por Natan sobre a vida na URSS com a irmã Maria Efigênia, onde também cita Élia:

Por aqui segue tudo normalmente, a gente estudando o máximo possível, pois é a única obrigação que temos aqui, é estudar muito para fazer um curso bem feito, como disse antes, será 1 ano de preparatório, 5 anos de instituto, e mais 1 ano de especialização, serão 7 anos de estudos inclusive prática e especialização. Aquilo que conversamos antes de Moscou é uma cidade muito grande e bonita e há uma grande civilização aqui, são 8 milhões de habitantes como você pode notar é maior que São Paulo. E são tantas as novidades que é até difícil enumerar. Moscou é uma cidade muito fria, hoje estava a -10 graus e está nevando muito. A **Mariquita** estranhou bastante o clima e pegou uma gripe forte, mas já melhorou, mas eu não senti nada com a mudança de temperatura. Mas doença aqui não é problema pois temos um grande hospital só por conta dos estudantes. Nem remédio é preciso comprar. **Anime a Élia a passar no vestibular de Goiânia, mas se não conseguir insista com o Tio José para ver se consegue uma bolsa para ela estudar aqui, de maneira que ela não perca mais tempo e a gente se forme ao mesmo tempo** (grifo nosso).<sup>124</sup>

A correspondência é escrita por Natan à Oswaldo Francisco Carvalho, cujo endereço de destino é a cidade de Anápolis – Goiás. Como apura o dossiê em que a carta estava anexada, Oswaldo seria um dos tios de Natan e Maria Efigênia que possuía relações com o Partido Comunista, assim como o “Tio José” mencionado ao fim do trecho. Esse último é descrito como “adepto do Marxismo-Leninismo, antes de 1964 pregava ostensivamente sua ideologia, época em que mantinha frequentes contatos com o ex-deputado Tibúrcio, cassado pela Revolução”.<sup>125</sup>

De acordo com o SNI, “Tio José”, ou José Fernandes de Carvalho, teria atuado possibilitando a obtenção de bolsas de estudos na URSS aos sobrinhos.<sup>126</sup> Como solicita Natan, o tio poderia conseguir também uma bolsa de estudos à Élia, caso não fosse aprovada no vestibular em Goiânia, o que de fato ocorreu, já que Élia viajou à União Soviética em 1973. O excerto retirado da carta interceptada conta aspectos da vida cotidiana dos estudantes,

<sup>124</sup> Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_rrr\_82003181\_d0001de0001, 1971.

<sup>125</sup> Idem.

<sup>126</sup> José Fernandes Sobrinho, tio das irmãs Élia Carvalho, Maria Efigênia Carvalho e de Natan Carvalho, era conhecido em sua cidade, Uruaçu, pela forte militância dentro do Partido Comunista Brasileiro, chegou a atuar intensamente nos movimentos sociais em resistência à ditadura. Na região em que morava participou da luta camponesa de Trombas e Formoso. Sofreu na prisão durante o regime. Após a redemocratização se candidatou a senador pelo PCB em 1986, mas não foi eleito. José Fernandes foi membro da União Brasileira de Escritores, seção Goiás, publicando várias obras de cunho regional (ADORNO, 2015, p. 33).

como o clima frio que afetou Mariquita, certamente um apelido carinhoso de Maria Efigênia, a rotina de estudos na UAPPL, que envolve muitos anos para a formação em medicina, graduação que ambos cursaram. Além disso, o jovem, assim como fez Maria Stela no fragmento apresentado acima, empregou também em sua correspondência um tom elogioso à URSS, enaltecendo o sistema de saúde, onde é oferecido hospital e remédio aos estudantes: “doença aqui não é problema”.

O remetente, já sabendo que a carta poderia não chegar ao destino, deixa um recado em uma das páginas: “as vezes há desvio de cartas, por isso é bom a gente escrever sempre para não perder o contato”.<sup>127</sup> É provável que a carta nunca tenha chegado ao seu destino. O dossiê sobre interceptação de correspondência teve a carta anexada em março de 1972, alguns meses após o envio.

Há outros dois dossiês do SNI sobre o recolhimento de cartas provenientes da URSS. Esses documentos contêm uma breve investigação sobre os antecedentes do destinatário. Uma das correspondências é de novembro de 1971, escrita por Maria Efigênia à sua irmã Élia, que fora descrita pela polícia política como estudante universitária que

prestou vestibular, pretendendo estudar medicina na UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, não tendo obtido aprovação; Pretende em julho fazer vestibular na UnB; e 3) Seus irmãos na RÚSSIA acenam-lhe com a possibilidade de a mesma estudar naquele país, caso não o consiga no BRASIL.<sup>128</sup>

Ao fim do documento, há uma observação de que a carta não se encontra no anexo. Em uma das cartas interceptadas há a informação: “O remetente da correspondência Natan Francisco de Carvalho, bem como sua irmã Maria Efigênia de Carvalho, em cartas a outros destinatários têm procurado induzi-los a estudar com eles na Rússia”.<sup>129</sup> Essa foi a justificativa utilizada pela repressão para apreensão das cartas enviadas pelos irmãos goianos na URSS. O convite a novos estudantes para viajar à União Soviética representava para a repressão uma possível ameaça à Segurança Nacional, já que esses jovens poderiam voltar disseminando o comunismo em solo brasileiro. Ao final do dossiê há a seguinte observação: “O documento da referência foi destruído por conter dados relevantes. Não ficou exemplar do anexo nesta

---

<sup>127</sup>Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_rrr\_82003181\_d0001de0001, José Fernandes de Carvalho, 1971.

<sup>128</sup>Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_rrr\_83006630\_d0001de0001, Marconi de Arruma Correspondência Apreendida, 1971.

<sup>129</sup>Arquivo Nacional, Sian, br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_rrr\_82002994\_d0001de0001, Waleria Gomes Andrade, Correspondência Apreendida, 1972.

agência”.<sup>130</sup> O trecho suscita o questionamento sobre quais dados relevantes essa correspondência continha.<sup>131</sup>

A vida de intercambistas brasileiros na União Soviética continuou sendo monitorada pelo Sistema Nacional de Informação durante os anos que estiveram lá. Em dossiê produzido no mês de novembro de 1974, cujo assunto era “Atividade de brasileiros na Rússia”, os irmãos, agora acompanhados de Élia, são mencionados:

Natan Ferreira de Carvalho, Maria Efigênia de Carvalho e Élia Francisca de Carvalho encontram-se na Rússia. Os três são filhos de Rodolfo Francisco de Carvalho, residente em Goiânia e ligado a atividades do PCB. Notícias obtidas junto aos seus familiares evidenciam o seguinte: Maria Efigênia de Carvalho casou-se na Rússia com Paulo de tal e está grávida. Seu marido esteve recentemente (set a out 74) no Brasil e visitou os sogros em Goiânia (GO). Élia Francisca de Carvalho casou-se em Out 74 com um estudante carioca também de nome Paulo, que chegou à Rússia no ano de 1973, e estuda medicina.<sup>132</sup>

O pai das jovens estudantes, sempre que citado, é associado ao PCB, demarcando a relação da família com o partido. Ao mencionar a origem das informações recolhidas no documento acima, o órgão afirma que foram obtidas junto a familiares, mas quais familiares? Sob quais condições essas pessoas foram interrogadas?

É possível inferir a existência de tortura física e/ou psicológica na obtenção dessas informações, especialmente se considerarmos que na visita feita pelo Dops à casa de Rodolfo, em 1971, o próprio departamento relata o medo e nervosismo dele, como analisamos acima. Durante a estadia na União Soviética, as duas irmãs teriam se casado; uma delas, como é destacado, com um carioca, o que reforça a ideia de que não era incomum encontrar intercambistas brasileiros na URSS. Nesse informe, relatam também que Maria Efigênia estaria grávida de seu companheiro, com quem se casou na União Soviética. Os dados são minuciosamente pessoais e indicam o extenso monitoramento empreendido pela repressão.

No mês de abril de 1979, Maria Efigênia tem seu nome figurado nas páginas do jornal *Folha de São Paulo*, veículo de imprensa de circulação nacional. A reportagem recolhida pelo SNI tinha como título “Dois Exilados na URSS receberam passaporte”:

Brasília (Sucursal) – O Ministério das Relações Exteriores autorizou a embaixada de Moscou a fornecer passaportes para Ernesto Augusto Bernardi e Maria Efigênia, dois brasileiros residentes na União Soviética que vinham sendo privados deste documento [...] Embora estas “cobranças” dos órgãos de informação venham se

<sup>130</sup> Idem.

<sup>131</sup> Outra remetente que recebeu cartas de Maria Efigênia e Natan foi sua tia Otília Fernandes Guimarães. Citada no capítulo 1. Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_rrr\_82002993\_d0001de0001, Otília Fernandes Guimarães – Correspondência apreendida, 1972.

<sup>132</sup> Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_rrr\_82003560\_d0001de0001, Atividades de Brasileiros na Rússia, 1974.

tornando, aparentemente, o caminho natural para que brasileiros em situação irregular no exterior, pelas dificuldades criadas pelas nossas embaixadas, consigam seus documentos, o Itamaraty, segundo o porta-voz, autorizou a todas que concedam passaportes para pessoas que não respondem processos no Brasil. Aos órgãos de segurança seria “muito difícil elaborar uma lista destas pessoas processadas no Brasil”, alegou o porta-voz.<sup>133</sup>

O texto produzido pela sucursal de Brasília da Folha de São Paulo tem como tema a privação de passaportes de brasileiros no exterior. É interessante notar que ao longo da reportagem são citadas três pessoas que estariam enfrentando problemas com a Embaixada, duas das quais residiam na União Soviética, sendo uma Maria Efigênia, e outra em Cuba, apenas países de regime socialista. Outro trecho salutar é o apontamento feito sobre as dificuldades dos órgãos de informação em produzir uma lista de todas as pessoas no exterior que respondiam processo no Brasil. Esse suposto empecilho não converge com a grande quantidade de dossiês investigativos encontrados nos acervos do SNI sobre intercambistas brasileiras e brasileiros na URSS, os quais tinham sob monitoramentos até aspectos particulares de suas vidas.

Cabe mencionar, portanto, as dificuldades enfrentadas por Maria Efigênia à época: a impossibilidade de retornar ao seu país de origem, com filho ou filha em idade infantil (se a informação anterior de sua gravidez, datada de 1974, fosse verdadeira) e, para completar, provavelmente sem o auxílio alimentação e bolsa da Universidade, já que tinha concluído o curso de Medicina. Nos primeiros anos da década de 1980, ao retornarem ao Brasil, as irmãs Maria Efigênia e Élia tentam revalidar seus diplomas universitários para ingressar no mercado de trabalho enquanto médicas, e encontram dificuldades. A primeira a solicitar revalidação pela UFMG em novembro de 1980 junto ao MEC foi Élia. Sua solicitação foi indeferida

No despacho de indeferimento o Sr Secretário diz que “se o interessado se julgar prejudicado pode recorrer para o Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, desde que instrua o recurso com elementos novos que permitam o reexame mais aprofundado da matéria” Não esclareceu, entretanto, o fundamento do indeferimento, nem quais seriam os “novos elementos”.<sup>134</sup>

Maria Efigênia dá entrada em seu pedido no ano seguinte, em maio de 1981. Essa, por sua vez, solicita o diploma junto à UFRJ, e a resposta de indeferimento é a mesma da irmã.<sup>135</sup> A impossibilidade de revalidação dos diplomas decorre de uma mudança deliberada pelo regime militar nos trâmites dessa ação. Até 1975, as Universidade brasileiras credenciadas

<sup>133</sup>Arquivo Nacional (Sian), Br\_Dfanbsb\_V8\_Mic\_Gnc\_Eee\_79000887\_D0001de0001, Regresso de exilado, 1979.

<sup>134</sup>Arquivo Nacional (Sian), Br\_Dfanbsb\_V8\_Mic\_Gnc\_Aaa\_83031087\_D0001de0001, Revalidação de diploma expedido por estabelecimento de ensino superior de país de governo comunista”, 1981.

<sup>135</sup>Idem.

possuíam autonomia para revalidar diplomas estrangeiros; no entanto, com a pressão dos órgãos de informação e segurança, visando desestimular o intercâmbio na URSS, é emitido um Aviso Circular Reservado (Nº 122, de 26/02/1975) do Ministério da Educação às Universidades determinando que os processos de revalidação de diplomas obtidos em países sem acordo cultural com o Brasil fossem primeiro enviados ao Ministério (MOTTA, 2012, p. 12).

As irmãs evidentemente recorreram a essa decisão do MEC, e ambas enviam uma carta ao Ministério da Educação e Cultura justificando a ida à URSS. Élia, de maneira mais sucinta, explica:

Em atenção ao pedido deste Ministério para esclarecer por que fui estudar na União Soviética, informo que a razão se deveu ao fato de pertencer a uma família numerosa e de poucos recursos financeiros. Meus pais tem 78 e 58 respectivamente e somos 10 (dez) irmãos. Como não dispunha de meios próprios para prosseguir meus estudos em nível superior, solicitei “bolsa de estudos” no supramencionado país, sendo atendida. Tão logo concluí o curso de medicina a que me havia proposto, regressei ao Brasil.<sup>136</sup>

A carta datada de março de 1981, três meses após o primeiro indeferimento, possui a assinatura de Élia ao final, mesmo estando datilografada. No mesmo dossiê, um anexo de 1983, consta que a resposta dada a carta foi novamente a negativa:

Examinadas as razões apresentadas por ELIA FRANCISCA DE CARVALHO e levando em conta os dados sobre ela disponíveis, a AC/SNI é de parecer que, sob o aspecto de “Segurança Nacional”, existe contra-indicação a revalidação do diploma de Médica, obtido na Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba, Moscou/URSS.<sup>137</sup>

A “Segurança Nacional” mencionada pelos documentos, trata-se de uma doutrina militar gerada nos Estados Unidos, comumente utilizadas pelas ditaduras militares na América Latina entre os anos 1960 e 1980, que remetia ao combate o chamado inimigo interno, isto é, possíveis infiltrados do comunismo internacional, ameaçadores da paz social, pessoas consideradas subversivas (MIGUEL, 2002, p. 1). Nesse sentido, a revalidação dos diplomas havia sido negada pois, de acordo com essa doutrina, possivelmente atribuíram à Élia o papel de infiltrada comunista.

Maria Efigênia, ao tentar recorrer da decisão, enviou uma carta com linguagem tocante ao então Ministro de Educação e Cultura, Rubem Carlos Ludwig. A carta é bastante elucidativa, conforme a transcrição integral abaixo:

---

<sup>136</sup> Idem.

<sup>137</sup> Idem.

Senhor Ministro

Há mais de dois anos regressei do exterior com um diploma de médico nas mãos convicta de que, no meu país, poderia exercer tranquilamente a minha profissão e cuidar dos meus três filhos pequenos sem maiores problemas. Todavia, tenho encontrado grandes dificuldades para registrar o diploma que foi concedido após anos e anos de estudos e sacrifícios, pela Universidade Patrice Lumumba, de Moscou.

A pobreza, Senhor Ministro, nos leva muitas vezes, a estranhos caminhos. Filha de um modesto casal de agricultores de Uruaçu, Estado de Goiás, ali residi com mais dez irmãos, até aos 17 anos e onde consegui o 1º e 2º grau do ensino básico, meta inicial para atingir um sonho carinhosamente acalentado: tornar-se médica.

Diante da falta de recursos que me impedia de preparar-me para um vestibular de qualquer faculdade, recorri às embaixadas estrangeiras, num último esforço para realizar meu ideal. A resposta favorável veio da União Soviética, e para lá segui munida de passaporte concedido pelas autoridades competentes.

**Nenhum motivo, Excelência, me levou àquele país senão o desejo de estudar medicina. Por anos e anos enfrentei solidão, o frio, a língua estranha e a saudade da pátria. Por anos e anos contei os dias e as noites que me separavam do regresso ao meu país. Já casada, com um brasileiro, e com filhos pequeninos desembarquei no Rio cheia de esperanças de começar uma vida nova e estável.**

Após o cumprimento das formalidades exigidas solicitei ao MEC o registro do meu diploma que me daria, então, o direito ao trabalho [...]. Enquanto espero, e a espera já tem sido longa, desgastante e angustiada, vou **exercendo a minha missão de médico, em caráter de treinamento sem nenhuma remuneração pelos serviços prestados.** Há pouco tempo, Senhor Ministro, submeti-me ao concurso de residência médica para o Hospital Salgado Filho. Mais de 500 candidatos para, apenas, 2 vagas. Fui aprovada para uma delas e estou na iminência de perder essa oportunidade, se Vossa Excelência não vier, com urgência, em meu socorro, autorizando o registro do meu diploma.

Senhor Ministro, não quisera cansar Vossa Excelência com maiores detalhes mas é importante que **saiba que atualmente resido no Rio de Janeiro com meu sogro doente e paralítico (minha sogra se encontra atualmente internada no Hospital para doentes mentais), juntamente com meus três filhos de 7, 5 e 2 anos de idade, e meu marido, que como eu, luta por um lugar ao sol. Meus pais residem ainda em Goiás, onde vivem pobremente já idosos e doentes; meu pai, também é paralítico e minha mãe sofre de doença de Chagas. Angustio-me terrivelmente por não poder sequer, ajudá-los.** Tais fatos poderão ser comprovados, com a maior facilidade, de acordo com os dados que forneço anexo. Servirão para que Vossa Excelência possa ter uma melhor visão da situação aflitiva em que me encontro.

Senhor Ministro, nas mãos de Vossa Excelência deposito minhas últimas esperanças de poder exercer a profissão para a qual me preparei com tanto sacrifício.

Confiante no espírito de justiça de Vossa Excelência que tanto respeito e admiração tem despertado entre os brasileiros pela serenidade e segurança com que tem se conduzido à frente do mais importante dos Ministérios do Governo, aquele que mais de perto é responsável pelo futuro do Brasil, subscrevo-me atenciosamente e respeitosamente.<sup>138</sup> (Grifo do autor).

Pontuando as dificuldades enfrentadas para revalidar seu diploma desde que regressou ao Brasil, Maria Efigênia justifica sua incursão à URSS como única oportunidade tida para realizar o sonho de ser médica. Ao mencionar a pobreza vivida enquanto uma dos dez filhos de um casal de agricultores do interior de Goiás, afirma que esta condição pode levar a “caminhos estranhos”. Mas quais caminhos estranhos seriam esses? A ida à União Soviética? A associação ao comunismo? O termo deixa em aberto às interpretações. Segue dizendo que

<sup>138</sup> Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_82026119\_d0001de0001, Revalidação de diploma expedido por estabelecimento de ensino superior de país de governo comunista, 1982.

sua viagem à URSS teve como única motivação os estudos, trecho grifado pelo órgão. Reiterar essa informação é importante enquanto justificativa, já que ela foi investigada por manter relações com o PCB, e tenta deixar claro que seu objetivo era a graduação em Medicina, e não motivações políticas. Na carta, Maria Efigênia conta ainda, em tom que gera comoção, o difícil contexto vivido, com pais e sogros doentes, com filhos pequenos para sustentar, e a impossibilidade de trabalhar em sua área de formação para ajudar nos proventos. Por fim, utiliza como recurso argumentativo os elogios ao ministro responsável pela validação do diploma.

É certo que mesmo se houvesse vinculação de Maria Eugênia ao projeto político socialista, empreendido pelo PCB, tendo motivado a sua permanência na URSS, o cenário político brasileiro exigia a ocultação, ainda mais frente às condições materiais de seus familiares, descritas pela jovem médica.

Ela participou de um concurso para residência médica no Rio de Janeiro, fora aprovada e fora impedida de tomar posse, como mencionado na correspondência. O SNI reporta e investiga o ocorrido:

Em 1982, Maria Efigênia Carvalho de Barros - formada em Medicina pela UAPPL em 1979 - foi aprovada em concurso público para médico do Município do Rio de Janeiro/RJ. Sua contratação somente não foi efetivada em virtude de seu diploma não ter sido reconhecido pelo MEC. Após recente nomeação do 1º Escalão da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Maria Efigênia de posse da documentação exigida, solicitou a LUIZ CARLOS PRESTES para interceder a seu favor junto ao Secretário Municipal de Saúde. Dr. Julio Sanderson de Queiroz, a fim de que este revalide aquele concurso, visando a sua nomeação na atual Administração Municipal. Maria Efigênia, quando estudante na UAPPL, foi membro da OC/PCB daquela Universidade.<sup>139</sup>

Destaca-se a informação de que a ex-intercambista teria recorrido à ajuda de Luiz Carlos Prestes, um dos principais dirigentes do PCB, para intermediar o diálogo com o secretário municipal de saúde do Rio de Janeiro, a fim de revalidar o concurso em que foi aprovada.<sup>140</sup> O suposto contato entre a goiana e uma figura histórica do Partido, mesmo que

---

<sup>139</sup> Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_83032725\_d0001de0001, Revalidação de diploma expedido por estabelecimento de ensino superior de país de governo comunista, 1983.

<sup>140</sup> Luiz Carlos Prestes é um dos nomes mais importantes da história do Partido Comunista Brasileiro. Dentre os feitos que lhe cabem: liderou a Coluna militar que percorreu o interior do país entre 1925 e 1927, fugindo das forças legalistas e tentando expandir a ideia revolucionária pelo Brasil, movimento que fora batizado em homenagem a sua atuação como Coluna Prestes; após estadia na URSS, retorna em 1935 na condição de membro da Comissão Executiva da Internacional Comunista; lidera Insurreição de novembro de 1935, movimento também denominado como Intentona Comunista; foi prisioneiro político durante o Estado Novo; com o fim do período ditatorial, foi anistiado e eleito senador pelo Distrito Federal; e secretário geral do PCB durante quarenta anos (MOREIRA, 2012, p. 267). Sua longa e importante trajetória lhe conferiu o papel de mito político moderno, envolto em uma narrativa de atos heróicos e a encarnação de utopias que mobilizaram a esperança (MOTTA, 2004, p. 92).

não tenha sido confirmada a veracidade da afirmação feita pelo SNI, desvela tanto o trânsito de militantes goianos com a liderança nacional do PCB quanto o peso e a influência que a ida à União Soviética conferia aos militantes do partido, facilitando à Maria Efigênia, uma jovem nascida no interior de Goiás, o diálogo com um dos maiores líderes comunistas no país.

Como resultado das consecutivas tentativas de revalidação do diploma, Maria Efigênia tem a solicitação deferida pelo Ministério da Educação e Cultura:

Examinadas as razões apresentada por Maria Efigênia de Carvalho Barros e levando em conta os dados sobre ela disponíveis, a AC/SNI é de parecer que, sob o aspecto de “Segurança Nacional”, não existe contra-indicação à revalidação do diploma de médica, obtido na Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba (UAPPL), Moscou/URSS.<sup>141</sup>

Dos dossiês sobre revalidação de diploma das irmãs e irmão Carvalho, encontrados no acervo do SNI, a única solicitação deferida foi a de Maria Efigênia. Possivelmente, a carta com riqueza de detalhes sobre a sua vida e dificuldades enfrentadas em função da ausência do diploma, tenha persuadido os funcionários do SNI a expedir um documento de liberação, isentando-a dos aspectos relacionados à “Segurança Nacional”.

Permanece, ainda, a dúvida sobre o que teria ocorrido com Élia e Natan, que também buscavam revalidar seus diplomas, mas que os documentos encontrados mostram seus pedidos negados. Constatamos que ambos possuem atualmente registro ativo no Conselho Regional de Medicina e atuam no estado de Goiás, Élia como pediatra e Natan como angiologista. Fica claro que qualquer relação com a URSS, mesmo que de maneira inocente, descompromissada das questões ideológicas, o que parece não ser o caso da família Carvalho, tinha impacto no cotidiano profissional dessas e desses goianos.

Outro caso que guarda semelhanças com o das irmãs Carvalho é o de Clênia Modes Sampaio, goiana que também cursou Medicina na UAPPL, com bolsa de estudos. Ela e seu esposo Geraldo Afonso Rodrigues Sampaio, que também obteve bolsa de estudos só que para o curso de Planificação da Economia Nacional, saíram do Brasil com rumo à Argentina (ou Chile, há uma confusão de informações na documentação consultada), em 1972, e de lá ingressaram para a Rússia. O casal já estava sendo monitorado pela repressão por terem sido citados no IPM do PCB-GO, o que evidencia suas vinculações ideológicas. A militância no Partido Comunista desvela possíveis intenções em cursar graduação na União Soviética, local que representava um modelo de uma sociedade ideal para os membros dessa organização.

---

<sup>141</sup> Arquivo Nacional, Sian, br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_82026119\_d0001de0001, Revalidação de diploma expedido por estabelecimento de ensino superior de país de governo comunista, 1982.

Sobre as condições que se deram a viagem para a URSS, a Divisão de Segurança e Informação do Ministério das Relações Exteriores, relata que os dois teriam partido de ônibus do Rio Grande do Sul para o Chile em agosto de 1972. Ao descobrirem, no mesmo ano, que haviam conseguido a bolsa de estudos na UAPPL, solicitaram passaporte no Consulado Geral de Santiago, uma vez que haviam partido somente com documento de identidade. Foram informados pelo consulado que “só obteriam passaportes se retornassem ao BRASIL; como os cursos em MOSCOU deveriam iniciar-se em curto prazo, preferiram viajar para aquela capital com documentos fornecidos pelas autoridades chilenas, ali chegando em. JUL/73”.<sup>142</sup>

Outros órgãos de informação e segurança foram comunicados sobre o intercâmbio do casal comunista para a URSS, e, em 1972, o SNI estabelece que:

Determinando que não seja concedido passaporte, visto de saída ou autorização de embarque para o exterior a diversas pessoas, dentre as quais Clênia Modes Sampaio e Geraldo Afonso Rodrigues Sampaio, com recomendação de que, caso localizados, fossem “**detidos e mantidos incomunicáveis**, pois são candidatos à Universidade Patrice Lumumba/URSS. O casal deixou o território brasileiro clandestinamente através da Argentina”<sup>143</sup> (Grifo nosso).

Clênia e Geraldo teriam viajado para a União Soviética sem o passaporte emitido pelo governo brasileiro. É provável que suas atividades políticas progressistas possam ter contribuído para a expedição do mandado de detenção. O excerto destaca que caso fossem localizados, deveriam ser detidos e mantidos incomunicáveis, evidenciando que o casal obteve complicações com o Estado logo na saída do país. Esses problemas continuaram, e, em 1975, já em solo soviético, o marido de Clênia, Geraldo Sampaio, foi condenado pela Justiça Militar brasileira a quatro anos de reclusão por tentativa de reorganizar o PCB em Anápolis.<sup>144</sup>

Durante a estadia lá, poucos documentos foram produzidos sobre Clênia, se comparado à quantidade realizada após seu retorno ao Brasil. Em 1982, em dossiê sobre revalidação de diplomas de brasileiros na União Soviética, além de Élia, Maria Efigênia, Natan e outros intercambistas, Clênia é citada como uma das solicitantes. Ela participou de uma entrevista para a revista *Veja* em dezembro de 1982 sobre o assunto, e a reportagem foi anexada ao dossiê:

<sup>142</sup> Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_80007469\_d0001de0001, Tentativas de infiltração em estabelecimento de ensino, 1979.

<sup>143</sup> Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_rrr\_83004283\_d0001de0001, Estudantes brasileiros no exterior Clenia Modes, 1972.

<sup>144</sup> Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_80007469\_d0001de0001, Tentativa de infiltração em estabelecimentos de ensino Geraldo Afonso Rodrigues Sampaio, 1973 - 1980.

Imagem 2: Reportagem de Anapolinos para a revista *Veja*

Fonte: Arquivo Nacional, Sian, br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_rrr\_83003978\_d0001de0002, tentativa de obtenção de recurso legal para revalidação de diploma expedido pela União Soviética, 1982

Na imagem, Clênia está sentada entre outros dois goianos que cursaram graduação na UAPPL; Júlio Rabelo, o homem em pé à esquerda, formado em Engenharia, e à direita Geraldo Sampaio, seu esposo, formado em Economia. A reportagem intitulada “Diplomas inúteis” fala sobre os formados pela União Soviética que enfrentam problemas no Brasil para a revalidação do documento. O tema teria voltado à ordem do dia após a ação judicial movida por Anita Leocádia Prestes, filha de Luiz Carlos Prestes, que não conseguiu revalidar seu diploma em Economia obtido também na URSS. Entre as suas críticas, Anita destaca o contexto de Guerra Fria, ao assinalar que diplomas recebidos por Universidades de outros países, como os Estados Unidos, conseguem revalidação, ao contrário dos diplomas de origem soviética. Como resposta, a ministra da pasta, Esther Ferraz, se esquiva e diz não conhecer ninguém que teria conseguido êxito na revalidação cujo diploma fosse da União Soviética, exceto a médica Myrna Sánchez. Como mencionado acima, a goiana Maria Efigênia em 1982, ano da reportagem, já havia conseguido revalidar seu diploma, caso desconhecido pela ministra. De acordo com o recorte de jornal, essas dificuldades para revalidação são refletidas na vida dos diplomados, que foram levados a realizar outros tipos de trabalho, como indica a reportagem sobre os jovens goianos, o engenheiro Júlio Rabelo, a médica Clênia Sampaio e o economista Geraldo Sampaio:

Os três vivem em Anápolis, a 150 quilômetros de Brasília. Rabelo ganha a vida como vendedor de pré-moldados, Clênia ajuda num hospital e Sampaio leciona numa faculdade de Economia de Anápolis, que não pode contratá-lo.<sup>145</sup>

É curioso o fato de a revista *Veja*, um veículo de circulação nacional com sede em São Paulo, utilizar o exemplo e a imagem de três goianos, e todos de Anápolis, em sua reportagem. Por que Goiás? E por que intercambistas de Anápolis e não de uma cidade com maior expressão no estado como a capital Goiânia? A explanação do caso de intercambistas goianos pode sugerir que a ida de estudantes deste estado à URSS, em relação a outros da federação brasileira, era numericamente significativa. O fato dos três jovens na foto residirem na cidade de Anápolis não é mera coincidência. Como já discutido nos capítulos anteriores, Anápolis possuía uma grande concentração de militantes do PCB-GO, e como a documentação indica, as bolsas de estudo podem ter sido intermediadas pelo próprio partido, logo, infere-se que o grande número de anapolinos realizando intercâmbio na URSS esteja relacionado à expressão do Partido na cidade.

No ano seguinte, em 13 de junho de 1983, Clênia enviou uma carta ao MEC solicitando a validação de seu diploma com o seguinte trecho:

Declaro, ainda, que ali fiz o curso porque, encontrando-me no exterior, interessada em formar-me em medicina, entrei em contato com Universidades de alguns países e, analisando as situações e condições existentes, optei por frequentar a que frequentei em virtude não só do conhecimento, que me foi noticiado do bom nível do seu ensino, como porque era a única em que, nos termos do convite a mim endereçado, seria – como fui – beneficiária de uma bolsa de estudos, a qual, segundo verifiquei, era capaz de possibilitar-me dedicação integral ao aprendizado. Por ser a verdade, firmo a presente.<sup>146</sup>

De maneira bastante sucinta, Clênia explica o porquê optou pela UAPPL na União Soviética, sendo a única das opções que a oferecia bolsa de estudos. Como mencionado anteriormente em outros relatos, a UAPPL oferecia não só a gratuidade dos estudos como um auxílio em dinheiro para os alunos manterem sua estadia. A resposta do MEC foi exatamente o mesmo texto expedido para Élia e Maria Efigênia em suas primeiras tentativas, “sob o aspecto de “Segurança Nacional”, existe contra-indicação à revalidação do diploma de Médica”.<sup>147</sup> No ano de 1985, segundo consta em uma lista de intercambistas que solicitaram revalidação, Clênia seguia com o status “indeferido” para seu pedido feito junto à Universidade Federal de Goiás.

<sup>145</sup> Arquivo Nacional (Sian), Br\_Dfanbsb\_V8\_Mic\_Gnc\_Rrr\_83003978\_D0001de0002, Tentativa de obtenção de recurso legal para revalidação de diploma expedido pela União Soviética”, 1982.

<sup>146</sup> Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_83034846\_d0001de0001, Revalidação de diploma expedido por estabelecimento de ensino superior de país de governo comunista, 1983.

<sup>147</sup> Idem.

Apurou-se que, atualmente, Clênia tem registro ativo no Conselho Regional de Medicina e atua como Ginecologista e Obstetra em cidades do interior do estado de Goiás, tendo conseguido a revalidação de seu diploma, ao que tudo indica, somente após o fim da Ditadura Militar.

Clênia Modes também atuou no Instituto de Cultura Brasil - União Soviética (ICBU) após seu retorno à Goiás. De acordo com a documentação do SNI, ela, assim como Natan Carvalho, foram membros do Conselho Consultivo da entidade no ano de 1984. Formado por vinte e um integrantes, o conselho contava ainda com a participação de comunistas de longa data do PCB em Goiás, como Basileu Pires Leal e José Sobrinho.<sup>148</sup> Tal fato, além de demonstrar um forte diálogo entre o PCB e o Instituto, evidencia um interesse por parte dos intercambistas que regressaram ao Brasil em divulgar a cultura soviética.

O longo período em que o Serviço de Informação monitorou as ações de Clênia Modes chama atenção. O último dossiê sobre ela encontrado no acervo do órgão é de 1990, ano em que o Brasil já vivia sob o governo de Fernando Collor, o primeiro presidente eleito democraticamente por voto direto após a Ditadura Militar. No documento, ela é citada por atuar na fundação do “Partido da Libertação Proletária”, que teria como tática a “implantação do socialismo no Brasil”.<sup>149</sup> Sua atuação viria do estado de São Paulo neste período, local onde sua família residia.

A última estudante a realizar intercâmbio na URSS, localizada na documentação pesquisada, é Nadir de Castro Tibúrcio. Ela teria sido reportada pelo Serviço Nacional de Informação como militante e/ou simpatizante com atuação comprovada no Partido Comunista Brasileiro.<sup>150</sup> A militante é comumente associada a homens na documentação, especialmente a seu irmão Tarzan de Castro, e a seu sogro Geraldo Tibúrcio, ambos com significativa trajetória política na esquerda do estado de Goiás.<sup>151</sup> Nadir e o esposo Luiz Carlos Tibúrcio

---

<sup>148</sup> Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_rrr\_84009214\_d0002de0003, Criação do Instituto Cultural Brasil URSS Goiás, 1984.

<sup>149</sup> Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_h4\_mic\_gnc\_qqq\_900004770\_d0001de0001, Secretaria de assuntos estratégicos da presidência da república, 1990.

<sup>150</sup> Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_rrr\_83005124\_d0001de0002, Organizações subversivas de ideologia comunista, 1983.

<sup>151</sup> Tarzan de Castro foi líder estudantil em Goiânia no Colégio Pedro Gomes, assessor do governador Mauro Borges quando ocorre sua deposição e instalação da Ditadura Militar, foi membro do PCdoB, PCB e MRT, foi torturado na prisão em Goiânia, fugiu para o Uruguai, se exilou no Chile e também foi torturado durante a Ditadura Militar de Pinochet. Sua trajetória extrapola os limites do continente americano e parte para uma temporada de treinamento estratégico e político na China, também recebe curso na União Soviética sobre as obras de Karl Marx, parte para França onde segue um exílio de sete anos até 1979. Com a Anistia no Brasil e a abertura democrática, regressa a seu país de origem, e durante o período democrático posterior é eleito como Deputado Estadual e Federal (CASTRO, p. 8 2016). Já Geraldo Tibúrcio, como mencionado nos capítulos anteriores, foi um dos líderes da Revolta de Trombas e Formoso, atuando durante a Ditadura como membro do Partido Comunista Brasileiro em Goiás.

vijaram para a URSS como bolsistas da Universidade *Patrice Lumumba*. Ela cursou Agronomia e ele Engenharia Mecânica. Não há o ano preciso de sua partida para a União Soviética, mas, segundo documentação, sua família a esperava em março de 1981 na cidade de Anápolis, após concluído o intercâmbio.<sup>152</sup>

Durante sua estadia no Leste Europeu, Nadir de Castro participou de uma entrevista, juntamente com outras três brasileiras, duas delas também eram goianas, para a revista *Mulher Soviética*, “uma revista política e literária do Comitê de Mulheres Soviéticas e do Conselho Central dos Sindicatos da União Soviética”.<sup>153</sup> Esse episódio foi documentado pelo Ministério da Aeronáutica e pelo Serviço Nacional de Informação, e a reportagem em questão foi anexada ao dossiê produzido pelo SNI, o qual transcrevemos:

Seremos úteis à Pátria

Decorreu em Moscovo, de 5 a 8 de Fevereiro, o seminário teórico do Comitê de Mulheres Soviéticas para as suas bolsistas. Atualmente há 800 bolsistas do CMS, provenientes de 59 países a estudar em diversos estabelecimentos de ensino da URSS. Durante o Seminário, o nosso correspondente conversou com a bolsista do Brasil, Nadir de Castro Tibúrcio e suas amigas, estudantes de escolas superiores de Moscovo e membros do Comitê de Mulheres Brasileiras na URSS, pedindo que falassem sobre si. Nadir de Castro Tibúrcio, estudante do 4º ano da Faculdade de Agronomia da Universidade Patrice Lumumba: - Posso dizer que tive a sorte no Brasil, de ingressar na Faculdade Econômica da Universidade, mas não pude continuar os meus estudos durante muito tempo, pois não tinha com que pagar as propinas, embora eu estudasse e trabalhasse simultaneamente, o meu salário não chegava para quitar as despesas com os estudos.

Aceitei sem pensar duas vezes o convite para vir estudar na União Soviética. Ainda hoje considero este dia como o mais feliz de toda a minha vida. As vossas condições de estudo são muito melhores do que a de qualquer estudante do Brasil tem. Estou a referir-me ao nível de ensino e diferentes serviços, à assistência médica gratuita, aos lares, também gratuitos, e a muitas outras coisas.

**Quando regressar à pátria, espero entregar os meus conhecimentos ao meu povo, não só na esfera profissional, como também na política e social.**

Montserrat Freixa Pascual - estudante do 4º ano da Faculdade de Física da Universidade Patrice Lumumba, que se especializa em Física de Corpos Sólidos: - No Brasil, há muito poucas possibilidades de alguém vir a estudar Física Teórica, além do mais, o nível de desenvolvimento deste ramo da ciência é bastante baixo. Quanto à União Soviética, ela representa um dos primeiros lugares do mundo em ciência. Estou muito feliz por ter a possibilidade de obter estudos e conhecimentos em uma Universidade Soviética. Faltam um ano e meio de estudos, depois do qual, espero voltar para o Brasil e debruçar-me sobre as investigações teóricas no domínio dos corpos sólidos num dos nossos centros de pesquisa. Eu quero ensinar Física na Universidade.

- Porque escolhi a profissão de física? Muito infelizmente, no Brasil pensa-se que as mulheres só devem preocupar-se em tarefas humanitárias e que as técnicas e precisas são de homens. Mas, ao meu ver, na ciência não pode existir uma divisão em profissões masculinas e femininas. Por exemplo, mais da metade das estudantes da Faculdade de Física da Universidade de Moscou são mulheres. Claro que não é fácil estudar ali, mas é sempre difícil aprender uma ciência quando se estuda a sério.

<sup>152</sup> Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_rrr\_82002575\_d0001de0001, Goianos selecionados para frequentarem curso na UAPPL, 1982.

<sup>153</sup> Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_eee\_81008962\_d0001de0001, Cursos na URSS, 1981.

Dinamélia Ribeiro de Oliveira Rabelo, estudante do 5º ano da Faculdade de Medicina da Universidade Patrice Lumumba: - Desde a infância queria ser médica, para poder ajudar as pessoas. Os estudos na URSS possibilitaram-se aproximar da realização deste sonho. Quero contribuir com o meu trabalho para a abertura de assistência médica às amplas massas populares no Brasil.

Durante os meus estudos na URSS visitei diferentes regiões do país e trabalhei num destacamento estudantil de estruturação das terras virgens do Casaquistão. Estou muito ligada a Moscou, casei aqui e foi nesta cidade que me nasceram os meus dois filhos.

[...] Entrevistador: - Todas vocês são membros do Comitê de Mulheres Brasileiras na URSS. Quando e para quê foi criado esse Comitê? Nadir de Castro Tibúcio: - O nosso principal objetivo na criação do nosso Comitê em 1973 foi estudar problemas referentes à situação da mulher em diversos países, bem como questões da luta pela paz, contra a exploração das trabalhadoras, e muitas outras. Montserrat Freixa Pascual: - E também preciso salientar mais um objetivo que tivemos quando criamos o nosso Comitê, trata-se da estreita união das estudantes brasileiras na URSS (ilegível). **Para nós o que tem importância é não só obter especialização, como também a capacidade de análises destes ou aqueles problemas, porque ao voltarmos para o Brasil, teremos de fazer muito na luta para uma verdadeira emancipação da mulher.** Dinamélia Ribeiro de Oliveira Rabelo: - Nos nossos estudos nós não nos limitamos puramente às questões femininas. Estudamos também a questão das crianças na sociedade, os problemas da mortalidade infantil no Brasil e em toda a América Latina, as questões da religião, realizamos palestras sobre o tema “Os Clássicos do Marxismo e a Questão Feminina” e muitos outros. No início de cada semestre nós escolhemos conjuntamente uma série de temas a estudar, e depois, encarregamos as nossas colegas, especialmente as dos últimos anos, de preparar uma conferência sobre essas questões. Em seguida discutimos. Por exemplo, Mirtes Dib Cruz deve dar uma conferência sobre o desenvolvimento da psicologia nos países socialistas e capitalistas. No ano passado, demos aulas sobre o tema “A Mulher e o Direito”. [...] Nadir de Castro: As massas populacionais dos países capitalistas são exploradas, e as mulheres e crianças são duas vezes mais. Por isso nós mulheres da nossa pátria, estamos necessariamente ligadas a essa luta contra a exploração do homem pelo homem. [...] Queria dizer mais algumas palavras sobre o trabalho do nosso Comitê. Nós não limitamos a nossa atividade. Por exemplo, no Ano Internacional da Mulher, por iniciativa do nosso Comitê, realizamos na Universidade um simpósio de mulheres representantes da América Latina, no qual se apresentou sobre a conjuntura da situação das Mulheres na América Latina. Além disso, realizamos mais ações em apoio ao povo da Nicarágua. Preparamo-nos ativamente para o Congresso Internacional de Mulheres em Berlim, cujos trabalhos apresentados foi de um membro do nosso Comitê, representando assim, neste fórum, todas as organizações femininas presentes nessa Universidade. Esta conferência atesta a alta apreciação das trabalhadoras do nosso Comitê. Para terminar, gostaria de dizer que no exemplo da URSS, deve ser resolvida a questão feminina, porque a URSS é o país que faz mais do que qualquer outro Estado do mundo para a felicidade das mães e crianças. O nosso principal objetivo é lutar pela paz e por um futuro melhor para o povo brasileiro.<sup>154</sup> (Grifo nosso).

A reportagem, possivelmente feita em russo, é traduzida para outros idiomas como o português, o que justifica algumas inconsistências na construção de frases, somada à péssima condição de conservação do documento que dificulta a transcrição. A entrevista intitulada “Seremos úteis à pátria” conta com falas de quatro brasileiras que cursam faculdade na UAPPL; Nadir de Castro Tibúcio, Montserrat Freixa Pascual, Dinamélia Ribeiro de Oliveira Rabelo e Mirtes Dib Cruz. Mesmo que só tenham sido encontrados documentos que indiquem

---

<sup>154</sup> Idem.

relação entre Nadir de Castro e o Partido Comunista Brasileiro, é importante destacar que as demais também eram do estado de Goiás.<sup>155</sup> A goiana Nadir de Castro possui mais falas que as demais, e inicia contando sobre a ida à URSS como o episódio mais feliz de sua vida. A estudante relata não ter conseguido custear seus estudos no Brasil, elemento apontado também na carta de Maria Efigênia, que alega ter aceitado a bolsa para a URSS por não ter condições de cursar Medicina em universidades brasileiras.

O contexto acadêmico no Brasil passava por modificações iniciadas a partir da reforma universitária de 1968, que aumentou o número de vagas em cursos de graduação, especialmente na iniciativa privada (MOTTA, 2014, p. 83), porém, a situação ainda não propiciava, na década de 1970, o atendimento de toda a demanda de jovens ingressantes na Universidade. Segundo Motta (2014, p. 83) o número de estudantes universitários subiu de 140 mil, em 1964, para 1 milhão e 300 mil em 1979. Em Goiás, a reforma iniciou-se na UFG a partir de 1972. A situação educacional no estado era alarmante. Segundo relatórios produzidos pelo SNI visando o levantamento de dados para o recebimento de fomento do Governo Federal, o índice de analfabetismo no estado, em 1972, chegava à casa de 92% da população economicamente ativa no setor primário, e 98,8% da mão de obra empregada nesse setor tinha instrução abaixo do curso primário. Essa realidade teria sofrido uma piora após 1968 (NUNES, 2019, p. 98).

Dessa forma, mesmo que estivessem ocorrendo mudanças na área universitária em âmbito nacional, em Goiás essas modificações só passaram a ser sentidas a partir de 1972, tendo ainda como barreira um fosso educacional expressivo a ser contornado. Foi justamente nesse período, no início dos anos 1970, que as militantes mencionadas neste capítulo partiram para a URSS, em grande medida, por não encontrarem condições no Brasil de realizar uma graduação universitária. Frente a isso, é preciso considerar que, embora exista uma relação de identificação com o projeto político do PCB, é fato que a URSS apresentava uma possibilidade concreta de formação acadêmica profissional para os/as brasileiros/as.

---

<sup>155</sup> A acadêmica em Física, Montserrat Pascual, ao contar sobre sua graduação, traça comparações sobre seu campo de estudo no Brasil, destacando a superioridade soviética no ramo científico. Além disso, Montserrat chama atenção para uma mentalidade brasileira misógina que associaria as mulheres a profissões “humanitárias”, segregando-as do conhecimento científico, posto aos homens. Tal aspecto, segundo ela, se difere do soviético onde a ocupação de mulheres nas vagas de graduação da Faculdade de Física é equivalente a de homens. A estudante afirma seus desejos em regressar ao Brasil com o término do curso, continuar a desenvolver suas pesquisas e “ensinar Física na Universidades”. Como foi possível constatar, ao retornar ao Brasil, Montserrat Pascual logra êxito em seus objetivos tornando-se Doutora em Física e passa a compor, durante os anos 1990, o quadro de docentes do Instituto de Física da Universidade Federal de Goiás (UFG). A intercambista Dinamélia Ribeiro de Oliveira, estudante de Medicina na UAPPL à época, atualmente é especialista em Ginecologia e atende pacientes na cidade de Anápolis - Goiás. A médica, ex-intercambista, foi vereadora da cidade por três mandatos (2005-2008, 2009-2012, 2013-2016), todos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), indicando uma perspectiva política à esquerda, que certamente tem relação com os anos vividos no mundo soviético.

Retomando o conteúdo da reportagem acima, Nadir de Castro, em trecho destacado por nós, afirma que ao regressar a sua pátria esperava contribuir com os aprendizados obtidos, não só na esfera profissional, mas também na política. A afirmação chama atenção, pois, estando ela na União Soviética, infere-se que os novos conhecimentos políticos adquiridos verssem sobre o socialismo, então, como ela poderia ajudar a população de seu país, uma nação de modelo capitalista? Sabendo das relações de proximidade entre Nadir de Castro e o Partido Comunista Brasileiro, é possível supor que sua colaboração política se desse por meio dessa organização ao regressar.

A segunda parte da entrevista é sobre a existência de um Comitê de Mulheres Brasileiras na URSS, que, ao que tudo indica, estaria vinculado ao Comitê de Mulheres Soviéticas. Nadir fala sobre os objetivos dessa organização criada em 1973 e seu principal foco: estudar a condição das mulheres e a exploração das trabalhadoras. As falas são surpreendentes, se pensarmos que no Brasil a opressão sofrida pelas mulheres começava a ser debatida de forma ainda incipiente pelo movimento feminista e rechaçada por dirigentes de organizações de esquerda, como já mencionado anteriormente. O Comitê de Mulheres Brasileiras na URSS foi uma continuidade do Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, iniciado no Chile, de acordo com Lilian Back (2013). Estariam presentes na fundação do Comitê no Chile, além das militantes chilenas e exiladas brasileiras, a militante Zuleika Alambert. Esse grupo se manteve ativo até o golpe militar no Chile, quando foi fragmentado. Novamente, em condição de exílio em outros países, essas mulheres formaram outras organizações, especialmente na Europa, como a organização da URSS aqui mencionada.

Zuleika Alambert, integrante do Comitê Central do PCB, à época, participou da fundação do Comitê de Mulheres no Exterior, fazendo questão de destacar que a formação dessa organização se deu a partir de iniciativas individuais, passando a receber adesão de dezenas de mulheres. No entanto, nos informes da Seção Feminina do Comitê Central é mencionado que a iniciativa não foi só de mulheres do PCB, mas também do Partido Comunista Chileno, configurando um processo de construção complexo. A questão é que o Partido Comunista, em específico o Brasileiro, esteve presente direta ou indiretamente em boa parte dessas organizações (BACK, 2013, p. 43). E mesmo que o PCB não seja mencionado em nenhum momento da entrevista transcrita acima, o fato de uma de suas militantes, Nadir de Castro, integrar o Comitê de Mulheres Brasileiras na URSS enquanto uma das principais porta-vozes, pode indicar uma participação mesmo que indireta do Partido em tal entidade.

O próprio PCB, em um balanço histórico produzido em 1979 sobre sua atuação entre as mulheres ao longo da Ditadura, avalia a experiência do Comitê de Mulheres Brasileiras como fundamental “no despertar político de dezenas de mulheres” e de grande importância para a formação de diversos quadros para o trabalho feminino. Algumas das mulheres que participaram do Comitê inclusive se inseriram nas fileiras do partido posteriormente, compondo a Seção Feminina. Nesse sentido, o PCB entende a ação do Comitê como influente no processo de rearticulação do trabalho feminino do partido no Brasil (BACK, 2013, p. 43).

Os temas debatidos e estudados pelas integrantes do Comitê de Mulheres na URSS, como a opressão das mulheres trabalhadoras, a condição das latino-americanas e a questão infantil, dialogam com os assuntos discutidos pelo Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, criado no Chile. De acordo com Ângela Xavier de Brito em entrevista à Joana Maria Pedro, o grupo, que se reunia de forma irregular entre os anos de 1972 e 1973, era um espaço em que as mulheres discutiam sobre as opressões sofridas e seus desdobramentos, como o trabalho doméstico, a dupla jornada de trabalho etc. (PEDRO, 2005 apud BACK, 2013, p. 45). Além disso, destaca-se a menção ao estudo dos Clássicos do Marxismo pela estudante entrevistada na URSS, demarcando a perspectiva classista de análise da organização.

O segundo excerto destacado na transcrição da entrevista, a fala da estudante Montserrat Pascual, considera importante não só a especialização nos cursos escolhidos por elas, mas o desenvolvimento da análise crítica de problemas sociais, pois, segundo a estudante, voltar para o Brasil, implica em fazer muito na luta para uma verdadeira emancipação da mulher. É interessante notar em suas falas a preocupação que elas, enquanto estudantes, possuem sobre o que farão quando retornarem ao Brasil. Sem conferir efetivamente a situação em que se encontravam as mulheres na URSS, à época, tomando apenas os relatos das estudantes goianas sobre tal região, é possível considerar que viver em um país onde a condição das mulheres se diferencia em muitos aspectos das mulheres brasileiras, pode ter despertado ou aumentado a motivação dessas jovens mulheres em reivindicar uma posição de igualdade na sociedade brasileira.

Nota-se, na fala das estudantes, a intrínseca relação entre determinado projeto político de sociedade, o socialista, e a escolha de intercâmbio naquele país. Em algumas passagens do texto expressam o desejo de que sua terra natal também aderisse a tal modelo. Tanto é assim que Nadir de Castro conclui sua fala dizendo que a URSS foi o país que mais fez pela questão feminina em todo o mundo, e que a exemplo de lá, o objetivo seria “resolver” a questão feminina no Brasil.

A presença de uma goiana comunista na composição de um Comitê de abrangência intercontinental, que promoveu discussões sobre classe e emancipação das mulheres na década de 1970, coloca o estado de Goiás no âmbito das discussões internacionais e suscita a reflexão sobre quais teriam sido as influências que essa e outras mulheres militantes que estiveram na URSS causaram em seus regressos ao Brasil.

O fato de dois órgãos distintos do aparato repressivo possuírem dossiês contendo a reportagem concedida por Nadir, o SNI e o Ministério da Aeronáutica, evidencia a importância dada ao ocorrido. A existência de um Comitê de Mulheres Brasileiras na URSS gera uma situação de alerta no sistema de informação e segurança brasileira. Bem, se até aqui o trabalho analisou fontes da repressão que tratavam as mulheres sempre vinculadas a figuras masculinas, como a própria Nadir de Castro em outros documentos, neste caso essa condição é transformada. Trata-se de uma união de mulheres, de caráter internacional, voltada para a transformação do *status quo*, e isso chamou a atenção da repressão.

Ainda sobre a trajetória de Nadir de Castro, ela será documentada novamente após a entrevista apenas em função de seu retorno e das atividades que desempenhou no Brasil durante a década de 1980. No ano de 1984, Nadir figura na lista de professores de língua Russa no ICBU em Goiânia,<sup>156</sup> em 1985, além de ser acusada de tentar reorganizar o PCB em Goiás e compor a Comissão Diretora Municipal do PCB em Goiânia,<sup>157</sup> seu nome também consta na lista de pessoas que partiram em caravana para uma festa do PCB em São Paulo.<sup>158</sup> A militante é investigada pelo SNI até após o fim da Ditadura Militar, sendo mencionada em dossiê de 1986 como membro de outra caravana que iria para o Congresso Nacional de Mulheres Trabalhadoras em São Paulo.<sup>159</sup> Tais informações demonstram que sua atuação política no Brasil seguiu ativa, porque se manteve vinculada ao Partido Comunista após seu retorno do intercâmbio, e manteve seu interesse pelo campo de ação sobre a questão das mulheres, já que frequentou eventos e encontros sobre a temática.

A trajetória de Nadir de Castro nos lança indícios sobre a atuação dessas comunistas egressas do Brasil. Teriam elas retornado à militância pelo Partido Comunista Brasileiro? Ocuparam cargos de liderança na organização, já que passaram por um período de

---

<sup>156</sup>Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_rrr\_85010347\_d0001de0001, Ligação do pcb com o PCUS, 1984.

<sup>157</sup>Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_rrr\_85010189\_d0001de0002, Organização do PCB com PCdoB como partidos políticos no estado de Goiás, 1985.

<sup>158</sup> Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_rrr\_85009862\_d0001de0001, Festão da voz da unidade 85, 1985.

<sup>159</sup> Arquivo Nacional (Sian), br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_rrr\_86010454\_d0001de0001, Congresso Nacional da mulher trabalhadora, 1986.

formação/capacitação enquanto comunistas na União Soviética? Ao se depararem com as discussões e realidade das mulheres soviéticas, teriam elas repensado a própria experiência enquanto mulheres na sociedade brasileira? Atuaram de alguma maneira em movimentos pela autonomia de mulheres no Brasil? Mesmo que não se tenha respostas completas a essas perguntas, e a investigação disso extrapole o recorte temporal desta pesquisa, já que muitas das jovens graduadas retornaram ao Brasil nos anos 1980, a trajetória de algumas delas suscitam respostas.

### **3.3 A vida política após o egresso da URSS: a trajetória de Maria Stela Duarte Mendes**

Quando pensamos nas consequências que as viagens à URSS trouxeram à vida de mulheres comunistas goianas, além dos diplomas e das carreiras profissionais no caso das bolsistas da UAPPL, emergem também dúvidas sobre como se deram suas atuações políticas em seus retornos ao Brasil. Nesse sentido, uma das comunistas goianas egressas da União Soviética que possui notável atuação tanto no Partido quanto na luta pela emancipação das mulheres é Maria Stela Duarte Mendes. A militante anapolina, que teve sua trajetória junto ao PCB amplamente discutida no capítulo 2, ocupou cargo no Comitê Municipal de Anápolis e no Comitê Estadual do Partido, teve sua atuação elogiada pelos camaradas em reunião, episódio esse reportado pela repressão, e tudo isso após o seu retorno do Leste europeu. Diante disso, o presente tópico analisa as ações da militante Maria Stela Duarte Mendes enquanto resultantes de sua experiência no berço do socialismo.

Uma década antes de ocupar o alto escalão do partido em Goiás, Maria Stela viajou para Moscou, em junho de 1963, para participar do Congresso Mundial de Mulheres, convocado pela Federação Internacional de Mulheres, que lutava “pela paz mundial, pela independência nacional, pelos direitos da mulher e pela assistência à infância” (MENDES, 2010, p 21). A militante partiu em viagem junto a 54 representantes de diversos estados do Brasil, dentre as quais 10 eram goianas (MENDES, 2010, p. 79).<sup>160</sup> Esse dado chama atenção pois, o número de mulheres escolhidas do estado de Goiás se equipara ao do estado de São Paulo, ficando atrás apenas da Guanabara. As viagens foram custeadas pelo governo soviético, e é possível que a atuação no Partido Comunista possa ter contribuído para o convite, mas não foi o critério preponderante, já que as outras nove goianas não eram vinculadas ao Partido. Em um documento oficial produzido pelo PCB, já mencionado neste

---

<sup>160</sup> Além de Maria Stela, compareceram ao Congresso Mundial de Mulheres na URSS em 1963 as goianas: Mary Baiochi, Glória Pilomia, Odaléia Ribeiro de Faria, Neide de Faria, Neli Franco de Carvalho, Eleuze Machado, Edna Leda de Jesus, Maria de Castro Miranda e Maria da Conceição Oliveira Cunha.

trabalho em diferentes passagens, intitulado *Os comunistas e a Questão da Mulher*, publicado em 1979 e reeditado em 1982, o Congresso Mundial de Mulheres, de 1963, é citado:

Em 1963, a Liga (Feminina da Guanabara), juntamente com organizações femininas de Estados, conseguiu formar uma delegação de 54 mulheres das massas para participarem do Congresso, assim, como a de todas as organizações progressistas, cerceadas pela política antipopular que caracterizou o golpe militar de abril de 1964. Podemos portanto afirmar que, apesar de ao largo de nossa história as classes dominantes terem conseguido manter a maioria das mulheres à margem da vida econômica, política e social [...], cresce cada vez mais o número daqueles que participam ativamente das lutas progressistas do povo brasileiro (PCB, 1979, p. 41).<sup>161</sup>

Frente ao exposto, conclui-se que o convite à Maria Stela teria sido enviado pela Liga Feminina da Guanabara, em decorrência de sua atuação em associações femininas no estado de Goiás. A menção ao evento e às integrantes que nele estiveram colocam uma comunista goiana, mesmo que de forma indireta, em um documento oficial do Partido que circulou por todo o país, demonstrando o reconhecimento de sua atuação mesmo durante um período em que a sociedade de classes afastou as mulheres do cenário político. Diante desse percentual expressivo de 10 mulheres goianas em um total de 54 brasileiras, infere-se que a atuação política de mulheres em Goiás era significativa naquele período, e assim se manteve, pois, como já vimos, muitas outras mulheres foram à URSS durante a Ditadura e também participaram de movimentos em prol da autonomia feminina. Maria Stela e o PCB abriram caminho para que outras militantes pudessem, nos anos posteriores, dirigirem-se à União Soviética.

Por meio de um relato intitulado *Viagem a Moscou* publicado por Maria Stela, em 2010, é possível analisar suas impressões enquanto mulher comunista sobre a experiência vivida na União Soviética:<sup>162</sup>

---

<sup>161</sup> Por conta da efervescência do movimento feminista, dentro e fora do país, e a crescente problematização feita por parte das próprias militantes sobre a secundarização da condição das mulheres, o que leva o Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas, ainda no exílio, a aprovar a Resolução em 1979 (ABREU, 2008, p. 3). A Resolução publicada pelo PCB assume que a questão das mulheres não poderia continuar sendo adiada até que chegasse o fim da sociedade de classes. No ano de 1982 a Resolução é revisada e é possível notar um aprofundamento da discussão sobre sexualidade, pílula anticoncepcional e reprodução, diferente da versão de 1979, que tem o foco no contexto das condições de trabalho. Ambas são perpassadas pelos anseios daquele contexto político: o fim da Ditadura Militar e o retorno à democracia.

<sup>162</sup> A obra tornou-se pública anos depois, pois segundo a autora: “Com o Golpe de 1964, todos os comunistas foram perseguidos, o que me obrigou a manter estes originais escondidos. Se os deixasse em casa, os militares teriam confiscado e destruído tudo, como fizeram com todos os livros que tínhamos [...] Hoje, livre daquela ditadura, encontro-me anistiada pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e por isso mesmo posso publicar tudo que vi nos países socialistas” (MENDES, 2010, p. 13). A abordagem desta obra restringir-se-á, nesta pesquisa, à visão de Maria Stela sobre a União Soviética enquanto um modelo de sociedade, em especial no que tange a condição das mulheres, e não a obra completa.

Sem dúvida, o Congresso Mundial de Mulheres foi um evento extraordinário, pois serviu para aproximar mulheres do mundo inteiro e para fortalecer a coexistência pacífica entre países de sistemas sociais diferentes. Contribuiu ainda para o fortalecimento da paz mundial, especialmente na luta pela extinção das armas atômicas [...] Consideramos que o nível cultural e econômico dos povos socialistas é deveras impressionante. O povo está realmente emancipado, livre de opressões imperialistas, feliz e satisfeito com o regime. É um povo que tem casa para morar, pagando apenas 5% do salário, para custear a habitação. Tem assistência médica completamente grátis. A medicina nos países socialistas é, de fato, algo digno de destaque. É utilizada em função da comunidade sempre que se faz necessária. A educação e a cultura são surpreendentes. Além do acesso gratuito à instrução, todo estudante recebe um salário do governo para estudar. Não se estuda nem se trabalha simultaneamente. E isso é um incentivo à ampliação dos conhecimentos. (MENDES, 2010, p. 64).

A discussão sobre a paz mundial é um tópico presente nos relatos de mulheres goianas que estiveram na URSS. Além de Maria Stela, Nadir de Castro também a mencionou na entrevista analisada anteriormente. A historiografia construída a respeito de relatos de viagem de brasileiros à União Soviética aponta que esse assunto foi amplamente tratado pelas e pelos viajantes durante a década de 1950, interessados em comentar as ações dos países socialistas, no pós Segunda Guerra Mundial, já inseridos em um contexto de Guerra Fria.

Durante os anos de 1960, nos relatos produzidos, a tônica principal teria sido os laços diplomáticos entre Brasil e União Soviética, porém não foi abandonada a preocupação com a paz (TÔRRES, 2019, p. 161). É certo que a preocupação com a temática dialoga com o contexto da Guerra Fria, os receios da iminência de uma guerra nuclear e as campanhas soviéticas da “Ostensiva pela Paz”, ocorridas desde 1948 (TÔRRES, 2019, p. 161). Ainda, é válido lembrar que a Crise dos Mísseis em Cuba ocorreu oito meses antes da viagem de Maria Stela, em outubro de 1962, o que explica em parte a preocupação da comunista latino-americana com a temática da paz.

Os elogios tecidos pela militante à União Soviética referem-se ao campo cultural, econômico, habitacional, além do campo da saúde e educação, aspectos que conferiam satisfação e felicidade ao povo soviético. A exaltação e as descrições extremamente detalhadas podem ser interpretadas como uma das formas de essas autoras e autores de relatos de viagem denunciarem o que estava ausente no Brasil, como o descaso com a educação e saúde, ou o pouco investimento pelos governantes nas áreas sociais e de infra-estrutura (TÔRRES, 2019, p. 266). De acordo com Jorge Ferreira (1998), as imagens criadas em torno da URSS, especialmente pelos comunistas como Maria Stela, expressam a utopia realizada, a felicidade e a perfeição, a melhor sociedade possível, diferente da realidade enfrentada no mundo Ocidental e nos países capitalistas que, como mencionado no trecho acima, ainda sofrem com as “opressões imperialistas”.

As comparações entre os países capitalistas e socialistas são traçadas a partir do diálogo feito com outras mulheres durante o Congresso Mundial:

Percebemos que as mulheres socialistas desejam ajudar suas irmãs de países subdesenvolvidos. Lamentam o fato de vivermos no regime capitalista, bem como nossa dependência ao imperialismo. Constatamos também que estão todas muito bem organizadas. Nas cidades em que chegávamos, o Comitê de Mulheres estava sempre funcionando (MENDES, 2010, p. 54).

A crítica ao imperialismo aparece em vários momentos da obra, demonstrando a posição crítica de Maria Stela à influência estadunidense sobre os países subdesenvolvidos.<sup>163</sup> A militante goiana conta sobre o sentimento de colaboração, quase em tom de comoção, que as mulheres soviéticas possuem em relação às “suas irmãs” que vivem em países capitalistas, destacando a organização política dessas mulheres.

Ao longo do livro, Maria Stela deixa suas impressões sobre o lugar que as mulheres soviéticas ocupavam na sociedade, especialmente no mundo do trabalho. Em suas visitas a fábricas do Leste europeu, a militante fez questão de reportar, em cada uma delas, quantas operárias contratadas haviam e quais eram suas condições de trabalho. Ao conhecer a cidade de Ostrava, na atual República Checa, ela descreve:

Fomos recebidas por duas operárias, uma da fábrica de televisão e outra da fábrica de meias [...] A fábrica de televisores possui 6 mil operários; a de meias tem mil, dos quais 80% são mulheres. Ambas as fábricas possuem creches e escolas infantis muito modernas [...] Seguimos para uma fundição que trabalham 42 mil operários, entre os quais 12 mil são mulheres. Nessa fundição, as mulheres operárias participam também da vida sindical e política. Para se qualificarem estudam técnica depois da jornada de trabalho (MENDES, 2010, p. 57).

Na cidade de Baku, capital do Azerbaijão, a goiana relata a ocupação de mulheres em trabalhos além das fábricas:

Fomos em uma fábrica de biscoitos, com 4800 operários, sendo 2300 do sexo feminino. A maioria tem instrução superior. No local há creche e jardim de infância. Estivemos também em um museu com 27 salas em que estão expostos alguns objetos datados de antes de Cristo. Ali é possível tomar conhecimento da história antiga e medieval, bem como da nova história soviética [...] O museu é dirigido por uma cientista (a maioria dos cientistas são mulheres) (MENDES, 2010, p. 40).

Nos vários trechos sobre a composição feminina nas fábricas, a qual era uma porcentagem expressiva, a militante destaca as boas condições trabalhistas, a presença de creche para as funcionárias deixarem suas filhas e filhos, acesso a hospital caso precisassem,

<sup>163</sup> A oposição ferrenha de Maria Stela contra o imperialismo é expressa em vários momentos da obra, como no trecho “Coube a mim falar tanto da nossa luta interna no Brasil em destruir o latifúndio e liquidar a dominação imperialista quanto a luta externa pelo desarmamento nuclear e pela coexistência pacífica e pela paz” (MENDES, 2010, p. 60). Na ocasião em que fez uma fala em uma das conferências do Congresso Mundial de Mulheres, demarcou as causas pelas quais lutava.

o nível educacional, sendo algumas até já graduadas, e em certas fábricas, era facilitado acesso à casa de verão para passar férias. No último trecho, em que conta sobre sua visita a um Museu dirigido por uma cientista, ela destaca que a maioria das cientistas eram mulheres. De acordo com Raquel Tôrres (2019, p. 274) a presença de mulheres soviéticas ocupando cargos de trabalho em distintas áreas é alvo de observação em vários relatos de viajantes brasileiros/as à URSS. E, diferentemente dos escritos dos homens, que associam o trabalho feminino na URSS a algo desprovido de feminilidade, brutal, injusto, incompatível com sua natureza, as mulheres visitantes, especialmente as comunistas, viam-no com muito otimismo e naturalidade, como é o caso de Maria Stela (TÔRRES, 2019, p. 278).

Ao fim da obra, a militante goiana faz uma síntese de sua experiência de viagem, e destaca:

As mulheres dos países socialistas estão emancipadas. O poder soviético livrou-as da vergonhosa situação em que se encontravam sob o czarismo. Essa situação é ainda comum em muitos países capitalistas. As mulheres soviéticas são uma força ativa em todos os domínios da vida estatal, política, econômica e cultural do país. Da mesma forma que os homens, elas desfrutam de todos os direitos de cidadãs da sociedade socialista. Milhares de mulheres na URSS participam do governo. São engenheiras, agrônomas, cientistas, presidentas e chefas de brigadas de kolkhoz.<sup>164</sup> Mais da metade dos profissionais com instrução superior são mulheres, bem como 75% dos médicos soviéticos (MENDES, 2010, p. 68).

No excerto, a militante aproxima as condições vividas por mulheres no regime czarista, outrora governadas por imperadores russos, às condições das mulheres de países capitalistas. A tomada de poder pelos bolcheviques e a promulgação de um novo código de leis que visava a maior autonomia das mulheres, como já mencionado, foi o que possibilitou a transformação da condição das mulheres soviéticas, como demonstra a percepção de Maria Stela (GOLDMAN, 2014, p. 19). Em situação de igualdade legal entre os homens, as soviéticas participavam de todas as áreas da sociedade, seja a política, os serviços básicos, o campo, a saúde, a ciência etc. O destaque dado por Maria Stela indica que em outros países, como o Brasil, a situação não era a mesma, sugerindo que o capitalismo se assemelhava ao Antigo Regime soviético no que tange ao atraso nas relações que implicam o que hoje denominamos relações de gênero, dado que as mulheres só obtiveram melhores condições de igualdade com a Revolução. Desse modo, a URSS figuraria um modelo, inclusive para a emancipação das mulheres.

---

<sup>164</sup> Kolkhoz foram fazendas coletivas na URSS organizadas sob a forma de cooperativas de camponeses, reunidos com base no voluntariado para administrar uma grande propriedade agrícola com base na socialização dos meios de produção e no trabalho coletivo. Os kolkhozes desenvolviam sua produção em terras de propriedade estatal cedidas para usufruto perpétuo e gratuito. (Dicionário Político, Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/k/kolkhoz.htm>. Acessado em: 17 dez. 2021.

No ano seguinte ao retorno de Maria Stela, em 1964, o Brasil sofre um Golpe Militar e iniciam os anos de ditadura. A militante se mantém ativa no Partido Comunista Brasileiro, em sua cidade, Anápolis, e, como vimos no capítulo anterior, foi a mulher documentada pela repressão que atingiu os cargos mais altos da organização, sendo a única membra do Comitê Estadual durante o Regime Militar.

Mesmo que as mulheres não desempenhassem o mesmo papel que os homens nas fileiras do PCB, era impossível que o Partido ignorasse o peso da atuação de Maria Stela: convidada para o Congresso Internacional de Mulheres na URSS, em 1963, fez intervenções demarcando seu posicionamento político enquanto comunista e os pontos pelos quais lutava em seu país de origem; manteve-se ativa na organização mesmo após o Golpe, as perseguições sofridas, a morte de seu marido, também militante, Cláudio Mendes; desempenhou atividades diversas na organização, em diferentes OBs, comissões eleitorais, meio sindical, até alçar espaço em Comitês, desempenhando bem suas funções, já que ascendeu do cargo de membro de um Comitê Municipal para suplente do Comitê Estadual.

Se para um comunista brasileiro a URSS era o modelo exemplar a ser seguido, conhecer *in loco* a utopia realizada conferia ao militante e à militante uma experiência e conhecimento que não estavam disponíveis a todos/das camaradas, o que certamente propicia algum status dentro do PCB, além de forte motivação para continuar a perseguir seus propósitos, mesmo em uma conjuntura tão adversa como aquela de Ditadura Militar. Ainda que a ascensão política de Maria Stela não esteja condicionada à sua ida a URSS, mas sim aos anos de luta contra a Ditadura e às desigualdades sofridas na sociedade brasileira, é possível inferir que a viagem tenha contribuído para a ocupação de altos cargos dentro do PCB e para uma maior motivação em sua militância, já que viu o objetivo socialista tornado real.

Em relação à sua atuação em prol da libertação das mulheres, a ida ao Congresso Mundial cooperou para que a goiana se aprofundasse em tais questões. Tanto é assim que, após o regresso ao Brasil, Maria Stela fundou uma Federação de Mulheres em Anápolis (MENDES, 2011), organização que foi monitorada pelo SNI entre os anos de 1980 e 1990, editou cartilhas sobre a Constituinte e os Direitos da Mulher, enquanto advogada, e publicou outro livro intitulado *Dicionário da Mulher*, em 2002. Neste último, o objetivo da autora era discutir sobre a condição da mulher na sociedade brasileira, a partir de conceitos organizados em ordem alfabética.

A centralidade que a questão das mulheres adquiriu em sua trajetória está expressa em seu livro *Dicionário da Mulher*. De acordo com a apresentação da obra:<sup>165</sup>

O nosso trabalho será em forma de dicionário para facilitar a leitura e pesquisa com relação aos mundos machista e feminista, tentando contribuir para esclarecer situações mal compreendidas e mal resolvidas, buscando melhorar o relacionamento homem-mulher para que todos sejam mais felizes nesta passagem por este mundo conturbado e cheio de desentendimentos e incompreensões. Uma política favorável à igualdade de oportunidades para as mulheres, maioria da população, é condição *sine que non* para o aprofundamento e consolidação da democracia no país, art. 5º da Constituição Federal de 1988, que estabelece “homens e mulheres são iguais, em direitos e obrigações, nos termos da legislação (MENDES, 2010, p. 10).

Sob uma perspectiva jurídica, Maria Stela destaca a importância da igualdade legal entre homens e mulheres na consolidação de uma democracia. A permanência da preocupação quanto à igualdade, remete inclusive à experiência vivida por ela na URSS, onde pôde experimentar uma sociedade em que as mulheres ocupavam uma posição de maior equidade em relação aos homens. Contudo, não se pode deixar de mencionar a associação estabelecida por ela, colocando o feminismo como oposto correlato ao machismo. O machismo que, em linhas gerais, pressupõe a ideia de superioridade masculina, em muito se difere do feminismo, não sendo o seu antônimo. Ao contrário do que sua afirmação deixa transparecer, não busca superioridade feminina, mas sim, reivindica a igualdade entre homens e mulheres.<sup>166</sup>

A visão de Maria Stela, no que tange às questões sobre as mulheres, é perpassada pela herança de um passado comunista. A afirmação analisada acima, que coloca o feminismo enquanto o oposto do machismo, se aproxima da posição tomada pelo Partido Comunista Brasileiro que, durante muito tempo, não dialogou com o feminismo no país. Como já mencionado no capítulo um, o termo feminismo era mal visto dentro da organização, e considerado como movimento “pequeno burguês” justamente por enfatizar questões caras às mulheres (ALVES, 2020). Conforme já mencionado, acreditavam que com a revolução e a instauração do comunismo, as desigualdades sofridas por elas estariam automaticamente resolvidas, já que a avaliação doutrinária previa que a opressão das mulheres era resultado unicamente das condições postas na sociedade capitalista (SOIHET, 2012, p. 113). Com o fim da década de 1970, o Partido Comunista Brasileiro começa a se abrir e a propor um diálogo

<sup>165</sup> A versão utilizada do livro foi sua reedição produzida em 2010. O fato de haver uma segunda edição da obra supõe uma boa recepção da primeira, sugerindo que o livro da militante teve público leitor interessado. Neste trabalho, recorreremos apenas à apresentação da obra, buscando elucidar uma permanência do pensamento pecebista em sua visão sobre a questão das mulheres, sob a pena de extrapolar o recorte temporal estabelecido.

<sup>166</sup> De acordo com a professora Sofia Manzano, o termo que descreve o contraponto ao machismo é o “femismo, palavra que prega a supremacia da mulher em relação ao homem”. Disponível em: <http://www.uesb.br/noticias/feminismo-nao-e-o-contrario-de-machismo/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

com tal perspectiva. Porém, é possível perceber que esse antigo distanciamento mantém-se na perspectiva de Maria Stela.

Nesse sentido, a militante anapolina tem seus posicionamentos construídos pelo contexto em que estava inserida, considerando a geração da qual fez parte, alcançando sua vida adulta entre os anos de 1950 e 1960 na sociedade brasileira. Além disso, foi membra do Partido Comunista Brasileiro e possuiu a oportunidade de vivenciar o socialismo na União Soviética, durante um Congresso de Mulheres. Todos esses aspectos são perceptíveis em seus escritos, aqui analisados.

A trajetória de Maria Stela e as lutas que travou durante a vida conferem sentido às suas obras e aos posicionamentos tomados durante e após o regime. Este tópico é dedicado a ela e tem como objetivo apresentar as implicações de sua viagem à União Soviética e as influências da visita ao berço do socialismo à sua visão de mundo. A militante, que possui um percurso importante junto ao Partido Comunista Brasileiro, esteve também nas fileiras da luta pela igualdade e emancipação de mulheres, difundindo essa pauta e suas experiências obtidas no Leste europeu entre outras mulheres goianas por meio da Federação de Mulheres que fundou em sua cidade, Anápolis. É possível supor, ainda, que ela tenha tido contato com as militantes do partido que foram para a União Soviética durante a ditadura, especialmente as residentes em Anápolis, como Clênia Modes Sampaio, estabelecendo uma ponte entre as mulheres goianas e o mundo socialista.<sup>167</sup>

A relevância de sua atuação política nos faz refletir sobre os impactos na sociedade goiana com o retorno dela e de outras mulheres que viajaram para a União Soviética, como as estudantes da Universidade *Patrice Lumumba*, graduadas como médicas e agrônoma. Como foi possível constatar, a ida de pessoas vinculadas ao PCB-GO à URSS não foi algo incomum durante o regime militar. As incongruências entre o tratamento dado ao comunismo no âmbito interno e a política diplomática com países socialistas não cessaram o intercâmbio cultural entre o Brasil e o Leste europeu, possibilitando a viagem de muitas e muitos jovens goianos. Vários desses estudantes, ao voltar, interessaram-se em difundir a cultura soviética por meio do Instituto de Cultura (ICBUS), participando de sua organização, dando aulas do idioma russo, demonstrando que o conhecimento e experiências obtidas lá reverberaram em Goiás. A adesão ao projeto de sociedade socialista por parte dessas e desses intercambistas expressa-se,

---

<sup>167</sup> Maria Stela Duarte Mendes recebeu, em 2014, a Comenda da Ordem do Mérito Anhanguera, condecoração entregue pelo então Governador do estado de Goiás, Marconi Perillo, às pessoas que se destacaram na luta contra a Ditadura Militar no estado. Em 2020 a ex-militante faleceu, deixando uma trajetória de resistência ao regime militar e de lutas pelo fim das desigualdades de classe e gênero.

talvez, nesse comprometimento em disseminar, em sua terra natal, o que aprenderam no mundo soviético.

A relação de mediação entre o PCB e os intercâmbios para a URSS sugere que a organização tinha uma expectativa perante seus membros, que voltassem preparados política e ideologicamente, nos termos práticos e teóricos para a atuação no Partido. A realização dessa expectativa é evidenciada na trajetória de Maria Stela, que após seu retorno ascende na hierarquia partidária, em Goiás. A ida de comunistas goianas para a URSS, deve ter colaborado para o PCB revisar suas posições sobre a discriminação enfrentada pelas mulheres no âmbito da organização. O partido não poderia mais ignorar o peso da atuação política feminina. Numerosas e ativas, as comunistas vinculadas ao PCB em Goiás, lutaram dentro e fora das fronteiras nacionais, por melhores oportunidades de vida, pela emancipação das mulheres e contra a Ditadura Militar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pelas mulheres membras do Partido Comunista Brasileiro em Goiás nos documentos do Dops-GO, do IPM-GO e do SNI, permitiu apurar um número expressivo de militantes cuja trajetória junto à organização surpreendeu. Utilizando o método indiciário de pesquisa, de Carlo Ginzburg, foi possível esquadrihar nessa documentação produzida pelas instâncias de repressão e controle do Regime Militar brasileiro, a ação política de mulheres do PCB-Goiás. Militantes que, durante a Ditadura Militar, foram monitoradas, presas, torturadas e perseguidas. Algumas tiveram suas matrículas na universidade cassadas, diplomas invalidados, outras ainda, tiveram que se exilar. Todas elas experienciaram as agruras impostas as/aos comunistas que viveram em um contexto ditatorial que fabricava intensamente o anticomunismo.

A pesquisa a respeito das militantes do PCB-GO, sobre as quais a historiografia goiana não havia se debruçado até então, apurou um conjunto de 39 mulheres, podendo ser ainda maior, que desempenharam atividades das mais elementares às reservadas aos altos escalões da organização partidária, lutaram e romperam os limites bipolares da Guerra Fria, levando a militância feminina goiana à União Soviética.

Essas comunistas atuaram em um período em que o Partido Comunista Brasileiro reproduzia características presentes na sociedade em que estava inserido, relacionadas ao sexismo, secundarizando as participações políticas das mulheres e as questões caras a elas. Esse quadro só sofreu alteração, oficialmente, em 1979 (PCB, 1982), fruto, certamente, da efervescência e do peso da própria ação política das mulheres, que já não poderiam mais ser ignoradas.

O presente estudo revela, de modo complementar, a particularidade em relação ao estado de Goiás se comparado aos dados nacionais: a começar pela forte adesão estudantil, setor do qual participaram pelo menos 28% das militantes identificadas, e que, em contraposição aos dados nacionais, era pouco atraído pelo Partido (RIDENTI, 2010, p. 114). Outro dado conflitante é a própria composição feminina na qual o PCB, nacionalmente, não era a organização que mais atraía mulheres (BACK, 2013), sendo que em Goiás, o número de 39 militantes demarca uma expressiva adesão. Ressalte-se também o protagonismo de mulheres no PCB-GO que ocuparam cargos em comitês municipais e estadual, quais sejam: Maria Stela, Dalva e Dione. Tal característica confere singularidade ao caso goiano, que comumente mulheres eram afastadas das posições de poder político (PEDRO, 2000).

Tais constatações podem ser explicadas, em parte, pelo contexto político do estado, que foi palco de diversos movimentos e lutas por direitos no campo e nas cidades, as quais tiveram relação direta ou indireta com o Partido Comunista, revelando certa inserção social de uma cultura comunista. Tanto é assim que algumas militantes como Zora, Leny, Élia e Maria Efigênia fizeram parte de famílias que já estavam inseridas no partido. Dessa forma, entendemos o núcleo familiar como um vetor de socialização que compartilha entre as gerações a perspectiva comunista (MOTTA, 2013, p. 19). Todavia, esse quadro não reduz a potência representada pela atuação política dessas mulheres.

Se por um lado, parte da sociedade goiana apresenta adesão à uma cultura comunista, é certo que o imaginário anticomunista também possuía adeptos além dos setores militares. A análise dos documentos dos órgãos de Informação e Segurança que compunham o aparato repressivo identificou que, sob a lógica desse imaginário compartilhado por diversos grupos, como a imprensa e setores civis, os agentes justificaram os supostos crimes imputados às militantes. Amparados nesse imaginário, acusaram-nas de inimigas da pátria e da família.

A perseguição ao comunismo no âmbito interno não impediu, contudo, que algumas dessas militantes se dirigissem à União Soviética. As comunistas goianas, que por meio de bolsas de intercâmbio intermediadas pelo partido, ou no caso de Maria Stela pela participação no Congresso Internacional de Mulheres, em 1963, puderam vivenciar a utopia em sua materialidade. O projeto socialista com o qual se identificavam, a partir de então, compôs parte de suas vivências. A experiência certamente conferiu a elas uma nova visão de mundo, especialmente no que tange a condição das mulheres, como foi possível analisar. Ao defrontarem-se a situação das mulheres no Brasil com o papel social desempenhado pelas soviéticas, que obtiveram condições de maior equidade em relação aos homens, repensaram suas formas de atuação.

Como foi possível constatar nas palavras das militantes Nadir de Castro e Maria Stela, as comunistas goianas preocuparam-se, em seu retorno, em modificar o *status quo* em que viviam as mulheres brasileiras em uma sociedade capitalista. Ao voltarem para Goiás, essas militantes que estiveram na URSS, compuseram Institutos de Cultura para divulgação do mundo soviético, fundaram Associações Femininas e algumas delas continuaram participando de organizações políticas como o PCB.

As mulheres militantes do Partido Comunista Brasileiro se inseriram como força potente e numerosa na história da luta contra a Ditadura Militar em Goiás, ultrapassando os limites impostos a elas quanto ao gênero e enquanto membras de um partido político posto na

ilegalidade. Nem as garras da repressão e nem os limites geopolíticos da Guerra Fria foram suficientes para impedir que as comunistas goianas lutassem contra o regime ditatorial, pelo fim da sociedade de classes e pela emancipação das mulheres.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMA do menino e os mistérios da mente, A. Jornal da Unicamp. Edição 287 - 9 a 15 de maio de 2005. Disponível em: [https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/maio2005/ju287pag05.html](https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/maio2005/ju287pag05.html). Acesso em: 12 jan. 2022.

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. O PCB e a questão feminina (1970-1979). **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, 2008. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST45/Maira\\_Luisa\\_Goncalves\\_de\\_Abreu\\_45.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST45/Maira_Luisa_Goncalves_de_Abreu_45.pdf). Acesso em: 15 jan. 2022.

AÇÃO libertadora nacional. Dicionário CPDOC. **Fundação Getúlio Vargas**, 2021. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetetematico/alianca-nacional-libertadora-anl>. Acesso em: 17 jan. 2022.

ADORNO, Josiane das Graças. **Relações Cruzadas: A Cidade e o artista - Um estudo de caso sobre Uruaçu e a produção artística pública de Louis Bernard Tranquilin**. 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

AFONSO, Lúcia Helena Rincon. **O Partido Comunista no Brasil: 1945-1947 - Suas Propostas para a região Centro-Oeste**. 1982. 162 f.(Dissertação) - Mestrado em História - Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia: UFG, 1982.

ALVES, Célia Maria; CÔRTEZ, Vera (org.). **Memórias Transcritas: Depoimentos**. Goiânia: ANIGO/ NDH-UFG, 2013.

ALVES, Cileide. **Iris Rezende: De líder estudantil a governador (1958-1983)**. Goiânia, Cânone Editorial, 2020.

ALVES, Iracélli da Cruz. **Feminismo entre ondas: Mulheres, PCB e política no Brasil**. 2020. 360 f. (Tese) Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense - UFF, 2020.

ALVES, Laurenice Noleto (Nonô). **Flores no quintal: memórias de sonhos e de lutas**. Goiânia: Kelps, 2013.

ANIGO. **A Ditadura Militar em Goiás – Arquivos Revelados**: transcrições de relatórios dos órgãos da repressão. Goiânia: Anigo / Gráfica UFG, 2016.

ARAGOÃO, João Guilherme. Resultados e perspectivas do sistema de cooperação bilateral do ponto IV. **Revista do Serviço Público**, v. 84, n. 1, p. 3-111, 1959.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

ASSUNÇÃO, Rosângela. **DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político, 1935-1964**. 2006. 175 f. (Dissertação) Mestrado em História - Pós-graduação do

Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2006.

BACK, Lilian. **A seção Feminina do PCB no Exílio**: Debates entre o comunismo e o feminismo (1974-1979). 2013. 314 f. (Dissertação) Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, 2013.

BIAGI, Orivaldo Leme. “O imaginário da guerra fria”. *In*: **Revista de História Regional**. Ponta Grossa/PR, Editora da UEPG, v.6, n1, p.61-111, 2001.

BORGES, Adrielly Melo. **Sororidade com saber goiano**: O feminismo pioneiro de Consuelo Nasser. 2020. 66 f. (Dissertação) - Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado - Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis-GO, 2020.

CAMPOS, Francisco Itami. Os arquivos Dops de Goiás: a documentação sonogada. *In*: ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. **Quadrilátero**: Revista do Arquivo Público do Distrito Federal, v.1, n. 1. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1998.

CASTRO, Tarzan de. **Vida, lutas e sonhos**. Goiânia: Kelps, 2016.

CATERINA, Gianfranco. **Um grande oceano**: Brasil e União Soviética atravessando a Guerra Fria (1947-1985). 2019. 425 f. (Tese) Doutorado em História, Política e Bens Culturais – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

BURKE, Peter, **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. “Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 26, p. 1-22, 2019.

BUONICORE, Augusto; GARCIA, Fernando. As mulheres e os noventa anos do comunismo no Brasil. **Portal da Fundação Maurício Grabois**. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.grabois.org.br/cdm/artigos/140385/2012-06-01/as-mulheres-e-os-noventa-anos-d-o-comunismo-no-brasil-primeira-parte>. Acesso em: 03 ago. 2021.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

COLLING, Ana Maria. A construção do sujeito político “mulher subversiva”. **Contexto & Educação**. Ijuí: UNIJUÍ, 1994.

COLLING, Ana Maria. Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 8., 16-18 set. Coimbra. **Anais [...] Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra**. Disponível em: [http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Ana\\_Maria\\_Colling.pdf](http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Ana_Maria_Colling.pdf). Acesso em: 15 jan. 2022.

COLLING, Ana Maria. **A Resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p. 578-582.

COSTA, Caroline Rios. Ser mãe na ditadura: Afeto e Política Caminham de mãos dadas. **Revista Outras Fontes**. Cuiabá-MT, v. 8, n. 2, p. 138-162, ago. /dez. de 2020.

COSTA, Cléria Botelho da. Posseiros e política - Goiás nos anos '60. **Revista de História**. São Paulo, n. 134, São Paulo jun. 1996, p. 227-300.

CHADAREVIAN, Pedro C. Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro. **Política & Sociedade**. Florianópolis, v. 11. n. 20. p. 255-283, abril de 2012.

CUNHA, Bruno Domingues. **História da esquerda em Goiás – 1960-1979**. 2020, 139 f. (Dissertação) Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Goiás, 2001.

CUNHA, José Gay. Dicionário Histórico-Biográfico CPDOC. **Fundação Getúlio**, 2021. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-gay-cunha>. Acesso em: 15 set. 2021.

MONTENEGRO, Darlan. A esquerda brasileira contra a política: organizações guerrilheiras e renúncia à estratégia no período da luta armada. **Revista Estudos Políticos**, Niterói, n. 2, p. 64-80, 2011.

D'ARAUJO, Maria Celina. O estável poder de veto Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 573, p. 573-597: jul/dez 2012.

DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. Unesp, 1997.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 3 ed. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FARGE, Arlette. La história de las mujeres. Cultura y poder de las mujeres: ensayo de historiografía. *Historia Social*, n. 9. In: LUNA. Lola G. **Historia, Genero y Política**. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, S. A, 1994.

FAVARO, Tereza Cristina P. **O governo Mauro Borges (1961-1964): O planejamento Tecnocrático e os limites do personalismo populista**. 2015. 435 f. (Tese) Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG), 2015.

FARES, Tomaz Mefano. A diplomacia chinesa e as relações com o Brasil (1949-1974). **SÉCULO XXI: Revista de Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 1-23, jan-jun. 2016.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, Militância e Memória**. R.J.: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 155.

FERREIRA, Lygia Portenha Borges. **A memória do PCB em Goiás: a experiência do jornal A LUTA e a formação da cultura Comunista em Goiás (1931-1945)**. 1 ed. Rio de Janeiro, 2018.

FERREIRA, Jorge. URSS: Mito, utopia e história. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 75-103, 1998.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 29-60, 2004.

FICO, C. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio e Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, C. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FILHO, João Roberto Martins. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na Ditadura (1964-1969)**. São Carlos: EDUFSCar, 1995.

FILHO, Romualdo Pessoa Campos. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. Goiânia, Editora da UFG, 1997.

FILHO, Daniel Aarão Reis. **A Revolução faltou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil**. 1. ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

FREITAS, Eliane Martins de. O Partido Comunista do Brasil (PCB) e a questão da emancipação feminina na década de 1920. **Revista Eletrônica Documento Monumento**. v. 18, n. 1. p. 57-71, 2016.

GASPAROTTO, Alessandra. “O caminho da reconciliação”: Uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por militantes que combatiam a Ditadura no Brasil (1970 – 1975). **Revista Perseu**. n. 3, Ano 3, p. 1-42, 2009.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GOLDENBERG, Mirian. “Mulheres & Militantes”. **Revista Estudos Feministas**, v. 1, n. 2, p. 349-364, 1997.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936**. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014.

GÓIS, João Bôsko Hora. QUADRAT, Samantha Viz. **Militância Política e Gênero na Ditadura Brasileira: Entrevista com Jessie Jane Vieira de Souza**. *Gêner*. Niterói, v. 8. n. 2. p. 23-41, 2008.

GOMES, Horieste. **Cela 14: Militância, Prisão e Liberdade**. Goiânia: Gráfica Charbel, 2009.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. Edição: 3 ed. Editora Ática. São Paulo, 1987.

GOVERNO do estado de Goiás, **DECRETO Nº 8.217 DE 2014**. Disponível em: [https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa\\_legislacao/67215/decreto-8217](https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/67215/decreto-8217). Acesso em: 12 jan. 2022.

GREEN, James N. **We Cannot Remain Silent: Opposition to the Brazilian Military Dictatorship in the United States**. Durham, NC: Duke University Press, 2010.

HERSHBERG, James G. The United States, Brazil, and the Cuban Missile Crisis, 1962 (Part 2). **Journal of Cold War Studies**, v. 6, p. 3–20. 2004.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ISMAEL SILVA DE JESUS. **Memórias da Ditadura**, 2022. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/ismael-silva-de-jesus/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

LÔBO, Daniella Ataíde. **Militância feminina no PCB: memória, história e historiografia**. 2011. 87 f. (Dissertação) Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017.

LÔBO, Daniella Ataíde; SOUZA, Maria Aparecida Silva de. O Partido Comunista e a militância feminina. **Revista Binacional Brasil - Argentina**, v. 10, p. 195-213, 2021.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. 2008. 349 f. (Tese) Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

JOFFILY, Mariana. A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. **Dimensões**, v. 32, p. 2-28, 2014.

JOFFILY, Mariana. Memória, Gênero e Repressão Política no Cone Sul (1984-1991). **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 111 – 135, jan. / jun. 2010.

JOFFILY, Olívia Rangel. **Esperança equilibrada: resistência feminina à Ditadura militar no Brasil (1964-1985)**. 2005. 170 f. (Tese) Ciências Sociais PUC-SP, 2005.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem para o historiador. *In*: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella M. Scatena. (org.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. Vol. II. São Paulo: Humanitas, 2011.

KOLKHOZ. Dicionário Político. **Marxists**, 2022. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/k/kolkhoz.htm>. Acesso em: 17 dez. 2021

LATOURE, Patricia. **Alexandra Kollontai: a revolução, o feminismo, o amor e a liberdade**. LavraPalavra, 2021. Disponível em: <https://lavraPalavra.com/2021/07/30/alexandra-kollontai-a-revolucao-o-feminismo-o-amor-e-a-liberdade/>. Acesso em: 14 jan. 2022.

LEFFLER, M.; PAINTER, D. **Origins of the Cold War: an international history**. 2. ed. New York: Routledge, 2005.

LIMA, Ricardo Rodrigues Alves de. **O PCB vive e atua: Da crise do stalinismo a um novo ciclo de luta clandestina contra a Ditadura (1956-1976)**. 2014. 301 f. Dissertação - (Mestrado) – Curso de História, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2014.

LIMA, Lana Lage da Gama; SOUZA, Suellen André de. Patriarcado. *In*: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p. 578-582

MACIEL, David. **A esquerda goiana nos anos 60/70**: Do nacionalismo estatista à luta contra a Ditadura Militar. OPSIS, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 359-377 - jan./jun. 2014.

MACHADO, Vinicius Felipe Leal. **Ditadura Militar em Goiás**: um perfil dos trabalhadores rurais sindicalistas a partir dos documentos do DOPS-GO. 2009. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual de Goiás. Anápolis. 2009.

MAIA, Cláudio Lopes. **Os donos da terra**: a disputa pelo destino da fronteira - aluta dos posseiros de Trombas e Formoso 1950/1960. 2008. 275 f. (Tese) – Doutorado em História - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da Ditadura Militar no Brasil. **Revista de História**. v. 17, n. 34, p. 210. São Paulo: Anpuh/Humanitas, 1997.

MEDEIROS, Enderson. Folha de Goiaz: O jornal e o seu tempo. *In*: **10º Encontro Nacional de História da Mídia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, p. 1-17, 2015.

MENDES, Maria Stela Duarte. **Dicionário da mulher**. Goiânia: Ed. do Autor, 2010.

MENDES, Maria Stela Duarte. **Viagem a Moscou**. Editora Kelps, 2010.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (org.). **Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura**. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**, n. 5, p. 40-56, 2002.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA INDENIZA OS SEIS ESTUDANTES JULGADOS PELA CARAVANA DA ANISTIA. **Associação Nacional de Pós-Graduandos**, 2008. Disponível em:

<http://www.anpg.org.br/14/05/2008/ministerio-da-justica-indeniza-os-seis-estudantes-julgados-pela-caravana-da-anistia/>. Acesso em: 12 de jan. de 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. **LPH: Revista de História**, n. 6, p. 92-100, 1996.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O PCB e a moral comunista. **Locus Revista de História**, Juiz de Fora, v. 3 n. 1 p. 69 a 83, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho (1917-1964)**. 2000. 368 f. (Tese) Doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Batalha em torno do Mito: Luiz Carlos Prestes. *In*: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 34, julho-dezembro de 2004, p. 91-115.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Perigo é Vermelho e vem de Fora: O Brasil e a URSS. **Locus Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 227-246, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo e os órgãos de informação da Ditadura nas universidades brasileiras. **Revista Contemporanea Historia y problemas del siglo XX**. Año 3, v. 3, Dossiê 133, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a Ditadura nas pesquisas de opinião. **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, Niterói, v. 20, p. 1-21, 2014.

MORAES, Lygia Quartim. O encontro marxismo-feminismo no Brasil. *In: História do Marxismo no Brasil*, Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 341-374.

MOREIRA, Luiz Carlos Prestes. História e Memória da Insurreição de 1935 nas entrevistas de Luiz Carlos Prestes. *In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 4, n. 8, p. 266-278, dez. de 2012.

NAPOLITANO, Marcos; CAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. (org.). **Comunistas: cultura política e produção cultural**. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, v. 1, p. 15-37, 2013.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

NUNES, Alina; WOLFF, Cristina Scheibe. A todo vapor: revolução sexual e desbunde. *In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de. (org.). Mulheres de Luta: Feminismo e Esquerda no Brasil (1964-1985)*. 1. ed. – Curitiba: Appris, 2019. p. 233-253.

NUNES, Caroline Gomes. **A repressão aos estudantes, professores e funcionários na Universidade Federal de Goiás durante a Ditadura Militar (1964- 1979)**. 2019. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

PATEZ, Taís. **Feminismo não é o contrário de Machismo**, UESB, 2019. Disponível em: <http://www.uesb.br/noticias/feminismo-nao-e-o-contrario-de-machismo/>. Acesso em 1 jan. 2022.

PEDRO, Joana e WOLFF, Cristina (org.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres. 2010.

PEDRO, Joana Maria. **As mulheres e a separação das esferas**. Diálogos, Maringá, v. 4, p. 33-39, 2000.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 55-69, jan.-jun. 2007.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru: Edusc, 2005.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relatos de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Fazendo história das mulheres, v. 4, p. 9-28, 1995.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 4, p. 9-28, 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1733>. Acesso em: 4 out. 2021.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n.18, p.10-18, ago-set. 1989.

PERROT, Michelle. O GÊNERO DA CIDADE. **Revista História & Perspectivas**, v. 27, n. 50, 27 ago. 2014.

PRIORI, Angelo; BRUNELO, Leandro. Delatores e práticas de delação no limiar da Ditadura Militar do Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 32, p. 1-35, 2021.

PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PEREIRA, Geziel Alves. **Movimento estudantil em Goiás em tempos de Ditadura (1964 1979)**. 2015. 157 f. (Dissertação) - Mestrado em Ciências Humanas e da Terra) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

PETTINÀ, Vanni. **Historia mínima de la Guerra Fría en América Latina**. México: El Colegio de México, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAGO, Luzia Margareth. A coragem feminina da verdade: mulheres na Ditadura Militar no Brasil. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 28, n. 2 – jul./dez. 2015.

REIS, Raissa Brescia; RESENDE, Taciana Almeida Garrido. Guerra Fria Global: uma discussão para a descolonização do ensino. *In*: MOTA, Thiago Henrique (org.). **Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares**. [recurso eletrônico], Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. p. 97-117.

REMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Iracema. Trabalho feminino dever de todo o Partido. *In*: IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro – PCB 1954, **Marxists**. Disponível em: [https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/64/feminino.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/feminino.htm). Acesso em: 17 jan. 2022.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Mulheres na Luta Armada: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional)**. 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2018.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. Tempo Social. **Revista Sociologia** - USP, S. Paulo, 2(2): 113-128. 2. sem. 1990.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. Revisada e ampliada – São Paulo: Unesp, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. Memórias no exílio, memórias do exílio. *In*: As esquerdas no Brasil. **Revolução e democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ROSA, Susel Oliveira da. Danda Prado e o devir-nômade-feminista. *In*: 25 SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História** – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009.

SAENZ, Tirso W. CHE GUEVARA E O HOMEM NOVO. **Revista Encontros com a Filosofia**. ANO V, n. 8, 2017, p. 9.

SANTOS, Valdir Erick dos. O anticomunismo nos órgãos de informações da Ditadura de Segurança Nacional Brasileira (1970-1979). *In*: **Simpósio Nacional de História - ANPUH - Brasil**, 31, 2021, Rio de Janeiro. Anais [...]. 2021, p. 1 - 17.

SCOTT, Joan W. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *In*: **Educação e realidade, 1989**. Disponível em: [http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod\\_resource/content/1/G%C3%AAneroJoan%20Scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAneroJoan%20Scott.pdf). Acesso em: 4 out. 2020.

SHAH, Cristina Figueira. **O papel dos Institutos Culturais Brasil - URSS** na expansão cultural soviética no Brasil. Revista X, Paraná, v. 15, n. 6, p. 735-753, 2020.

SILVA, Camila de Jesus. **A Nova Esquerda e a sua atuação regional: a Ação Popular em Goiás**. 2016. 156 f. (Dissertação) - Mestrado em História - Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

SILVA, Marcília Gama. Informação, Repressão e Memória: **A construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE**. 2007. 266 f. (Tese) - Doutorado em História - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SILVA, Rodrigo Pereira da. **Os informantes da polícia política e o anticomunismo durante a Ditadura Civil-militar (Paraná, 1964-1985)**. 2017. 125 f. (Dissertação) - Mestrado em História - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

SILVA, Tauana Olivia Gomes. A participação política das mulheres negras comunistas durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1984). **Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente**, 13 a 15 de outubro de 2014, Florianópolis, SC.

SOBRE A DUARTE MENDES. **Duarte Mendes Advogados**, 2021. Disponível em: <http://duartemendes.com.br/sobre/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres e História de Gênero um depoimento. **Cadernos Pagu**, n. 11, 1998, p. 77-87.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOIHET, Rachel. Mulheres em busca de novos espaços e relações de gênero. **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**. v. 9 n. 1-2, 2012.

SOIHET, Rachel. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 11, p. 77–87, 2013.

SOUZA, Dalva Borges de (org.). **Goiás: Sociedade e Estado**. 2. ed. Goiânia: Cãnone, 2009.

SOUZA, Dalva Borges de. **Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert**. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 40, p. 169–195, 2013.

SOUZA, Dalva Borges de. Mulheres brasileiras no exílio e consciência de gênero. *In*: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina. (org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul**. SC: Editora Mulheres, 2010.

SOUZA, Renato Dias de. **Fazia tudo de novo: Camponeses e Partido Comunista Brasileiro em Trombas e Formoso (1950-1964)**. 2010. 250 f. (Dissertação) - Mestrado em Ciências Humanas - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

TAVARES, Betzaida Mata Machado. **Mulheres comunistas: representação e atuação feminina no PCB (1945-1979)**. 2003. 151 f. (Dissertação) - Mestrado em História - Universidade Federal de Minas Gerais. 2003.

TILLY, Louise A. **Gênero, história das mulheres e história social**. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 3, p. 28-62, jan. 1994.

TELES, Maria Amélia. **Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura**. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 23(3): 406, setembro-dezembro/2015.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (org.). **Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura**. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010, p. 162.

TÔRRES, Raquel Mundim. **Transpondo a Cortina de Ferro: relatos de viagem de brasileiros à União Soviética na Guerra Fria (1951-1963)**. 2019. 414 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

TÔRRES, Raquel Mundim. Relatos de viagem de comunistas à URSS: A confirmação de uma utopia. *In*: **XX Encontro Regional de História: História e Liberdade ANPUH/SP**, Franca: UNESP, 2010. p. 1-12.

VAR-PALMARES: Vanguarda Revolucionária Palmares. **Dicionário Histórico-Geográfico CPDOC Fundação Getúlio Vargas**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/vanguarda-armada-revolucionaria-palmares-var-palmares>. Acesso em: 15 set. 2021.

VENTURINI, Mariana Rossi. **Comunistas no Brasil e a Emancipação da mulher: as Conferências Partidárias de 1956 e 2007**. 2019. 350 f. (Dissertação) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia IFCH/Unicamp. Campinas, 2019.

VICENTI, Keides Batista. Construções Identitárias e Imagens do Movimento Estudantil Goiano na década de 1960. *In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

WINTERHALT, Kevin Ray. **Truman's New Deal: Point Four and the Genesis of Modern Global Development**. University of Saskatchewan UndergraduateResearchJournal, v. 4, Issue 2, 2018.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, dez. 2007.

WOLFF, Cristina Scheibe; ZONDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina (org.). **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**, 2019 [recurso eletrônico]. 1. ed. – Curitiba: Appris, 2019.